

OS BALDIOS DO NOROESTE E O BEM COMUM





Este guia foi concebido para ser lido em formato digital. **Evite imprimi-lo!**
Aproveite a navegação interativa entre páginas e o acesso direto a recursos complementares. Basta clicar nos textos sublinhados.

Exemplo: www.bemcomum.altominho.pt.

A consulta torna-se mais prática, completa e sustentável.

TÍTULO

Os Baldios e o Bem Comum

PROJETO

BEM COMUM

Inovação e Cooperação na Gestão dos Baldios, para Potenciar a Bioeconomia, Sustentabilidade e Resiliência das Comunidades Rurais e da Agro-Silvo-Pastorícia
Referência 17/ C05-i03/2022 - PRR-C05-i03-I-000241

EDIÇÃO

Instituto Politécnico de Viana do Castelo

COORDENAÇÃO

Joana Nogueira

AUTORES

Joana Nogueira, Joaquim Mamede Alonso, Sara Simões, Pedro Casinhas, Sónia Santos, José Pedro Araújo, Leonel Nunes, Rita Barros, Bruno Leitão

FINANCIAMENTO



REPÚBLICA
PORTUGUESA



Financiado pela
União Europeia
NextGenerationEU

2026



INOVAÇÃO E COOPERAÇÃO NA GESTÃO DOS BALDIOS,
PARA POTENCIAR A BIOECONOMIA, SUSTENTABILIDADE
E RESILIÊNCIA DAS COMUNIDADES RURAIS
E DA AGRO-SILVO-PASTORÍCIA

www.bemcomum.altominho.pt

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	5
1. TERRITÓRIOS E COMUNIDADES BALDIAS	15
1.1. Caracterização biofísica dos baldios	15
1.2. As pessoas e as atividades nos territórios com baldios	38
1.3. Ocupação e uso do solo: evolução e transformação da paisagem	56
2. A GOVERNANÇA DOS BALDIOS NO NOROESTE	71
Resultados	77
3. AGRO-SILVO-PASTORÍCIA	86
4. COCRIAR E INOVAR COM AS COMUNIDADES BALDIAS	104
4.1. Biomassa	105
4.2. Ecoturismo	114
4.3. As mulheres na agro-silvo-pastorícia	118
4.4. Atividades lúdico-educativas para jovens	123
4.5. Atração e retenção de novos residentes e de nómadas digitais	127
4.6. Plataforma e Rede Digital Colaborativa dos Baldios	
Geoportal dos Baldios do Minho	131
5. NOTAS FINAIS	141
6. REFERÊNCIAS	146

INTRODUÇÃO

O Projeto Bem Comum - Inovação e cooperação na gestão dos baldios, para potenciar a bioeconomia, sustentabilidade e resiliência das comunidades rurais e da agro-silvo-pastorícia, resultou de uma candidatura ao Plano de Recuperação e Resiliência, submetida em outubro de 2022, no âmbito da Iniciativa Emblemática Revitalização das Zonas Rurais da Agenda de Inovação Agricultura 2030 - Terra Futura. O pressuposto chave desta candidatura foi um entendimento partilhado, entre os parceiros do projeto, quanto à relevância dos baldios como um dos patrimónios mais importantes das comunidades serranas do noroeste de Portugal, indissociáveis da sua matriz cultural, social, económica e ecológica e centrais para a construção de futuros mais sustentáveis e resilientes nos territórios rurais.

Os baldios são as terras comunitárias, quase sempre localizadas em zonas mais altas, ou seja, de monte ou de serra, e utilizadas em comum pelos moradores da aldeia ou aldeias mais próximas, segundo uso e costume ancestral. Este regime de propriedade abrange extensas áreas de território, ligadas a um número amplo de comunidades locais, no Norte e Centro de Portugal, e também na Galiza¹. Os baldios, em Portugal, estão enquadrados pela Lei 75/2017 de 17 de agosto, que os define como os terrenos com as suas partes e equipamentos integrantes, possuídos e geridos por comunidades locais. Já a nível constitucional define-se que a economia portuguesa enquadra três setores de propriedade dos meios de produção (1) público; (2) privado e (3) cooperativo e social. É neste terceiro, o setor da economia social e solidária², também designado de terceiro setor, que se integram os baldios, mais especificamente no subsector comunitário e autogestionário (Pedroso et al, 2023).

1. Na vizinha Galiza, onde as áreas comunitárias são também numerosas e extensas, são chamados de “montes veciñais en man común” e estão regulados pela Ley 13/1989, de 10 de outubro.

2. A economia social e solidária inclui os seguintes subsectores: cooperativas; associações mutualistas; misericórdias; fundações; associações com fins altruísticos e o subsector comunitário e autogestionário.

As áreas baldias são normalmente mais afastadas das habitações, comparativamente às áreas privadas, não são cultivadas (ou são-no apenas ocasionalmente) e permanecem livres de muros ou vedações, isto é, são abertas à entrada e passagem de pessoas e gados. Na sua forma mais tradicional estas áreas eram utilizadas coletivamente para múltiplos fins, sendo a gestão do baldio, incluindo a regulação dos vários usos pelos seus utilizadores, realizada em assembleias locais constituídas pelos moradores das localidades que, por uso e costume, tinham direitos sobre determinada área de monte.

O enquadramento legal específico dos baldios em Portugal radica nessa ligação singular e historicamente enraizada entre as comunidades rurais e os recursos naturais das áreas de monte. Interessa ter em conta que, ao longo dessa história, os povos se foram opondo a várias tentativas de apropriação privada ou pública destes terrenos, e os baldios que atualmente existem correspondem aos casos em que as comunidades locais conseguiram manter ou recuperar os seus direitos consuetudinários (Rodrigues, 1987). De facto, a história dos baldios está associada a conflitos sociopolíticos que se estenderam ao longo de vários séculos, tendo o último período mais crítico ocorrido durante o Estado Novo, com as políticas de florestação que incidiram nas extensas áreas baldias que ainda existiam no norte e centro do país (Rodrigues, 1987; Abel, 1988; Freire, 2004). A memória desses conflitos, embora fortemente atenuada pelo quadro legal definido há 50 anos, com a primeira lei dos baldios (Decreto-Lei 39/1976 de 19 de janeiro), ainda condiciona os processos locais de organização comunitária e a articulação entre o Estado e as comunidades locais (Baptista, 2014). Num quadro contemporâneo em que se promovem as decisões democráticas, a participação cidadã e a coesão social e territorial, é particularmente importante que se possa consolidar em torno dos baldios um consenso alargado em torno de lógicas de cooperação e de governança multinível mutuamente benéficas entre a administração pública - o Estado e as autarquias – e as comunidades rurais com baldios.

Até meados do século XX uma grande parte da população rural das zonas montanhosas dedicava-se às atividades agrícolas e pastoris, com

sistemas de produção complexos, a partir dos quais obtinham grande parte dos bens de que necessitavam. Esses sistemas relativamente autónomos foram-se transformando, à medida que a própria sociedade portuguesa se modernizava. A vocação agropastoril de muitos baldios foi significativamente abalada pelas políticas de florestação extensiva dos montes e serras de Portugal, realizada à revelia dos povos durante a ditadura de Salazar, e posteriormente pelo êxodo rural. Atualmente, os baldios continuam a ser a base para atividades produtivas agrárias e florestais importantes para a economia dos territórios rurais, mas são também áreas nas quais se produzem energias renováveis, e onde existem espaços de recreio e lazer, valores naturais relevantes e um património cultural rural importante.

O uso multifuncional dos baldios e o envolvimento coletivo das comunidades locais no seu uso e gestão, promovendo geração após geração a transmissão e atualização do conhecimento e saberes sobre as áreas comuns, contribuíram para moldar as paisagens e as comunidades, criando o que atualmente designamos por sistemas socioecológicos. A ligação das pessoas destas comunidades à terra não assenta apenas na propriedade privada de casas, campos e bouças, mas também nas tradições comunitárias ligadas aos baldios e na herança coletiva das próprias áreas comunitárias. Tradições que se vão adaptando aos novos tempos, com os seus desafios e oportunidades específicos, mas que também se podem ir desvanecendo caso não sejam renovadas ano após ano.

A centralidade estratégica dos baldios para um modelo de desenvolvimento rural e regional sustentável e resiliente é particularmente importante na Região Norte. A recente Estratégia e Modelo Territorial elaborada pela Comissão de Coordenação da Regional Norte (CCDR-Norte) e integrada no Programa Regional de Ordenamento do Território – Norte (PROT-Norte) salienta bem este facto:

Os baldios, por via da sua dimensão e importância na conservação da natureza, na produção agroalimentar de excelência, na produção florestal, e pela especificidade da sua constituição e

natureza legal, encerram um extraordinário potencial de desenvolvimento (CCDR-N, s/d: 80).

Os baldios representam mais de 300 kha, sendo das maiores propriedades florestais do Norte. Pelo seu estatuto legal, são “empresas” sociais e, ao representarem 98% das ASRF³ são, por direito próprio, os parceiros privilegiados para operar qualquer mudança nestes territórios. Novos modelos de gestão sustentável do território podem e devem desenvolver-se, fomentando o associativismo, onde os distintos usos e valências destes espaços possam ter uma justa remuneração, contribuindo diretamente para o aumento do rendimento dos seus compartes, agentes efetivos da mudança que se deseja (CCDR-N, s/d: 114).

Os baldios são indissociáveis das populações locais, mais especificamente dos indivíduos que são reconhecidos como compartes de um dado baldio e, por isso, membros dessa comunidade, partilhando entre si os recursos e as oportunidades do baldio, assim como a responsabilidade de, coletivamente organizados, tomarem decisões quanto à sua gestão. Se, no passado, essa gestão era realizada no quadro do uso e costume, da tradição oral, e da centralidade das práticas agropastoris tradicionais, atualmente os compartes decidem através das assembleias e dos órgãos gestores, enquadradas legalmente para o efeito. Há situações em que o poder executivo é delegado nas Juntas de Freguesia, devendo nesses casos as Juntas prestar contas e elaborar relatórios para apreciação pela Assembleia de Compartes, assim como colocar à decisão dessa Assembleia as opções estratégicas que envolvam o baldio. As práticas comunitárias de uso e gestão dos recursos naturais dos baldios assentam em princípios de igualdade, inclusão e democraticidade. Assim, sob um olhar contemporâneo, constituem um elemento potencialmente diferenciador dos territórios rurais e serranos, numa época em que adquirem importância estratégica modelos de desenvolvimento socioeconómico conciliáveis com a conservação da natureza e com uma transição ecológica mais justa.

3. ASRF - Área Submetida a Regime Florestal.

No entanto, à medida que a sociedade portuguesa se tornou mais urbanizada, e que foi perdendo as ligações diretas às tradições comunitárias e aos baldios, há menos gente conhecedora da história e da cultura comunitária tradicional do nosso país rural. O termo “baldio”, tal como definido no Dicionário da Língua Portuguesa da Academia de Ciências de Lisboa⁴, remete para áreas incultas, sem dono conhecido, sem utilidade, embora também o identifique como área de logradouro comum. Assim, é provável que muitos cidadãos portugueses não reconheçam neste termo a realidade socio-histórica, económica e ecológica das áreas comunitárias tal como ela se apresenta ao comparte de um baldio ou aos investigadores e técnicos mais diretamente ligados ao planeamento territorial rural, agrícola e florestal.

Desde que Elinor Ostrom ganhou o Prémio Nobel da Economia em 2009 com a sua investigação relativa à governança dos comuns desenvolveu-se o interesse pelo seu estudo, em forte articulação com a temática da sustentabilidade. Por outro lado, parece existir uma maior perceção, sobretudo entre os jovens, das possibilidades de exercerem uma cidadania ambiental e social mais ativa em territórios nos quais existem baldios. Há um conjunto relevante de boas práticas e de projetos inovadores de gestão comunitária na floresta, na pecuária extensiva, na agroecologia e no ecoturismo, entre outros, que contribui para este interesse.

Neste quadro, cada vez mais os comuns e, em Portugal, os baldios, são reconhecidos como espaços privilegiados para promover o exercício de uma cidadania mais ativa em prol de ambiente e de uma vida melhor no mundo rural, assim como nas regiões em que se inserem. Porém, é ainda débil o reconhecimento público e político que os baldios têm em Portugal comparativamente à sua extensão, número e importância. Um dos objetivos deste projeto, que integra entidades públicas e privadas e que envolve o trabalho próximo e colaborativo com as comunidades locais, foi contribuir para aprofundar o conhecimento sobre estas

4. <https://dicionario.acad-ciencias.pt/pesquisa/?word=baldio>

realidades e ampliar os benefícios que os baldios podem representar para os territórios rurais e para a sociedade no seu todo.

Os desafios que as comunidades baldias enfrentam incluem o agravamento dos riscos de incêndio, das invasões biológicas e das alterações climáticas, cujas causas extravasam as comunidades locais, mas cuja resolução dificilmente será alcançada sem o seu envolvimento. No projeto Bem Comum consideramos que a ampliação do conhecimento científico, as práticas colaborativas de partilha de conhecimento e de produção de inovação e a criação de novas dinâmicas de reconhecimento e disseminação das boas práticas nos baldios podem contribuir para responder a estes desafios. Interessa, portanto, continuar e aprofundar o trabalho, aplicado aos baldios e às comunidades, de identificar os fatores e as condições que potenciam o contributo dos “bens comuns” (os baldios, enquanto recursos das comunidades locais, partilhados e geridos em comum pelos povos de cada território) para o “bem comum”, entendido como o bem mais amplo da sociedade.

A área geográfica de intervenção do projeto incluiu os territórios com baldios no noroeste de Portugal, isto é, localizados nas NUTIII do Alto Minho, do Cávado e do Ave, e ainda a freguesia de Cabril (NUTIII do Alto Tâmega e Barroso). Nesta região os baldios são numerosos e ocupam extensas áreas florestais e agropastoris. No Alto Minho formam uma mancha quase contínua ao longo das terras altas que se estendem do litoral ao interior, e nas sub-regiões do Cávado e Ave concentram-se nas zonas mais interiores montanhosas (Figura 1).

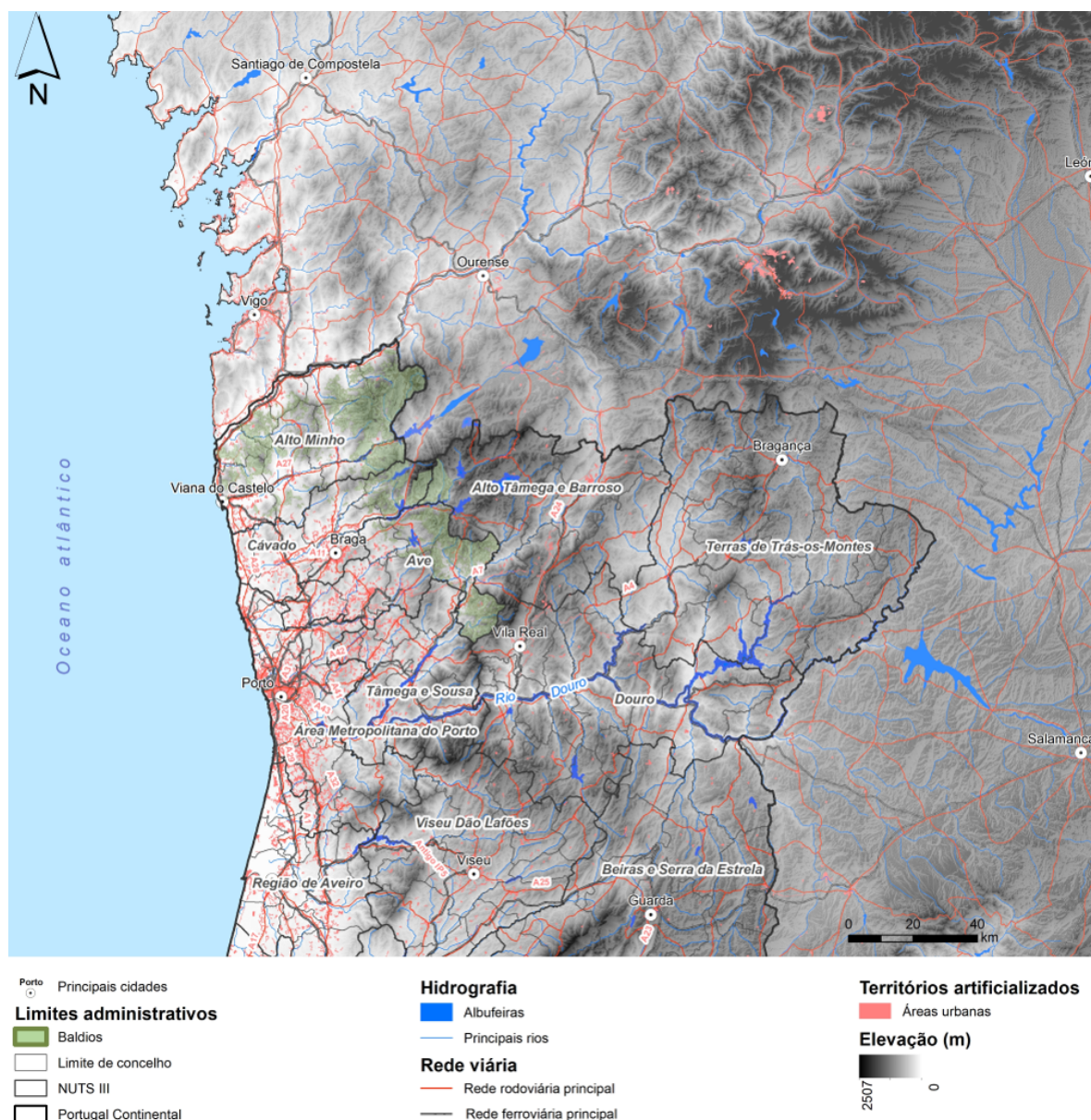


Figura 1. Distribuição dos baldios na área de intervenção do Projeto Bem Comum e seu enquadramento regional.

O Projeto Bem Comum envolveu 12 parceiros, o que permitiu constituir uma equipa técnica pluridisciplinar e diversificada nos seus modos de relação com os baldios e comunidades, que se foi alargando e enriquecendo com mais pessoas à medida que os trabalhos foram avançando, entre junho de 2023 a dezembro de 2025. Para além dos 12 parceiros Bem Comum, criaram-se laços com as equipas do Centro de

Competências para a Agricultura Familiar e Agroecologia (CeCafa), das GeR – Ganaderas en Red (Fundación Entretantos, Espanha), do projeto Life Maronesa, do Laboratório Rural de Paredes de Coura e do Centro de Competências do Pastoreio Extensivo. Pessoas às quais a equipa Bem Comum agradece pelo estreito trabalho de cooperação desenvolvido, e que em muito contribuiu para os resultados deste projeto.

Os parceiros do projeto formam uma rede diversificada e geograficamente plural, unida em torno da ambição de conhecer melhor as comunidades baldias e contribuir, com a partilha de conhecimento e de competências para a inovação, para potenciar as dinâmicas locais e comunitárias na ligação aos baldios. Muitas destas comunidades têm resistido e estão a reinventar-se, mesmo que estes processos sejam por vezes invisíveis. Como bem diz Renato do Carmo (2025), neste nosso país desigual, há muitas pequenas localidades, afastadas dos grandes centros, que “não estão adormecidas, longe disso, e [onde] todos os dias se inventam formas de resistência e de enfrentamento ao movimento geral de declínio” (p.33). A debilidade das redes de inovação e cooperação, em particular fora dos centros urbanos, é precisamente um dos fatores estruturais das desigualdades territoriais que o Projeto Bem Comum pretende contrariar.

Com esta rede dedicada – rural e urbana, pública e privada, associativa e empresarial e sectorialmente diversificada – e com forte ligação aos territórios (Figura 2), o projeto alcançou resultados que dificilmente seriam atingíveis com uma parceria localizada, especializada, ou que reproduzisse o modelo centralizado que prevalece no país e nas regiões. O capital social assim gerado é um resultado imaterial, difícil de demonstrar, mas que constitui uma mais-valia para dinâmicas futuras, facilitando o aparecimento de novos projetos, e constituindo-se como recurso valioso de boa vontade e de confiança para enfrentar situações difíceis ou, simplesmente, para estimular a esperança.

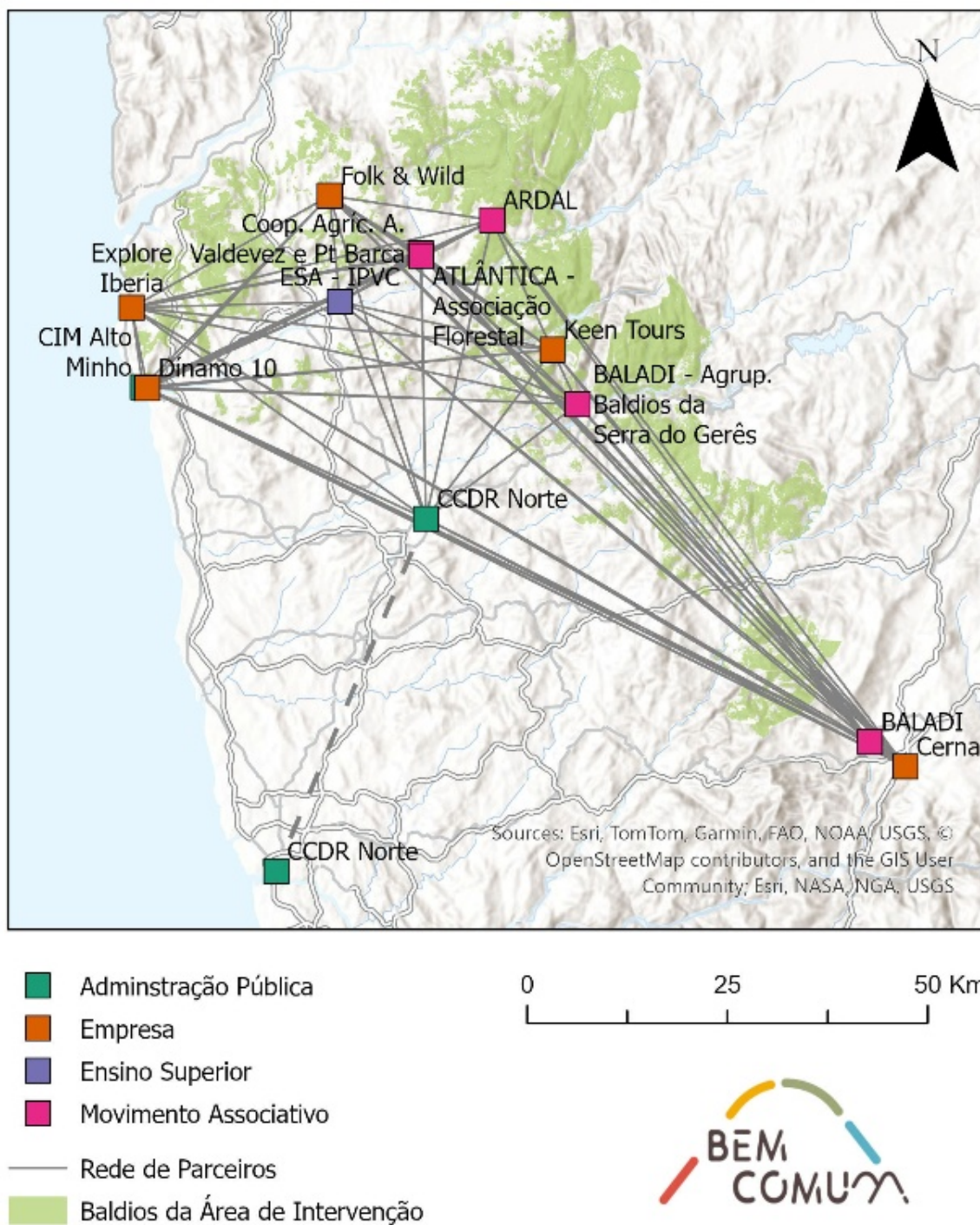


Figura 2. Rede de Parceiros do Projeto Bem Comum.

Nesta publicação apresenta-se uma síntese das atividades desenvolvidas e dos resultados alcançados. Na primeira parte sistematizam-se e apresentam-se os resultados da recolha exhaustiva de

informação sobre os baldios no noroeste de Portugal, mobilizando informação geográfica e estatística preexistente, mas também a que foi obtida ao longo do projeto. São particularmente relevantes os dados que resultaram da aplicação de questionários (aos gestores dos baldios e aos compartes) e o conhecimento qualitativo alcançado com a realização de entrevistas e através da participação direta da equipa em múltiplas visitas e atividades de campo. Destacamos ainda a oportunidade que nos foi dada de participar em eventos organizados pelas comunidades (e que incluíram assembleias de compartes, atividades silvo-pastoris como a subida da vezeira e a atividade de vigilância dos gados, atividades de voluntariado nos baldios, entre outras). Na segunda parte o destaque é dado às atividades de cocriação desenvolvidas nos territórios piloto, localizados nas serras do Parque Nacional da Peneda-Gerês. Trata-se de atividades de natureza experimental e inovadora, orientadas para criar mais valor em torno dos recursos dos baldios (ecoturismo, biomassa), para comunicar oportunidades e mais-valias que os baldios e a sua gestão comunitária podem ter para os jovens e novos residentes, ou para estimular uma maior visibilidade e dinâmicas de cooperação das mulheres na pecuária extensiva.

PARTE I

1. TERRITÓRIOS E COMUNIDADES BALDIAS

Os baldios, enquanto espaços comunitários do Noroeste de Portugal, constituem um dos sistemas mais extensos e singulares de propriedade, uso coletivo e governança comunitária do território português. A sua distribuição relaciona-se, em grande medida, com as serras e os espaços de maior altitude, onde as limitações à ocupação humana permanente e à intensificação agrícola, a distância aos principais centros urbanos e a necessidade histórica de acesso partilhado aos recursos favoreceram a manutenção de formas comunitárias de apropriação e gestão. Neste sentido, não correspondem a espaços marginais ou improdutivos. Pelo contrário, concentram espaços com condições e recursos naturais estratégicos, asseguram funções ecológicas fundamentais e preservam identidades e práticas sociais, económicas e culturais que participaram, ao longo de séculos, na construção e transformação da paisagem, sociedade e comunidades do Noroeste e espaços de altitude de Portugal.

1.1. CARACTERIZAÇÃO BIOFÍSICA DOS BALDIOS

A distribuição dos baldios no Noroeste não é aleatória, antes resulta de uma construção histórica profundamente relacionada com as condições naturais, a organização do povoamento e o funcionamento, primeiro dos sistemas de produção, no contexto das evoluções e dinâmicas das comunidades rurais. As áreas de maior altitude, declive e de extremos climáticos sempre apresentaram limitações à apropriação e exploração agrícola individual. Em simultâneo concentram recursos essenciais à vida das aldeias, nomeadamente pastagens, matos, lenha,

madeira, água e espaços de alimentação e apascentação de gado. Neste contexto, a gestão coletiva permitia repartir custos e esforços, assegurar o acesso aos recursos e adaptar a intensidade e os períodos de utilização às variações sazonais e às necessidades de cada comunidade.

A dimensão e a continuidade territorial dos baldios reforçam a sua importância para as dinâmicas, ordenamento e gestão regional e local. A superfície de baldios analisada na área de estudo (130 638 ha) influencia a conectividade ecológica, os processos hidrológicos, a qualidade da paisagem, o regime e a propagação dos incêndios e de outros processos de degradação ambiental e produtiva associados à economia dos recursos naturais (minerais, água, energia, floresta,...). Deste modo, a gestão realizada em cada baldio, ou unidade natural em que se insere, produz efeitos que ultrapassam os respetivos limites, com consequências sobre a qualidade da água, a continuidade dos habitats, a acessibilidade às zonas de montanha, o lazer e a atratividade turística. Estas dimensões funcionais justificam abordagens coordenadas e instrumentos de análise e de planeamento capazes de articular a escala local das comunidades com as escalas intermunicipal, regional e, por vezes, transfronteiriça.

Um dos desafios estruturais relaciona-se com o conhecimento rigoroso dos limites e da situação cadastral. As diferentes fontes cartográficas e administrativas nem sempre coincidem, verificando-se situações de sobreposição, lacuna ou indefinição que dificultam o planeamento, o investimento e a responsabilização pela gestão. A consolidação cadastral, a georreferenciação participada e a articulação com os processos do Balcão Único do Prédio constituem, por isso, condições relevantes para a segurança jurídica e para a construção de uma base territorial comum. Neste quadro, a cartografia não corresponde apenas a um produto técnico: constitui também um instrumento de reconhecimento comunitário, transparência, prevenção de conflitos, comunicação e apoio à decisão.

A leitura territorial deve ainda integrar a relação funcional e quotidiana entre as áreas comunitárias e as aldeias. Em muitas situações, o baldio

envolve ou prolonga os espaços de habitação, os campos agrícolas e os caminhos tradicionais, formando interfaces complexas entre floresta, matos, agricultura e edificação, particularmente relevantes para a prevenção e gestão dos incêndios. Ao mesmo tempo, esta proximidade permite que a gestão comunitária contribua para a qualidade da paisagem, a manutenção de percursos e infraestruturas, a valorização do património e a oferta de espaços de recreio e bem-estar.

Os baldios constituem, assim, uma componente estruturante dos territórios rurais e de montanha. O seu significado não se limita à natureza da propriedade ou à produção florestal, integrando um sistema territorial no qual os recursos naturais, a identidade coletiva, os conhecimentos locais, as práticas de uso e os modelos de governação se relacionam e influenciam mutuamente. A compreensão destas relações é essencial para interpretar as mudanças verificadas, avaliar os respetivos impactes e definir estratégias de gestão e valorização adaptadas à diversidade dos territórios.

A dimensão biofísica dos baldios condiciona os usos atuais e potenciais, as formas de exploração, os produtos e os serviços que estes territórios prestam. A influência atlântica, a mudança e frequência espacial de elevação do relevo, a diversidade orográfica, a elevada precipitação e a predominância de rochas graníticas num quadro geomorfológico local complexo originam a heterogeneidade ambiental. Em pequenas distâncias a nível regional sucedem-se áreas sublitorais, vales, serras de média altitude, planaltos e montanhas, cada uma com combinações próprias de clima, fisiografia, solos, vegetação e disponibilidade de água sazonal e interanual. Neste contexto, a caracterização integrada destas componentes constitui uma base para compreender as potencialidades, as limitações e as vulnerabilidades dos diferentes territórios de baldio.

CLIMA, (MICRO)TOPOGRAFIA E MICROCLIMAS

O Noroeste de Portugal caracteriza-se por apresentar regimes climáticos húmidos e diverso no contexto do território continental. A proximidade ao oceano Atlântico favorece a entrada frequente de massas de ar húmidas que, ao encontrarem os principais sistemas montanhosos, são forçadas a subir, promovendo o arrefecimento, a condensação e o aumento da precipitação. A conjugação entre a influência atlântica e a configuração do relevo determina, assim, a existência de contrastes climáticos muito expressivos entre o litoral, os principais vales e as áreas montanhosas mais elevadas e expostas.

Esta diversidade traduz-se num gradiente espacial da precipitação. De uma forma geral, os valores médios anuais variam entre cerca de 1 200 mm, nos setores menos elevados ou relativamente abrigados, e mais de 3 000 mm nas serras, planaltos e vertentes ocidentais mais diretamente expostas aos fluxos húmidos provenientes do Atlântico (Fig. 3).

A extensa barreira orográfica associada aos sistemas montanhosos do Gerês, Alvão e Marão acentua a diferenciação entre as vertentes ocidentais, mais diretamente influenciadas pela circulação atlântica, e os territórios localizados a leste, onde se torna progressivamente mais evidente a influência continental. À medida que se avança para o interior e em altitude, tende, por isso, a verificar-se uma redução da precipitação e um aumento da amplitude térmica, reforçando a diversidade climática existente à escala regional (Fig. 3).

Para além da variação espacial, a precipitação apresenta uma forte e crescente distribuição sazonal. Uma parte significativa da precipitação anual concentra-se durante o outono e o inverno, enquanto os meses de verão são, em termos relativos, mais secos. Quase metade da precipitação anual ocorre entre dezembro e fevereiro, reduzindo-se para aproximadamente valores insignificantes entre junho e agosto. Esta irregularidade ao longo do ano influencia diretamente a

disponibilidade de água superficial, no solo e de forma indireta, o desenvolvimento e fenologia das culturas e das pastagens, os ciclos vegetativos, a relação simbiótica e de competição entre seres vivos, a sanidade vegetal, a organização e calendarização dos trabalhos agrícolas e florestais e, durante o período estival, as condições de perigosidade e propagação dos incêndios rurais.

A temperatura apresenta diferenças significativas em função da altitude, da distância ao litoral e da exposição das vertentes. Nos principais vales e nas áreas de menor altitude, as temperaturas médias anuais podem situar-se entre os 13 e os 15 °C. Nas áreas montanhosas mais elevadas, designadamente nas cumeadas localizadas acima dos 1 200 a 1 400 metros de altitude, os valores médios anuais podem diminuir para cerca de 5 a 8 °C (Fig. 3).

Nas terras altas, os invernos são geralmente mais prolongados e rigorosos, sendo frequente a ocorrência extensa no tempo de geadas e, nas áreas de maior altitude, de episódios de queda e permanência de neve. Nestes espaços, os verões tendem, por sua vez, a ser mais curtos e amenos. Estas diferenças entre as áreas mais abrigadas e baixas e os espaços mais frescos de altitude justificam as práticas ancestrais de mobilidade sazonal, entre brandas e inverneiras. Contudo, a ocorrência crescente de períodos de calor intenso e prolongado pode originar situações críticas de redução da humidade do solo e da vegetação, de acelerar a secagem dos combustíveis e aumentar, num curto espaço de tempo, afetar a disponibilidade de pastagem, o pastoreio e a probabilidade de ignição e propagação do fogo.

A orientação, a exposição, a termicidade e o escoamento próprio das vertentes introduzem igualmente importantes diferenças à escala local. As encostas orientadas a norte e noroeste recebem, em geral, menor quantidade de radiação solar direta, conservam níveis mais elevados de humidade no solo e na atmosfera e favorecem a presença de comunidades vegetais associadas a ambientes mais frescos e húmidos.

Em contraste, as vertentes orientadas a sul e respetivas colaterais apresentam uma maior exposição solar, temperaturas mais elevadas e

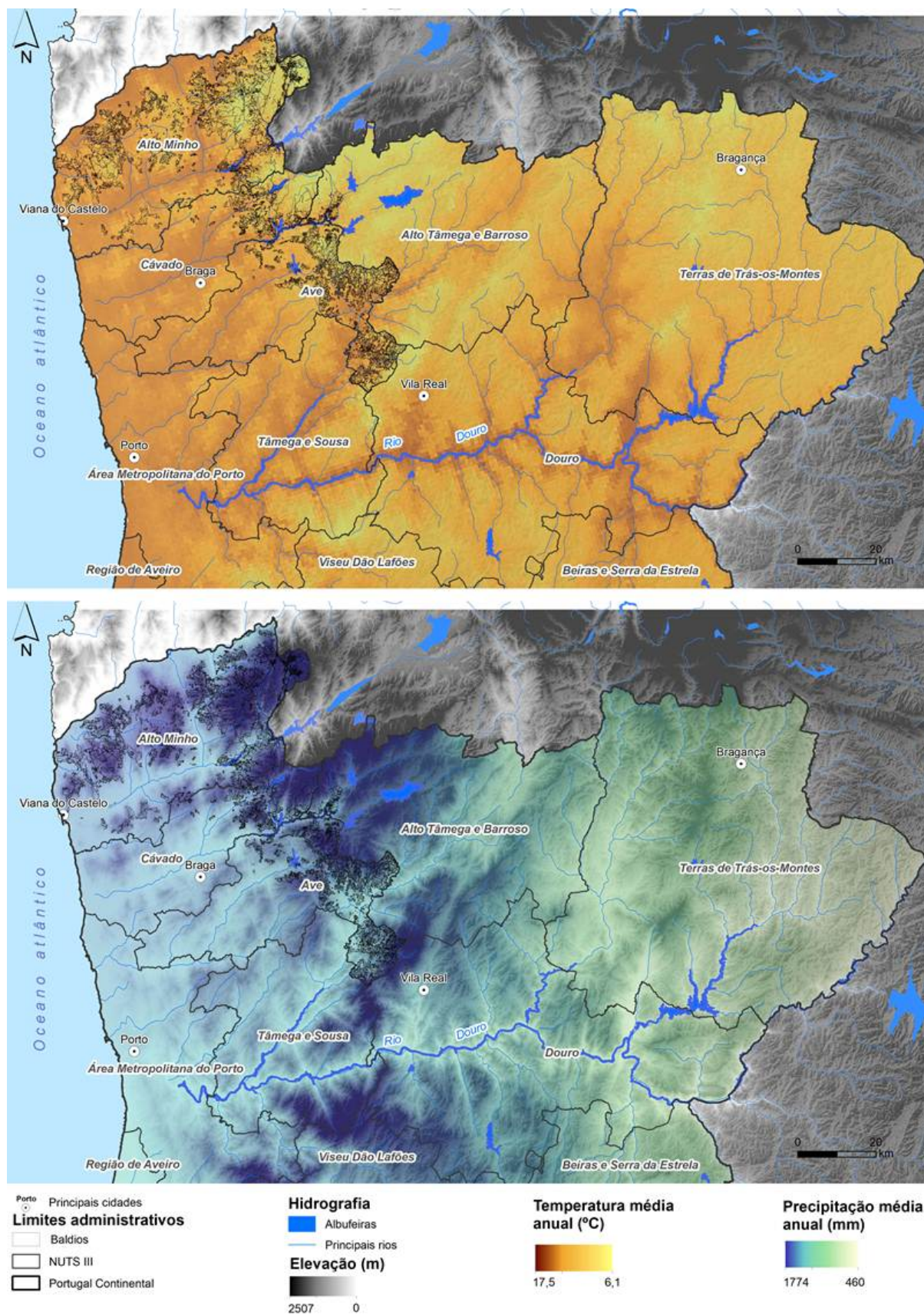
condições de maior secura, encontrando-se mais sujeitas a situações de déficit hídrico e de stresse da vegetação durante o verão. Nos planaltos, nas depressões e em áreas de maior altitude, a conjugação entre temperaturas mais baixas, nevoeiros frequentes, acumulação ou permanência de água no solo e maior exposição aos ventos cria condições ecológicas particulares, favoráveis à ocorrência de turfeiras, prados húmidos e diferentes formações de charneca atlântica.

Esta diversidade climática e microclimática constitui um importante fator de promoção da diversidade ecológica e paisagística do Noroeste. A variabilidade das condições de temperatura, precipitação, humidade e exposição favorece para a coexistência de diferentes formas de ocupação e uso, e neste sentido contribuem para a formação de habitats e comunidades vegetais. Contudo, determina também capacidades de adaptação, limitações naturais e vulnerabilidades diferenciadas, que são consideradas nos processos de apropriação e uso pelas populações locais, bem como nos processos formais de planeamento e gestão.

As intervenções semelhantes podem produzir resultados muito distintos em função da altitude, da orientação das vertentes, da profundidade e capacidade de retenção de água e fertilidade biológica e química dos solos, da disponibilidade hídrica e das condições microclimáticas locais. Ao longo do histórico milenar de ocupação, tornou-se, por isso, necessário adequar as opções de gestão às características específicas de cada território, designadamente na seleção das espécies, na calendarização das operações agrícolas, florestais e de gestão do combustível, na definição da intensidade e períodos de intervenção, bem como na proteção das zonas húmidas e dos habitats mais sensíveis.

A diversidade climática do Noroeste deve, assim, ser entendida não apenas como um elemento estruturante e construtor da paisagem e dos valores naturais, mas também como um fator determinante das formas de ocupação, utilização e gestão do território. A adoção de soluções uniformes, pouco ajustadas às condições locais, poderá limitar a eficácia das intervenções e aumentar a vulnerabilidade dos

sistemas naturais e produtivos. Pelo contrário, uma gestão territorial adaptativa, diferenciada e suportada no conhecimento das características climáticas e ecológicas locais permitirá valorizar as potencialidades existentes e reforçar a resiliência dos territórios perante os processos cumulativos e em cascata associadas às alterações climáticas e à dificuldade de adaptação local da biodiversidade e populações locais.



MUDANÇA CLIMÁTICA E VULNERABILIDADE DOS ECOSSISTEMAS EM ESPAÇOS DE ALTITUDE

Os cenários climáticos apontam para um aumento progressivo da temperatura, uma redução da precipitação média anual e uma maior irregularidade sazonal. A tendência projetada associa verões mais quentes e secos a uma maior probabilidade de episódios intensos de precipitação, tempestades e ondas de calor. Para os baldios, esta combinação assume particular relevância, uma vez que afeta, de forma simultânea e relacionada, a radiação, a insolação, a temperatura, a disponibilidade de água, o crescimento e a quantidade de biomassa, a humidade da vegetação, a disponibilidade hídrica dos solos e, por esta via, os processos e riscos biológicos, a conservação de espécies, os nichos ecológicos e os habitats associados à segurança das comunidades.

A diminuição da precipitação estival e o aumento da evapotranspiração poderão reduzir o período de humidade dos solos e o caudal das linhas de água, aumentando a pressão sobre as áreas húmidas, em particular dos lameiros e das turfeiras. Estes espaços e ecossistemas dependem de processos e equilíbrios hidrológicos complexos com impacte nas alterações na composição, estrutura, funções e serviços prestados pelo solo, vegetação e paisagem. O aumento da temperatura poderá deslocar os limites altitudinais de espécies e das comunidades com reflexo nas potenciais alterações na distribuição e abundância das espécies, bem como na produtividade primária e fragmentação dos nichos e habitats associados em espaços elevados.

Ao mesmo tempo, a concentração da precipitação em períodos mais curtos tende a aumentar o escoamento superficial, promover a erosão e a instabilidade das vertentes, sobretudo após incêndios ou intervenções de mobilização do solo em práticas agrícolas, florestais e abertura de infraestruturas.

A alternância entre períodos prolongados de seca e episódios de chuva intensa poderá amplificar a degradação dos solos, o transporte de sedimentos e o assoreamento de linhas de água e albufeiras. Neste

quadro, a proteção do coberto vegetal, a gestão adequada dos escoamentos e a recuperação de áreas degradadas, em particular das áreas áridas, constituem medidas de adaptação ou ação climática com efeitos locais e regionais à escala da bacia hidrográfica.

A mudança climática atua ainda em interação com o abandono rural e a diminuição da gestão regular. A redução do pastoreio e do corte de matos favorece o aumento da carga e da continuidade dos combustíveis e, em condições de calor, baixa humidade e vento, potencia incêndios de maior intensidade e dimensão. A adaptação exige, por isso, uma articulação entre políticas e a ação climática, em particular em medidas de gestão ativa, incluindo a manutenção e recuperação dos usos, dos mosaicos e paisagens diversas, o pastoreio orientado, a silvicultura preventiva, a recuperação de folhosas autóctones, a proteção das zonas húmidas, das linhas de água e o reforço da capacidade local de vigilância e intervenção.

A influência direta das condições climáticas sobre a biodiversidade e os sistemas de produção agro-silvo-pastoril é acompanhada por pressões crescentes sobre as populações locais, os visitantes e as diferentes atividades económicas, particularmente durante os períodos de maior frio ou de calor e secura mais intensos. Estes efeitos tornam-se especialmente relevantes nos territórios de montanha, onde a exposição às condições meteorológicas extremas, a dispersão do povoamento e as limitações de acessibilidade podem aumentar a vulnerabilidade das pessoas, das atividades produtivas e dos serviços existentes.

O acompanhamento permanente das condições meteorológicas deve, por isso, estar associado a sistemas de previsão e alerta oportunos, capazes de apoiar a prevenção e a resposta perante situações de risco. Esta capacidade deverá ser complementada por intervenções nos núcleos urbanos, nas infraestruturas e nos equipamentos coletivos, nomeadamente sociais e educativos, reforçando a sua eficiência térmica e hídrica, a segurança e a capacidade de assegurar serviços essenciais. Importa, deste modo, promover comunidades mais informadas, conscientes e responsáveis, preparadas para enfrentar os

efeitos das alterações climáticas e proteger as pessoas, as atividades económicas e os recursos do território.

OROGRAFIA, FISIOGRAFIA E PAISAGEM

O relevo constitui um dos elementos mais marcantes e estruturantes do Noroeste, influenciando de forma direta a diversidade ambiental, a organização do povoamento, os usos do solo, os sistemas de produção e as condições de acessibilidade. Entre o litoral e os maciços montanhosos do interior acontece uma sucessão complexa de plataformas, vales, encostas, serras e planaltos (Daveu, 1985). A presença e a importância territorial dos baldios acompanham, de forma evidente, esta diferenciação. Nas áreas litorais, mais densamente povoadas, urbanizadas e sujeitas a uma ocupação intensiva do solo, a expressão dos espaços baldios é geralmente reduzida. À medida que se avança para as áreas serranas e de montanha, a sua presença tende a aumentar, refletindo, por um lado, as maiores limitações naturais à intensificação agrícola e, por outro, a importância histórica que os espaços de utilização comunitária assumiram no funcionamento e na sustentabilidade dos sistemas rurais.

Os declives constituem um dos principais fatores condicionantes da utilização e gestão destes territórios. As vertentes mais inclinadas dificultam a mecanização, limitam algumas práticas agrícolas e florestais e tornam mais complexa e dispendiosa a instalação, conservação e manutenção de caminhos e outras infraestruturas.

Em contraste, as «chãs», os planaltos e outras superfícies intermédias de relevo mais suave constituem espaços de menor declive inseridos em áreas de altitude. Estas zonas assumiram, ao longo do tempo, uma importância particular na alimentação e permanência do gado, no pastoreio comunitário e, em situações localizadas, na instalação de culturas e sistemas de agricultura de montanha, em particular no período estival. A existência de condições topográficas mais favoráveis

permitiu uma utilização mais regular destes espaços e reforçou a sua função no equilíbrio dos sistemas agro-silvo-pastoris tradicionais.

A distribuição da humidade associada à configuração do relevo introduz uma dimensão complementar e particularmente relevante para a compreensão do funcionamento ecológico do território. A análise da posição topográfica permite identificar áreas de acumulação e permanência da água, linhas preferenciais de drenagem e zonas sujeitas a maiores níveis de acumulação e saturação média do solo. Estas condições associadas à instalação de albufeiras favorecem a acumulação de reservas estratégicas de água, favorecem a disponibilidade hídrica, a riqueza e a raridade ecológica num quadro de promoção de serviços hidrológicos críticos para a qualidade ambiental e de vida (Fig. 5).

A complexidade e a vigor do relevo condicionam igualmente a acessibilidade interna e os custos associados à gestão dos territórios de montanha. A abertura e a conservação de caminhos, a execução de faixas de gestão de combustível, as intervenções de prevenção e combate aos incêndios e as operações de exploração e manutenção florestal tornam-se mais exigentes nas áreas de maior declive, elevada pedregosidade e rugosidade, bem como reduzida acessibilidade (Fig. 4).

Contudo, esta mesma diversidade de formas e paisagens representa também um importante recurso territorial. A presença de serras, vales encaixados, linhas e planos de água, afloramentos rochosos, cumeadas e pontos de elevada amplitude visual contribui para a criação de paisagens de elevado valor natural, cultural, cénico e potencial identitário. Estas características oferecem, em simultâneo ao património imaterial associado, oportunidades relevantes para o desenvolvimento do turismo de natureza, da observação e interpretação da paisagem e da valorização do património rural e comunitário associado aos territórios comunitários e de montanha.

A análise conjunta da altitude, dos declives, da orientação das vertentes, da configuração do relevo e das condições de humidade

topográfica assume, deste modo, particular importância para compreender as capacidades e limitações de cada local. Esta informação permite adequar os usos e as formas de intervenção às características biofísicas do território, reduzir situações de risco e identificar áreas com maior aptidão para funções produtivas, de proteção, conservação ou, mesmo, recuperação e requalificação ecológica.

O relevo deve, assim, ser entendido não apenas como uma característica física do território, mas como um elemento determinante da sua organização, funcionamento e evolução. A consideração integrada das diferentes condições topográficas permite desenvolver soluções de gestão mais ajustadas à diversidade local, valorizando as potencialidades e as capacidades de cada espaço, mas também as respetivas limitações e vulnerabilidades.

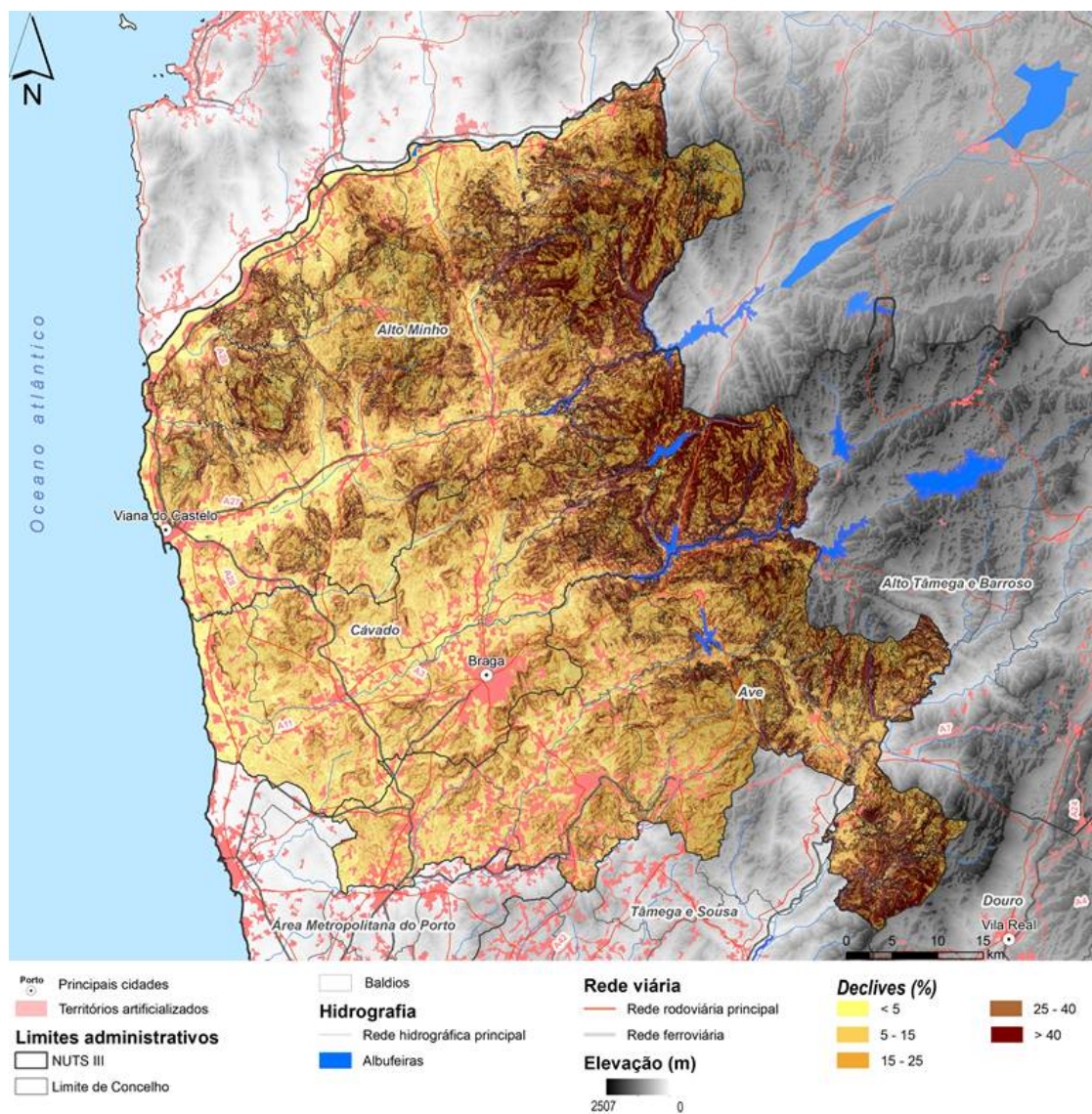


Figura 4. Fisiografia e distribuição dos declives na área de estudo.

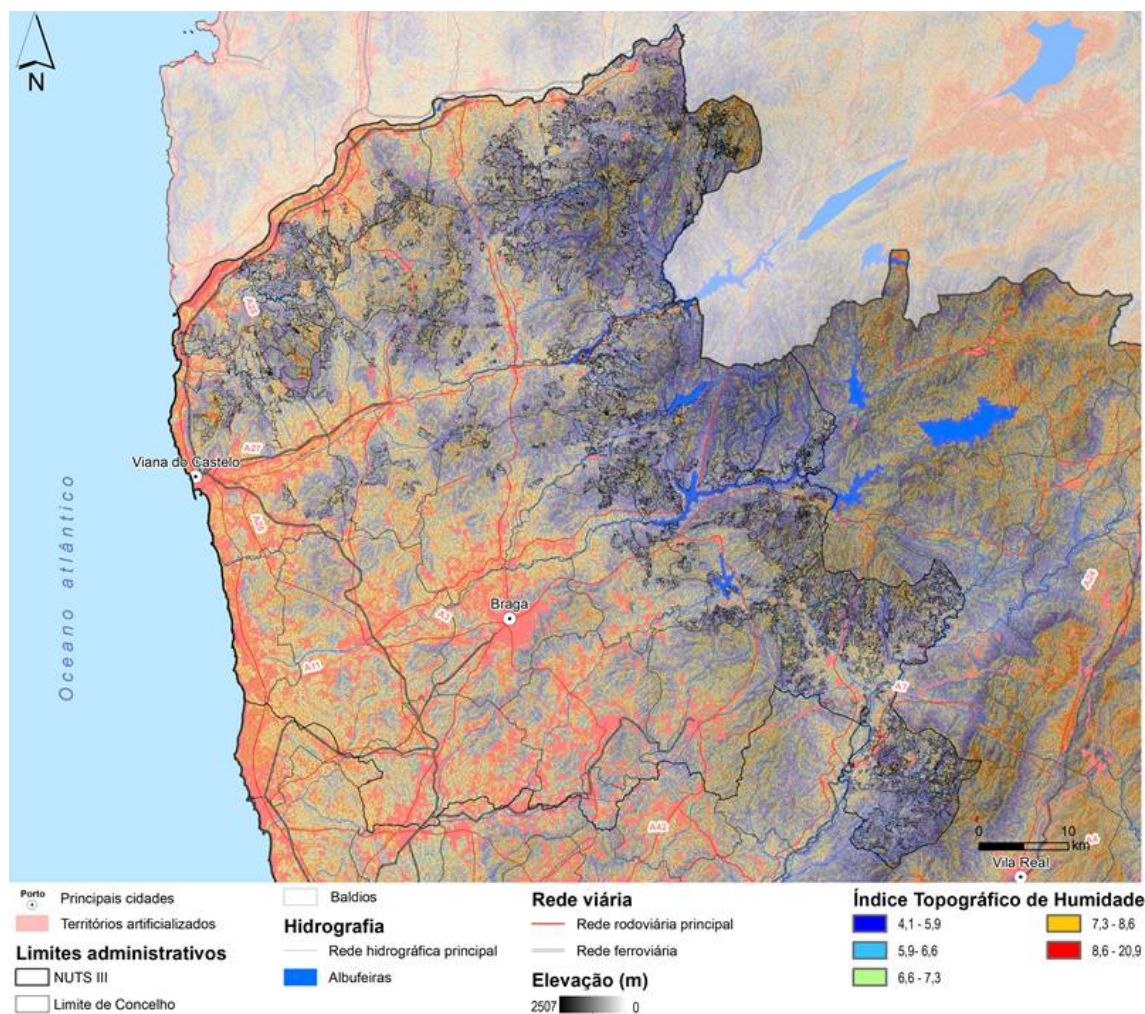


Figura 5. Índice topográfico de humidade (TWI) na área de estudo.

O relevo apresenta uma organização escalonada de oeste para este, elevando-se desde o nível do mar até cerca de 1 500 metros - 1 544 metros na serra do Gerês - em menos de 70 km. O setor oriental concentra as maiores altitudes e forma, de norte para sul, um conjunto de maciços que prolonga em território português os sistemas montanhosos do Noroeste peninsular, funcionando como uma importante barreira orográfica às influências atlânticas (Feio e Riberi, 2004). Neste grupo, destacam-se a serra da Peneda, a serra Amarela, a serra do Gerês, a serra da Cabreira e o Marão, que integram um dos conjuntos naturais mais relevantes do Noroeste da Península Ibérica.

A nível regional, a faixa litoral e sublitoral, a paisagem resulta de uma relação antiga e intensa entre os sistemas naturais e a ocupação humana (Castro e Freitas, 2012). Aos setores arenosos e rochosos da costa juntam-se os estuários dos rios Minho, Lima e Cávado, espaços de elevada diversidade ecológica e fundamentais na ligação entre os ambientes marinhos e fluviais. Nesta área, apesar da urbanização, da expansão da rede viária, da agricultura intensiva e da crescente presença de espécies invasoras, persistem habitats costeiros, galerias ripícolas e pequenos núcleos de vegetação natural com grande valor ecológico e biogeográfico, incluindo endemismos do Noroeste Peninsular. Nos vales, os solos mais profundos e férteis favoreceram uma ocupação agrícola diversificada e relativamente contínua, enquanto os bosques de carvalhos e sobreiros e as formações de amieiros e salgueiros que acompanham os cursos de água continuam a desempenhar um papel essencial na proteção das margens, na qualidade da água, na regulação dos escoamentos e na continuidade ecológica da paisagem. A forte pressão urbana e produtiva ajuda também a explicar a reduzida expressão dos baldios nestes territórios.

À medida que avançamos para as serras de baixa e média altitude, a paisagem torna-se mais florestal e a presença dos espaços comunitários ganha maior significado. Os povoamentos de pinheiro-bravo e eucalipto alternam com extensas áreas de matos dominadas por urzes e tojos, refletindo uma longa história de corte, pastoreio, uso do fogo, abandono agrícola e sucessivas mudanças na ocupação do solo. Nas serras mais próximas do litoral, como Arga e Santa Luzia, a expansão de acácias e háqueas constitui hoje um dos principais desafios à gestão florestal e à conservação dos habitats naturais.

Em contraste, nas áreas mais interiores ainda persistem formações autóctones de maior dimensão e melhor estado de conservação, como os carvalhais da serra de Corno de Bico, de reconhecido valor ecológico, paisagístico e cultural. É também nestas áreas serranas que os baldios assumem uma presença mais expressiva, testemunhando a importância histórica da pastorícia, da recolha de lenha, da produção de matos para fertilização agrícola e, mais recentemente, da exploração florestal na construção e transformação destas paisagens.

Nas montanhas e planaltos orientais, uma parte significativa do território encontra-se abrangida pelo Parque Nacional da Peneda-Gerês e por outras áreas integradas na Rede Nacional de Áreas Protegidas ou na Rede Natura 2000. A paisagem é dominada por extensas formações de matos baixos, constituídas principalmente por urzes e tojos, cuja presença se encontra fortemente associada a práticas tradicionais de pastoreio extensivo, utilização do fogo e exploração comunitária dos recursos naturais.

A elevada diversidade ecológica das áreas montanhosas traduz-se igualmente na presença de numerosos endemismos, bem como de muitas outras espécies raras ou com distribuição muito limitada no território nacional. A coexistência destes elementos florísticos, associada à diversidade do relevo, do clima, dos solos e das formas tradicionais de utilização, confere às montanhas e planaltos do Noroeste um valor excecional para a conservação da natureza e da biodiversidade.

A diversidade destes espaços ou unidades de paisagem evidencia que a distribuição e o funcionamento dos baldios não podem ser dissociados destas condições, uma vez que refletem a relação histórica entre as comunidades, os recursos naturais e as limitações impostas pelo território. A sua gestão deve, por isso, reconhecer a diversidade das paisagens, integrar os valores ecológicos e culturais existentes e promover soluções diferenciadas, capazes de conciliar a conservação, a produção, a prevenção dos riscos e a valorização sustentável dos espaços comunitários.

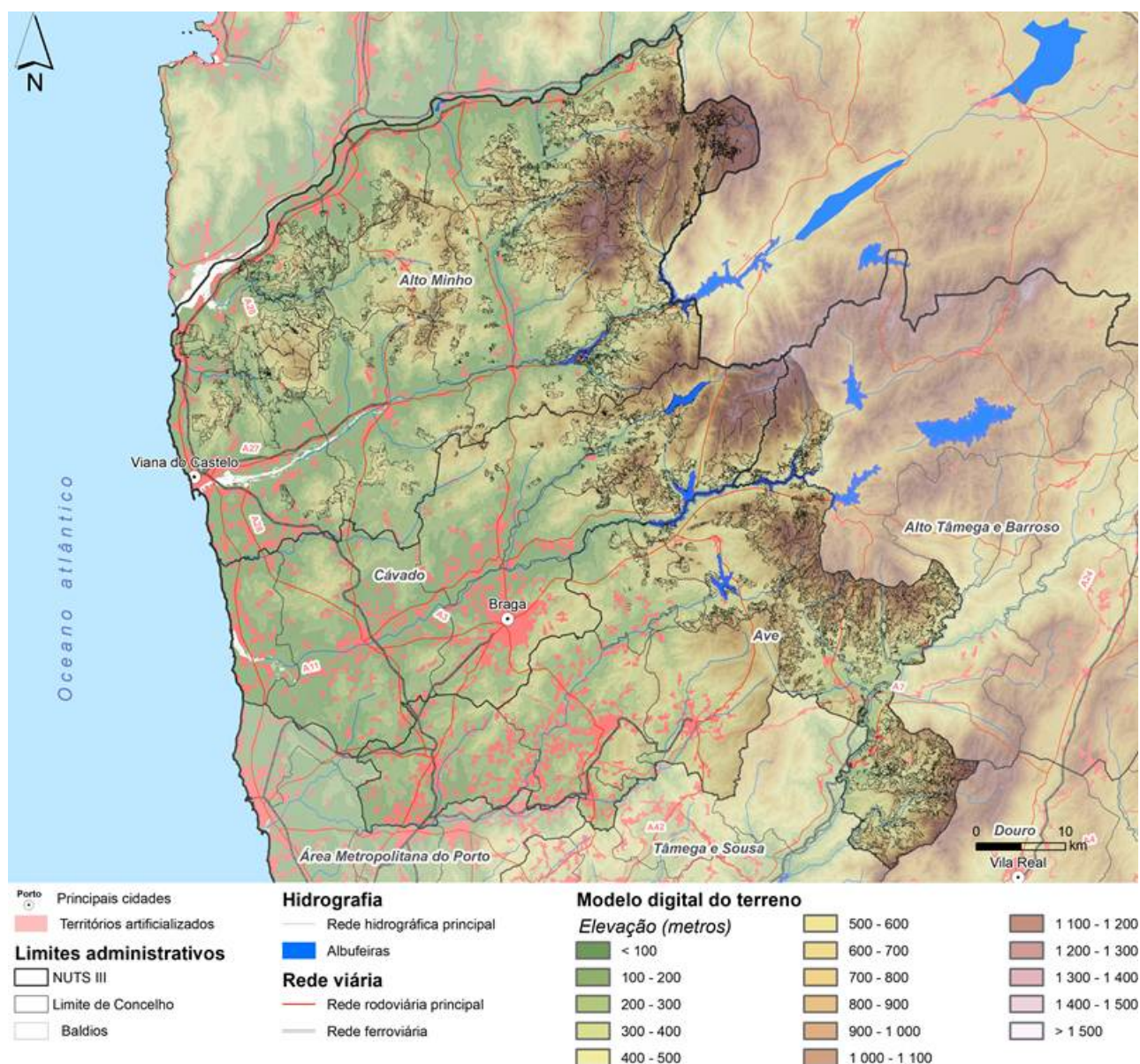


Figura 6. Hipsometria, declives, principais serras, planaltos, vales e unidades de paisagem.

GEOLOGIA, GEODIVERSIDADE E SOLOS

Do ponto de vista geológico, a área de estudo integra a Zona Centro-Ibérica do Maciço Hespérico. O substrato é dominado por granitos hercínicos, ocorrendo igualmente xistos, micaxistos, quartzitos, granodioritos e formações sedimentares recentes associadas aos vales e terraços fluviais. A rede de fraturas, com orientações predominantes NW-SE e NE-SW, condiciona o traçado de muitos vales e linhas de água e contribui para a circulação e o armazenamento subterrâneo da água.

A resistência das rochas graníticas à meteorização, conjugada com o relevo acidentado e a elevada pluviosidade, favorece a presença de afloramentos rochosos, blocos, escarpas e solos incipientes nas linhas de cumeada e de cabeceira. Estes elementos participam na identidade e diversidade da paisagem e apresentam valor geológico, ecológico, cultural e turístico. Em muitos casos, as formações rochosas funcionam como refúgio de espécies endémicas, raras, marcos de orientação, locais de memória ou pontos de observação e interpretação do território.

Os solos são predominantemente ácidos e oligotróficos. Nas vertentes mais íngremes e erodidas predominam os leptossolos, com reduzida espessura, baixa capacidade de retenção de água e elevada vulnerabilidade após a perda do coberto vegetal. Em vertentes mais estáveis e superfícies planálticas surgem cambissolos mais desenvolvidos, embora frequentemente ácidos, com baixa saturação em bases e limitações de fósforo. Nos vales e áreas aluviais concentram-se os solos mais profundos e férteis, tradicionalmente ocupados por agricultura e lameiros.

A conservação do solo constitui uma condição central para a sustentabilidade dos baldios. Nas vertentes mais declivosas, a manutenção de uma cobertura vegetal permanente e a promoção da conservação das manchas extensas de antrossolos, ou socalcos, e de formas tradicionais de extração, condução e distribuição de água de rega em regadios tradicionais ou outras infraestruturas hidráulicas, assumem um papel central no funcionamento ecológico, conservação da natureza e das paisagens culturais transversais a uma grande maioria dos baldios.

As turfeiras, os prados húmidos e os lameiros funcionam como verdadeiras "esponjas naturais". Estes sistemas retêm água durante os períodos chuvosos e libertam-na progressivamente, contribuindo para a regularização dos cursos de água. Para além da função hidrológica, sustentam comunidades vegetais e animais especializadas, armazenam carbono e mantêm paisagens de elevado valor cultural. A sua proteção deve ser compatibilizada com o pastoreio e com a manutenção dos sistemas tradicionais de rega, evitando tanto a drenagem e a artificialização como o abandono completo suscetível de conduzir à perda de diversidade estrutural.

As albufeiras e as infraestruturas associadas à produção hidroelétrica constituem outro elemento estruturante da paisagem.

Aproveitamentos como os do Alto Rabagão, Paradela, Venda Nova, Salamonde, Pisões e Sezelhe transformaram profundamente vales e modos de vida, passando a assegurar funções de produção de energia, armazenamento de água, desporto e lazer. A gestão dos baldios nas cabeceiras e margens influencia o regime de escoamento, a quantidade de sedimentos, a qualidade da água armazenada e a segurança e durabilidade destas infraestruturas.

A reduzida intensidade agrícola e industrial de muitas áreas de montanha contribui para a manutenção de recursos hídricos de elevada qualidade. A gestão integrada da água deve reconhecer os baldios como territórios de proteção e produção de serviços hídricos e criar mecanismos capazes de valorizar o contributo das comunidades para o abastecimento, a regulação hidrológica e o funcionamento dos processos biogeoquímicos das bacias envolvidas.

OS BALDIOS NA CONSERVAÇÃO E CONECTIVIDADE ECOLÓGICA

A diversidade climática, topográfica e de usos favorece uma elevada riqueza biológica. Nos baldios coexistem matos atlânticos, charnecas húmidas e secas, carvalhais, bidoais, galerias ripícolas, prados de montanha, turfeiras, afloramentos rochosos e áreas florestais de produção, entre outros nichos e habitats. A proximidade e a continuidade entre estes ambientes formam mosaicos com elevada diversidade estrutural, fundamentais para a alimentação, reprodução, abrigo, mobilidade e migração de numerosas espécies.

A importância destes habitats explica a integração de vastas áreas no Parque Nacional da Peneda-Gerês, na Rede Natura 2000 e noutras figuras complementares de conservação e proteção da natureza. Os baldios contribuem para a extensão e conectividade entre áreas classificadas e para a manutenção de corredores ecológicos ao longo das serras e linhas de água. A dimensão das áreas comunitárias permite, em muitos casos, assegurar continuidade de habitats numa escala difícil de alcançar em territórios de propriedade muito fragmentada (Fig. 8).

Entre as espécies de fauna associadas a estes sistemas incluem-se o lobo-ibérico, o corço, o veado, o javali, a lontra, o gato-bravo, diversas aves de rapina, espécies de ictiofauna e comunidades aquáticas dependentes de ribeiros de elevada qualidade. A coexistência com atividades humanas exige gestão adaptativa, prevenção de conflitos e valorização dos benefícios que a conservação pode gerar para as comunidades.

As principais pressões relacionam-se com os incêndios recorrentes, a homogeneização do coberto, a expansão de espécies exóticas e invasoras no quadro alargado da invasão e riscos biológicos, incluindo as recorrentes ou novas zoonoses, a fragmentação por infraestruturas e a alteração dos regimes de uso, seja pela polarização própria do abandono ou intensificação. O abandono pode favorecer a regeneração natural do bosque em determinados locais, mas poderá igualmente

conduzir ao adensamento dos matos e à perda de habitats abertos dependentes do pastoreio. A conservação deve, por isso, reconhecer que uma parte importante da biodiversidade atual resulta da interação prolongada entre processos naturais e práticas comunitárias, exigindo modelos de gestão adaptativa, assumindo a evolução e a diversidade do mosaico paisagístico.

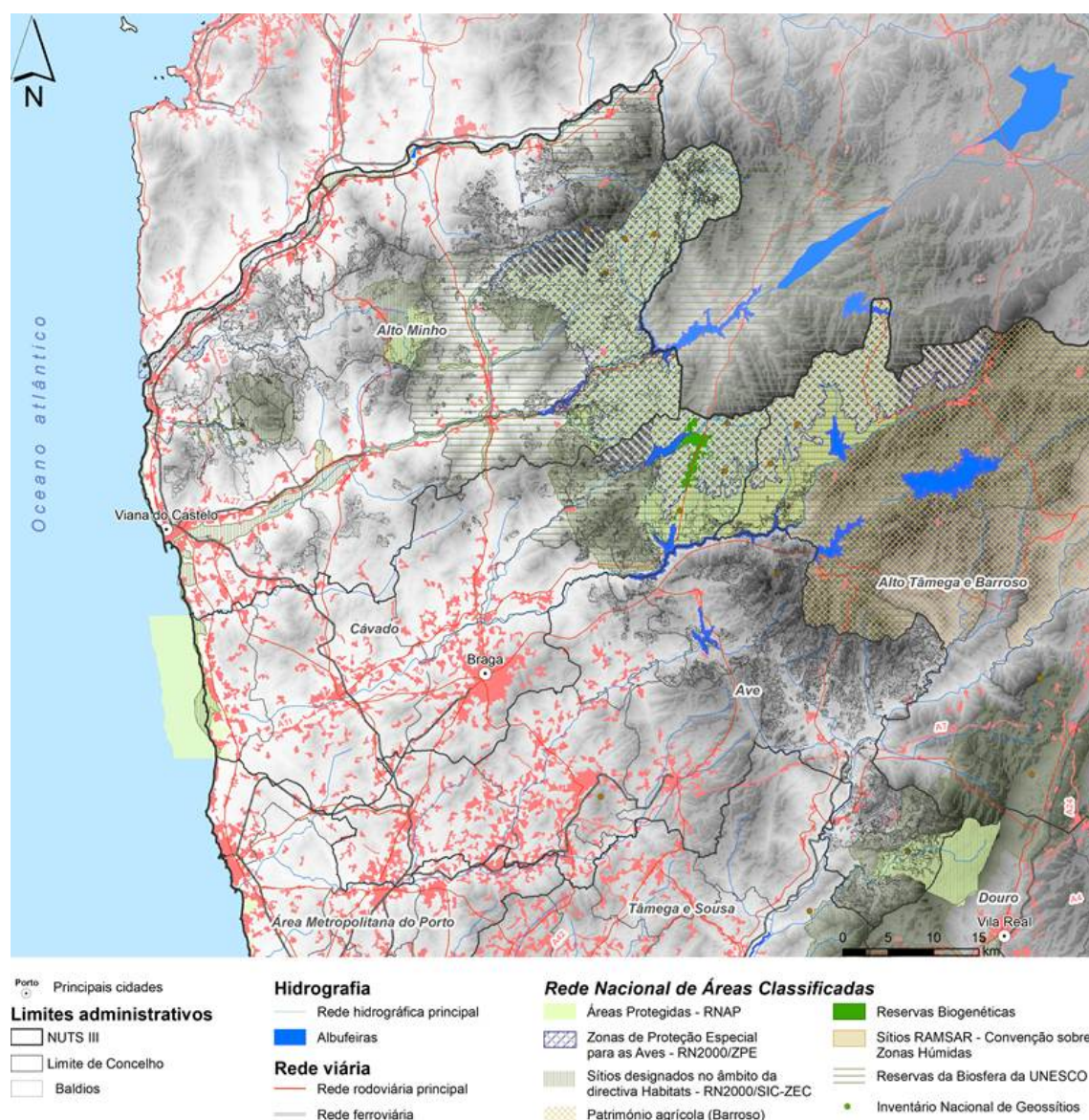


Figura 8. Áreas classificadas, principais habitats, valores de biodiversidade e corredores ecológicos.

1.2. AS PESSOAS E AS ATIVIDADES NOS TERRITÓRIOS COM BALDIOS

É no quadro geográfico e biofísico que antes se apresentou que as pessoas, as comunidades e as instituições humanas se inscrevem e no qual, a cada momento histórico, procuram construir as formas de vida e de organização que, sempre que possível, lhes permitam alcançar maior bem-estar e perspectivas de futuro próprias e para as gerações seguintes. A especificidade das comunidades e dos territórios com baldios do noroeste de Portugal responde a este contexto regional, e procuraremos aqui assinalar algumas das dinâmicas recentes desses espaços por comparação com os territórios sem baldios.

Do ponto de vista demográfico, os territórios com baldios foram fortemente afetados pelas sucessivas vagas de migrações rural-urbano (emigração e migrações internas), que se intensificaram na sequência do pico populacional das décadas de 1950/1960. Deste então, a tendência de declínio não se interrompeu. Em 1991 residiam 271 626 indivíduos nos territórios com baldios do Noroeste. Entre 1991 e 2021 estes territórios perderam 34 712 indivíduos, enquanto os territórios sem baldios registaram um crescimento de 112 289 habitantes (Figura 9). Esta evolução divergente fez cair o peso dos territórios com baldios de 27% para 22% do total da população residente.

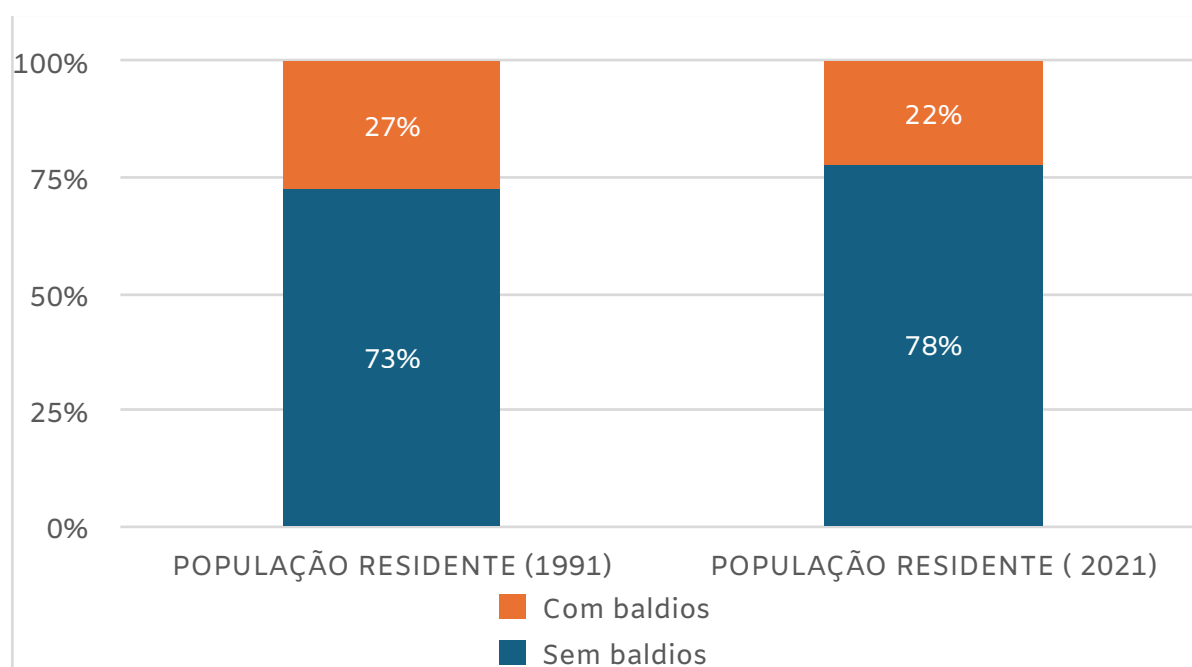


Figura 9. População residente nos territórios sem e com baldios. **Fonte:** INE

As alterações no povoamento refletem as decisões das famílias quanto à localização da sua habitação principal. Aspectos como a proximidade ao local de trabalho e, no caso de famílias jovens, à rede escolar, influenciam significativamente essas decisões. No período em análise, os padrões espaciais da industrialização e, mais tarde, da terciarização, privilegiaram a expansão do emprego nas áreas urbanas e nas áreas rurais mais acessíveis, no hinterland das cidades e vilas, ao longo da rede viária mais densa no litoral e dos principais eixos de ligação ao interior. No caso da rede escolar, considerando o marco temporal do prolongamento da escolaridade obrigatória, há igualmente uma crescente concentração urbana⁵. A conjugação destes fatores reflete-se numa clara situação de desvantagem dos territórios com baldios para reter ou atrair indivíduos e famílias jovens, por serem áreas rurais

5. A extensão da escolarização obrigatória até ao 9º ano em 1986 e ao 12º ano/18 anos de idade em 2009 veio reduzir substancialmente o abandono precoce do sistema educativo. Historicamente, a rede de escolas do 1º alcançou uma considerável cobertura nos espaços rurais, algo que nunca existiu no 3º ciclo e ensino secundário, e que se foi perdendo à medida que as escolas mais periféricas foram alcançando os limiares mínimos no número de alunos e se procedeu à reorganização da rede escolar em centros educativos.

mais remotas, a maior altitude, com maior dificuldade de acesso, e mais mal servidas do ponto de vista dos transportes públicos. A rarefação demográfica desses territórios, que se acentuou e expandiu geograficamente entre 1991 e 2021, condiciona fortemente o seu desenvolvimento (Figura 10).

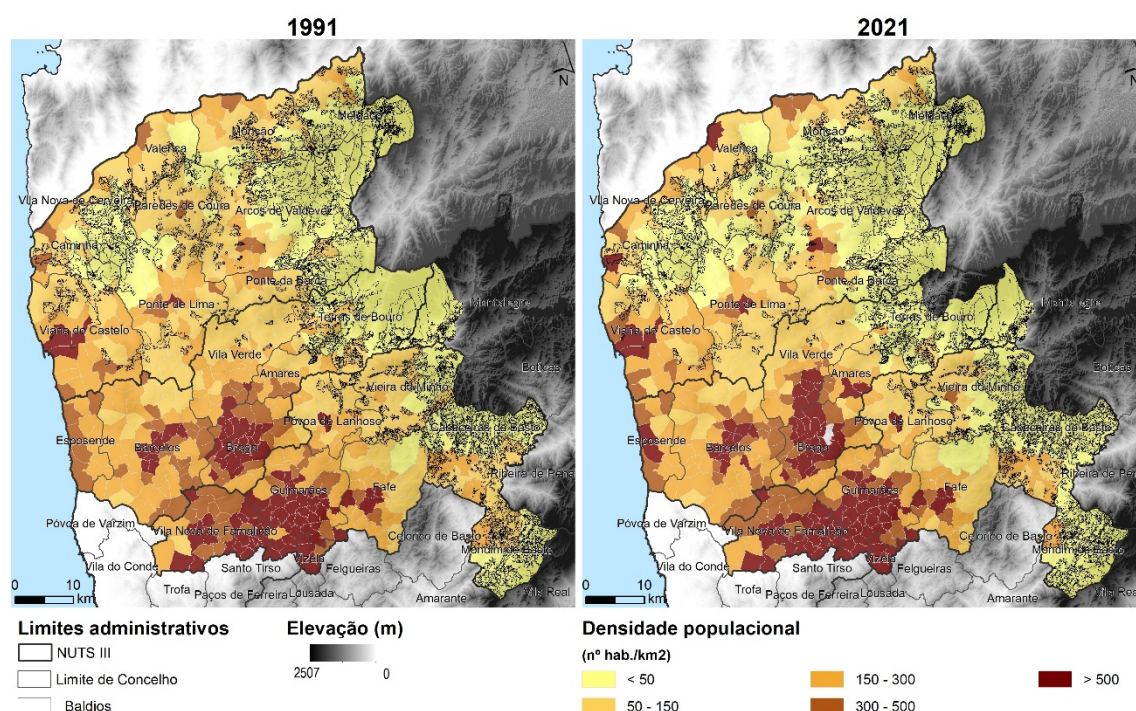


Figura 10. Densidade populacional nas freguesias do noroeste em 1991 e 2021. **Fonte:** INE.

Esta perda populacional é agravada pelo acentuado envelhecimento da população que permaneceu nos territórios (Figura 11). Efetivamente, a fragilização sociodemográfica dos territórios com baldios vai além da simples questão do número total de habitantes. Dada a natureza seletiva dos movimentos migratórios, com predomínio da saída dos mais jovens e qualificados, os territórios com baldios perdem duplamente do ponto de vista do capital humano. Para as comunidades de compartes, este processo pode reduzir a disponibilidade física e temporal para tarefas de gestão, vigilância, pastoreio ou manutenção de infraestruturas e aumentar a dependência de serviços técnicos,

operadores e entidades externas. Por outro lado, a população mais velha concentra um importante património de conhecimento ecológico, produtivo e cultural. Práticas como a vezeira, a condução do gado, o uso e maneio do fogo, a rega de lima, o corte de matos, a identificação de nascentes ou a leitura das condições meteorológicas foram aprendidas e transmitidas sobretudo pela experiência. A redução do número de praticantes, sem mecanismos de registo, valorização e transmissão, representa um risco para o património imaterial e para a capacidade de adaptar a gestão às condições específicas de cada território.

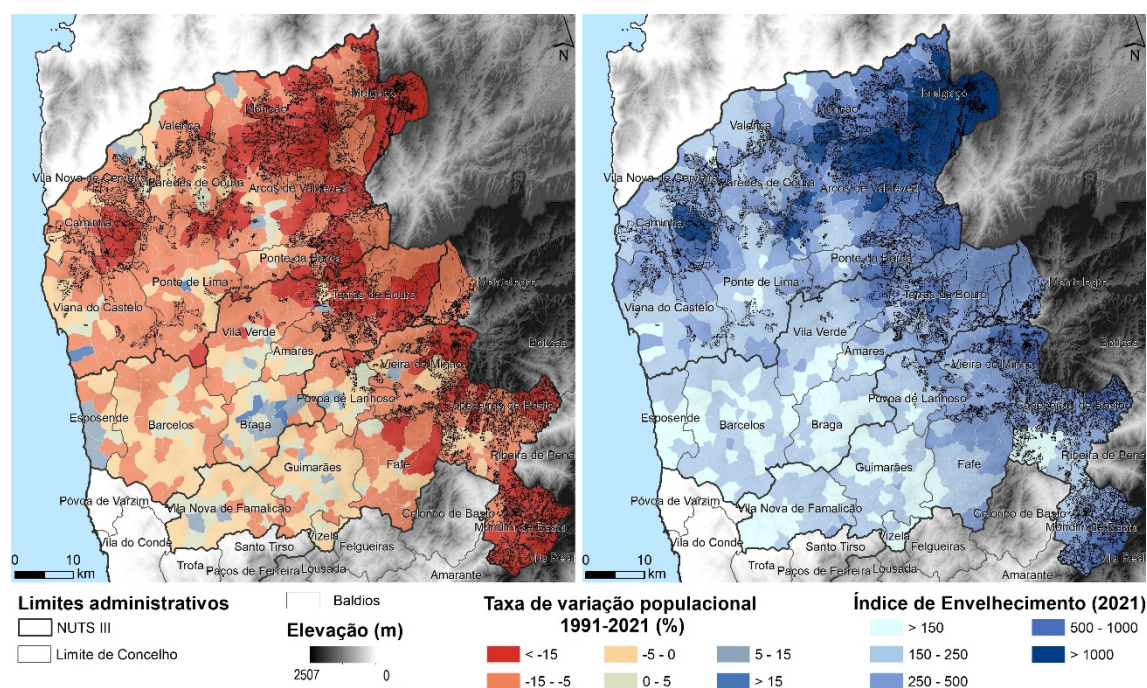
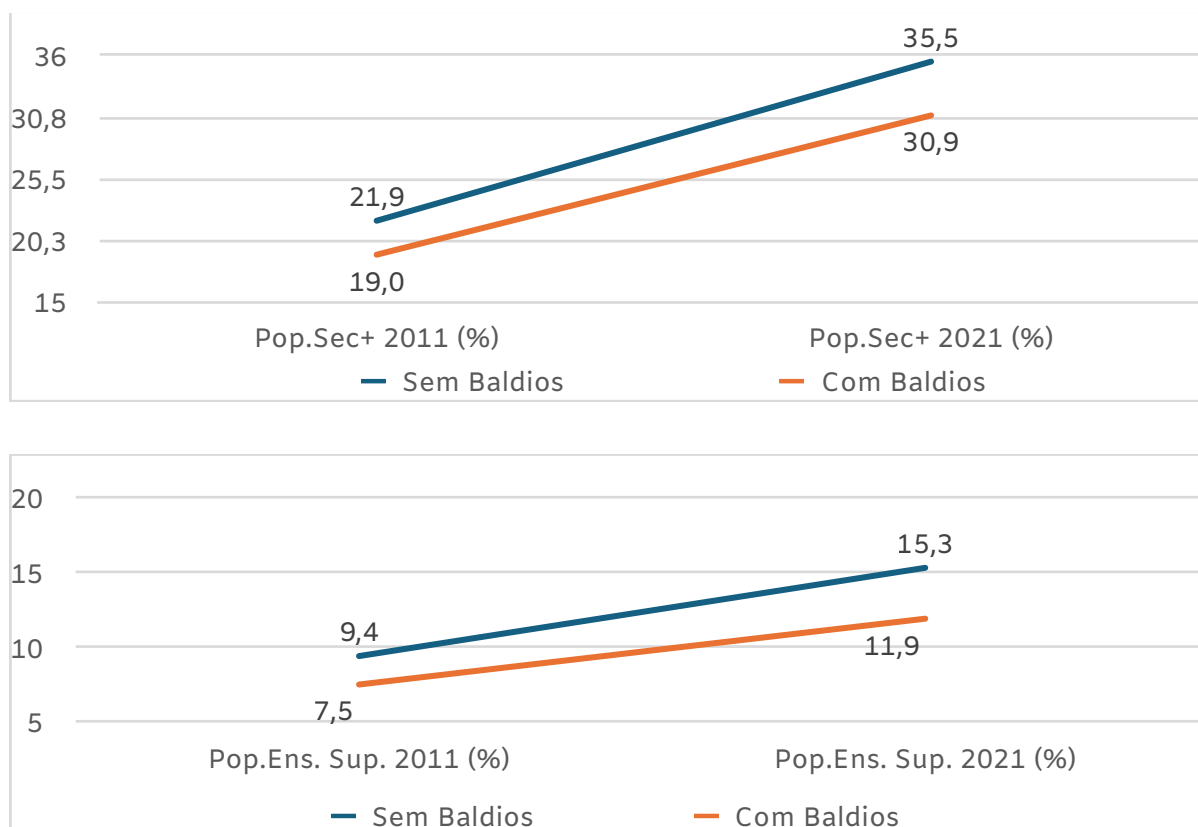


Figura 11. Mapa da variação populacional (%) no período 1991-2021 (à esquerda) e densidade populacional em 2021 (à direita). **Fonte:** INE.

Do ponto de vista das qualificações, um dos indicadores do capital humano, é de realçar a tendência geral de crescimento, quer ao nível do ensino secundário quer do ensino superior (Figuras 12). Não obstante, as diferenças relativas entre os territórios com e sem baldios não só não diminuíram entre 2011 e 2021, como até aumentaram.



Figuras 12. População com pelo menos o ensino secundário (esq.) e população com o ensino superior (dta.) nos territórios com e sem baldios. **Fonte:** INE.

Há um quadro de desigualdades territoriais nas qualificações que se mantém e que, nalguns aspetos, se tem vindo a acentuar ao longo do tempo. Uma análise mais fina a nível espacial evidencia o padrão cada vez mais urbano-centrado das pessoas com qualificações mais alta (Figura 13). É de referir, pela sua excecionalidade, o caso de Campo do Gerês (Terras de Bouro), que por via da sua capacidade para atrair antigos e novos residentes mais qualificados, se diferencia no contexto das freguesias mais montanhosas. Estas dinâmicas emergentes, em parte relacionadas com as possibilidades de trabalho remoto e pela crescente acessibilidade a veículos privados, mas também pela atração pela natureza e pela vivência em pequenas comunidades, podem contribuir para atenuar a gravidade da vulnerabilidade sociodemográfica dos territórios serranos. Os baldios encerram aqui potencialidades, por permitirem a construção de novos sentidos e

práticas de comunidade em articulação com a memória e tradição de cada território.

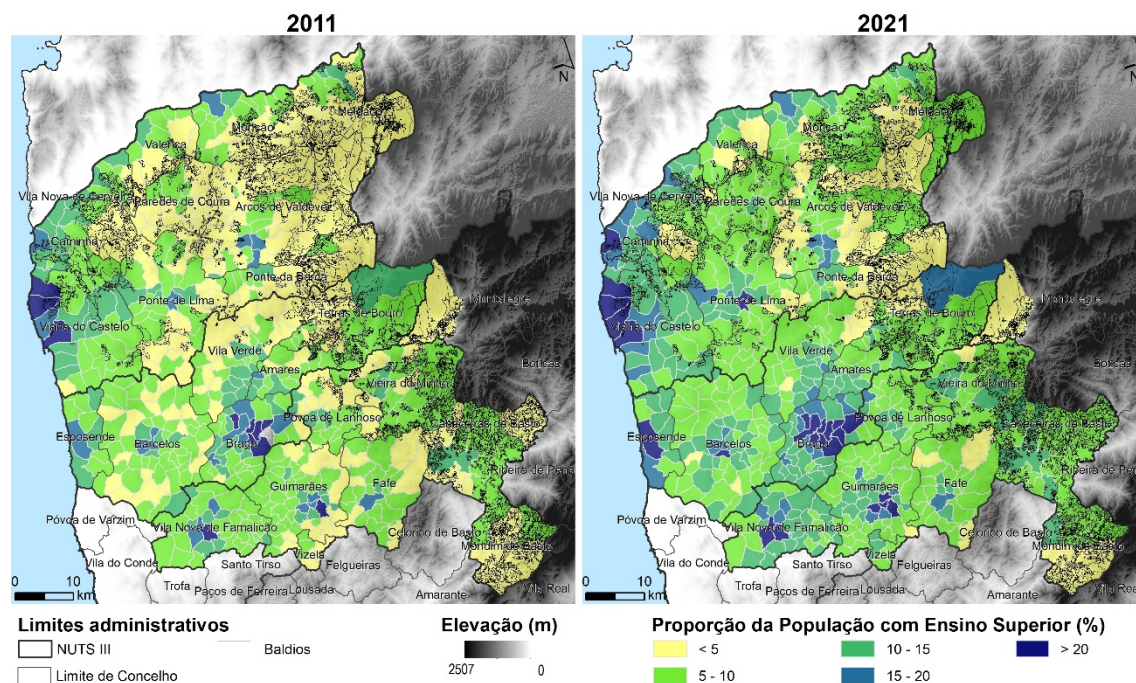


Figura 13. Proporção da população residente com o ensino superior em 2011 (à esquerda) e em 2021 (à direita). **Fonte:** INE.

ATIVIDADES ECONÓMICAS E NÍVEIS DE VIDA

As transformações económicas profundas das últimas décadas incluem um componente importante de melhoria do bem-estar material das famílias e dos indivíduos. Embora não permitindo uma análise por freguesia, a evolução do poder de compra per capita concelhio reflete uma convergência de todos os municípios do Noroeste relativamente à média nacional (Figura 14). Em 1993, 10 dos 25 municípios tinham com um poder de compra médio per capita inferior a 40% valor nacional, e apenas a cidade de Braga apresentava um índice superior a 85%, em 2023 todos os municípios tinham um índice de poder compra superior a 55% e eram já 5 os municípios com índice superior a 85% (Braga, Viana do Castelo, Vila Nova de Famalicão, Guimarães e Esposende). É

de realçar, uma vez mais, não obstante, que as desigualdades sub-regionais são ainda substanciais, e claramente definidas entre os espaços mais urbanizados e litorais, incluindo as duas capitais de distrito, e os municípios mais interiores e serranos.

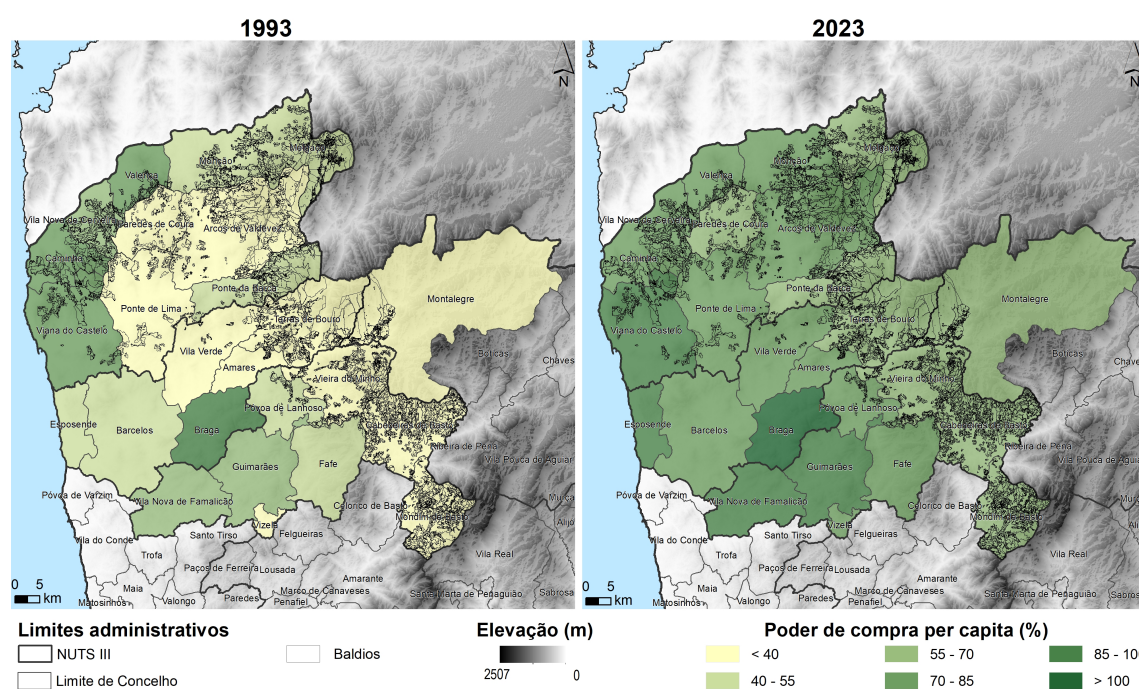


Figura 14. Poder de compra per capita médio por município em 1993 e 2023. **Fonte:** INE.

Interessa olhar com algum detalhe as principais atividades económicas nos territórios com baldios, dando conta das transformações recentes, e considerando não apenas a sua dimensão económica, mas também social e ecológica.

AGRICULTURA E PECUÁRIA

O retrato de uma economia essencialmente agrária (em sentido lato, incluindo agricultura, a pecuária e a silvicultura), com uma forte componente de autoconsumo ou subsistência, está já ultrapassado na

realidade rural portuguesa. A profundidade das mudanças socioeconómicas é particularmente visível na convergência da estrutura ocupacional por setor de atividade (Figura 15). Do ponto de vista do emprego, o setor primário tem um peso inferior a 5%, seja em territórios com baldios e ou sem baldios. Em 2011 era já o setor terciário – dos serviços às pessoas e às empresas – que ocupava mais de 50% da população ativa empregada.

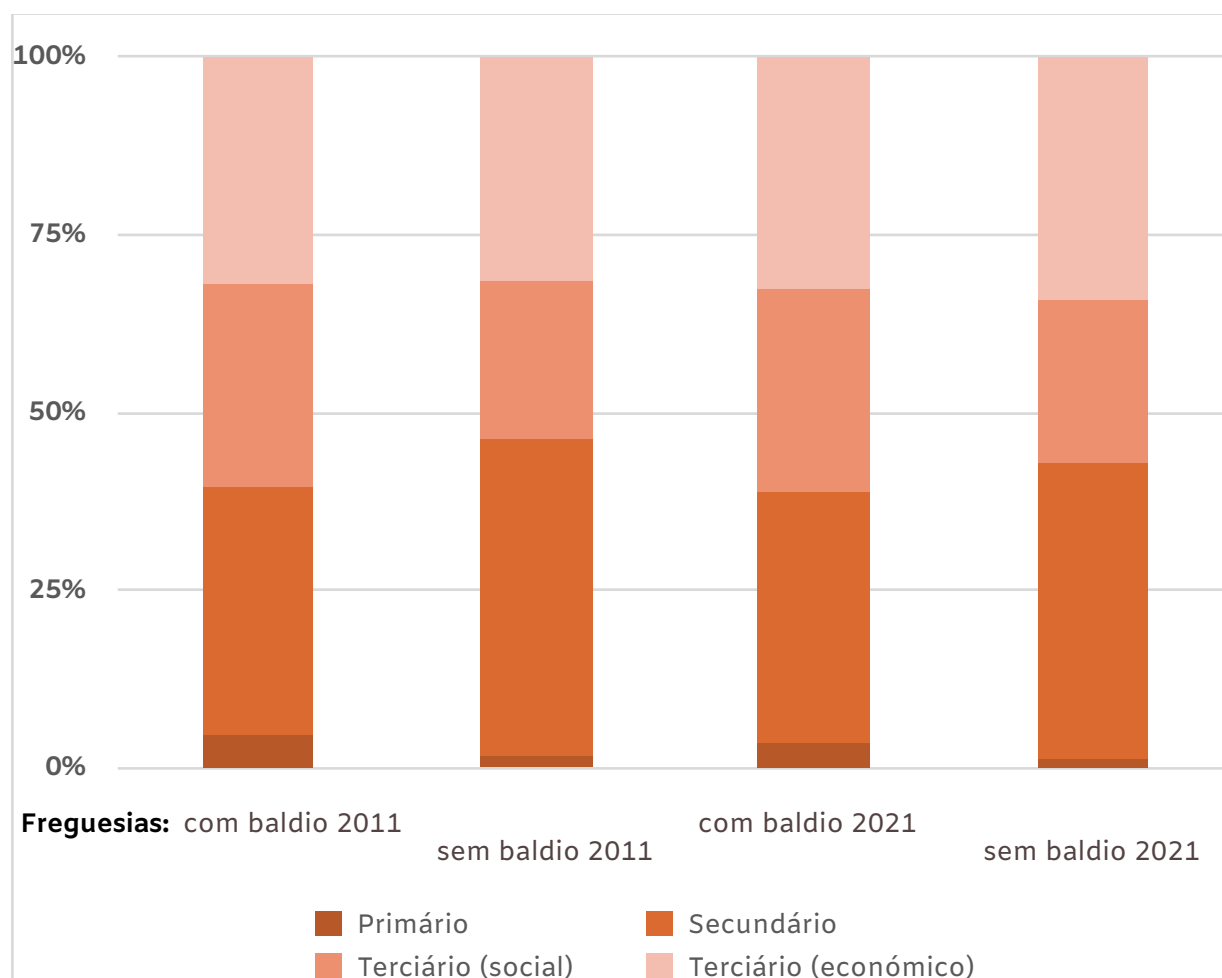


Figura 15. Distribuição do emprego por setores de atividade económica em 2011 e 2021. **Fonte:** INE.

Olhando mais em detalhe para o setor primário, e em particular para a agricultura, sabe-se que o seu peso económico e social tende a ser bastante superior ao peso no emprego, sobretudo nas regiões com uma agricultura mais marcadamente de tipo familiar, como é todo o

Minho. Esta realidade é capturada pelos números da população agrícola familiar (Quadro 1). No conjunto dos territórios com baldios a agricultura continua a marcar o quadro de vida familiar de 15% dos indivíduos, não chegando aos 4% nos demais territórios.

	Sem baldio	Com baldio	Total
População agrícola familiar (2019; número de indivíduos)	30 849	35 817	66 666
População agrícola familiar (2019; %)	46,3 %	53,7 %	100,0 %
PAF 2019/ PR 2021 (%)	3,7 %	15,1 %	6,2 %

Quadro 1. População agrícola familiar (PAF) e seu peso na população residente. **Fonte:** INE.

Mas é numa análise ao nível da freguesia que a agricultura familiar de montanha melhor revela a sua importância económica e social, com um peso da PAF que em vários casos supera os 40% ou mesmo os 60% da população residente (Figura 16).

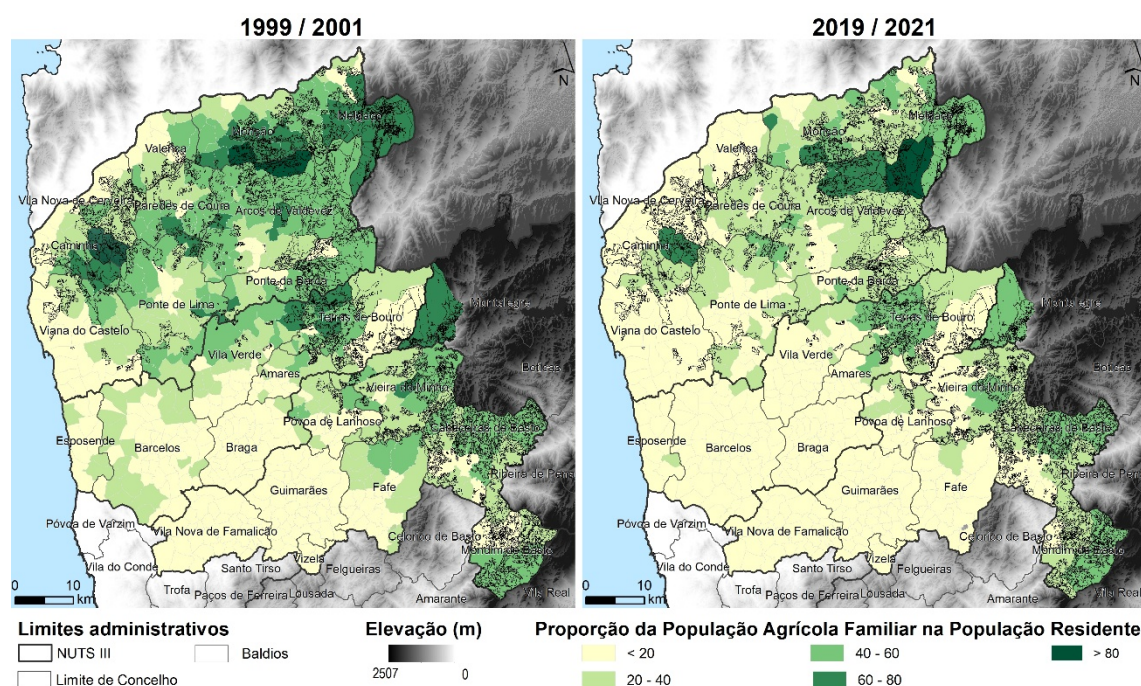


Figura 16. Proporção da população agrícola familiar na população residente em 1999/2001 (Esq.) e em 2019/2021. **Fonte:** INE.

O amplo predomínio da pequena agricultura familiar no Noroeste tem-se mantido ao longo do tempo, com uma ligeira redução. Se em 1989 eram 97,5% as explorações agrícolas geridas por produtores singulares e com o trabalho maioritariamente realizado por mão-de-obra familiar, em 2019 essa proporção era ainda de 93,5% (Quadro 2). A pequena dimensão das explorações agrícolas é outra característica estruturante do setor agrícola regional. A dimensão das explorações agrícolas, expressa em superfície agrícola utilizada (SAU), subiu de 2,22 para 2,79 hectares, nos últimos 30 anos. Nos baldios, por outro lado, há um incremento da superfície agrícola utilizada ao longo do tempo, refletindo-se numa ampliação da área agrícola disponível para os agricultores compartes, sobretudo na forma de pastagens.

	1989	1999	2009	2019
Nº Explorações Agrícolas	62921	38378	27781	25378
Nº EA de Produtores Autónomos	61349	36925	26798	23732
Nº EA de Produtores Autónomos em TCB**	33183	20036	15159	13206
SAU privada total* (hectares)	139761	90299	73853	70764
SAU privada em TCB	70519	43051	34993	32893
SAU em áreas de baldio	43614	47336	66510	69026
Produtores autónomos (% do total)	97,5	96,2	96,5	93,5
SAU privada média (ha/exploração)	2,22	2,35	2,66	2,79
SAU privada média (ha/exploração em TCB)	2,13	2,15	2,31	2,49
SAU média de baldio (ha baldio/ exploração em TCB)	1,31	2,36	4,39	5,23

*Superfície agrícola utilizada das explorações agrícolas de produtores singulares, empresas e sociedades (exclui áreas de SAU em baldio e áreas de outro tipo de explorações).

** Territórios com baldios.

Quadro 2. Explorações Agrícolas e Superfície Agrícola Utilizada

A pastoreio nos baldios constitui um dos elementos estruturantes das práticas comunitárias ao longo dos tempos, com a organização coletiva do acompanhamento e vigilância dos animais a envolver todas as famílias da comunidade (Dias, 1983; Rodrigues, 1987). A atividade agro-silvo-pastoril era a base económica principal de muitas comunidades serranas na economia agrária que prevaleceu até meados do século XX. Desde então sofreu um declínio acentuado, agravado pelas políticas de florestação das áreas comunitárias e pelo êxodo rural, enfrentando atualmente dificuldades na renovação geracional dos produtores, sobretudo no caso das atividades com pequenos ruminantes. Esta tendência, analisada para todo o noroeste, reflete-se numa redução substancial do número de cabeças por espécie animal, sobretudo de ovinos e caprinos (Figura 17).

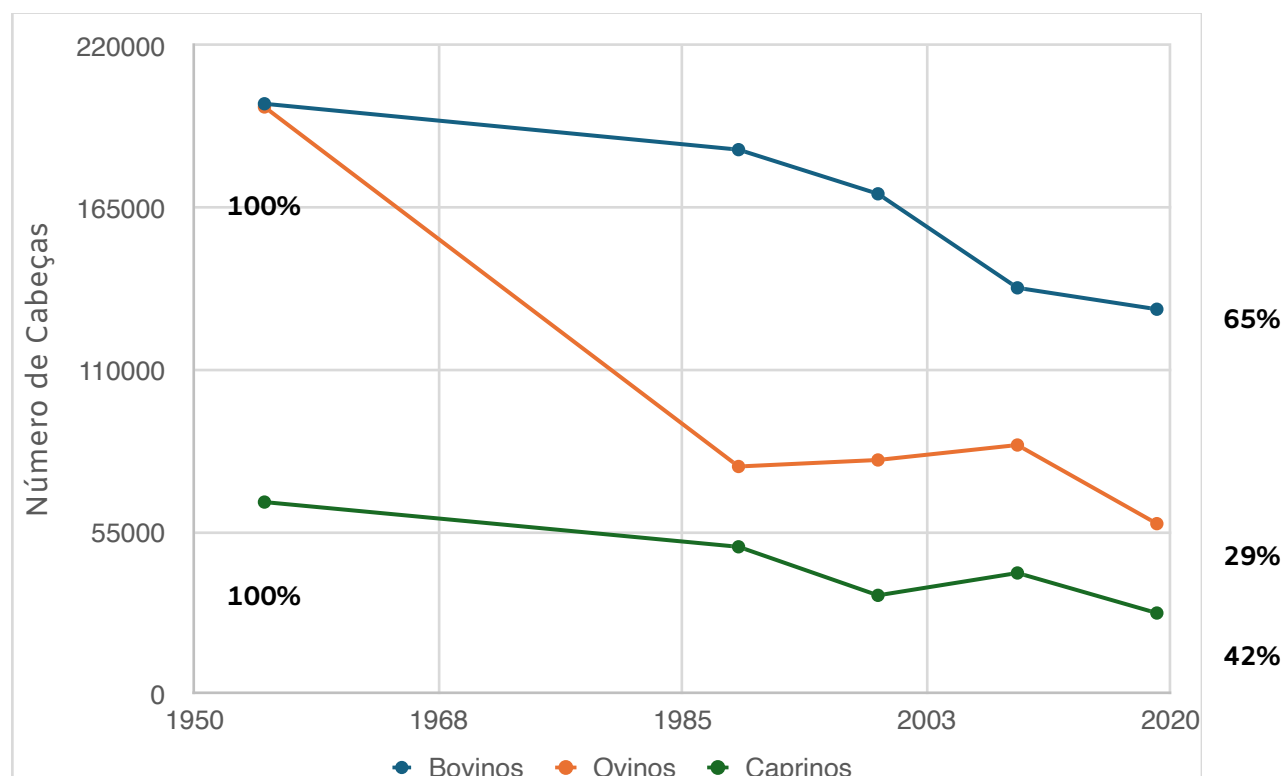


Figura 17. Evolução dos efetivos bovinos, ovinos e caprinos no noroeste. **Fonte:** INE, Arrolamento Geral dos Gados, 1955; INE Recenseamentos Agrícolas 1989 a 2019.

A redução acentuada do pastoreio nas áreas serranas e nas áreas de monte envolventes das aldeias é cada vez mais relacionada com a

perda de resiliência dos sistemas socio-ecológicos, preconizando-se uma nova abordagem a esta atividade que tenha em conta os serviços de ecossistema que contribui para manter, incluindo a conservação da biodiversidade e a redução do risco de incêndio (Madureira et al., 2013; Honrado et al., 2017). A Política Agrícola Comum tem contribuído para atenuar esta redução com apoios específicos para zonas de montanha e pecuária extensiva, se bem que nem sempre com consistência, pelo que os desafios continuam a ser substanciais. É importante perceber de que forma estão as comunidades a responder a esta problemática, e de que formas podem os vários atores, incluindo investigadores e decisores políticos, contribuir para promover trajetórias que mantenham ou reintegrem o pastoreio extensivo como uma atividade sustentável e positiva para as pessoas e para a natureza.

FLORESTAS

A floresta, que atualmente tem importância em muitas áreas comunitárias, é o resultado de sucessivas intervenções do Estado nos baldios. O ponto de viragem entre a vocação agropastoril e a vocação florestal remete para as ações massivas de florestação do Estado Novo entre 1930 e 1960, enquadradas no Plano de Povoamento Florestal (PPF). Um tipo de intervencionismo que se prolongou com as florestações financiadas pelo Banco Mundial entre 1981 e 1988 (Mendes e Dias, 2002). O PPF abrangeu uma área total de 318 000 hectares de áreas comunitárias do Norte e Centro, florestadas pelo Estado entre 1935 e 1972, quase exclusivamente com pinheiro marítimo (*Pinus pinaster*) (Mendes e Dias, 2002). As ações diretas de florestação pelo Estado e os mais recentes sistemas de incentivos à florestação contribuíram para transformar a paisagem de forma substancial, não só no crescimento da área florestada, mas também quanto ao tipo de floresta que existe nesta região.

Um indicador visível da importância crescente da floresta no noroeste de Portugal, e que se reflete diretamente nas comunidades locais com baldios, é o crescimento do número de sapadores florestais. Esse

número passou de 65 em 1999 para 484 em 2024, correspondendo a 7,4 vezes mais operacionais dedicados à manutenção da floresta e à prevenção e vigilância de incêndios (Figura 18).

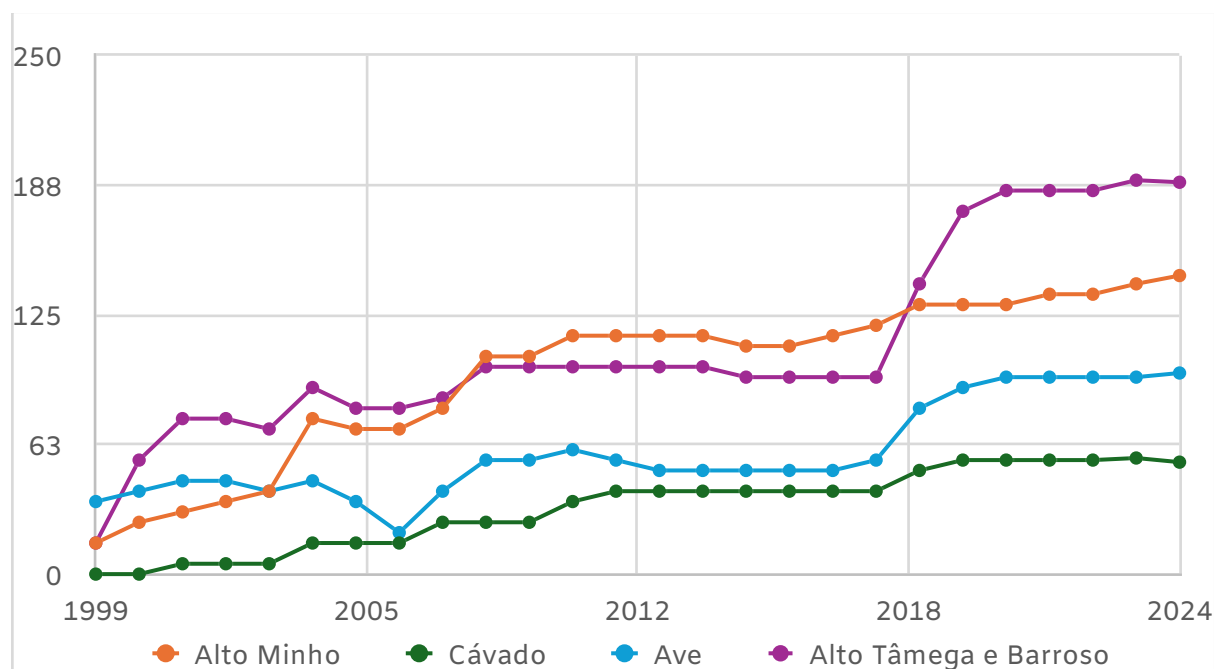


Figura 18. Número de pessoas ao serviço das equipas de Sapadores Florestais (INE).

As questões da gestão sustentável da floresta, e da articulação entre floresta e outros usos e ocupações do solo, assumem particular importância para as comunidades locais, quer pelas oportunidades de emprego e de rendimentos que podem proporcionar, quer pelo relevo das suas funções ecológicas, em muito dependentes da existência de uma gestão de proximidade ativa.

TURISMO

Um dos ramos de atividade que mais tem crescido nos últimos anos, e que tem tido impacto nos territórios com baldios, é o turismo. Dada a natureza particularmente móvel dos visitantes e turistas, no quadro das suas estadias num determinado destino, é importante analisar as

tendências sub-regionais, incluindo-se, além das NUTIII do Noroeste, também a NUTIII do Alto Tâmega.

Ao nível da procura os dados confirmam a tendência de crescimento das dormidas turísticas generalizada a todas as sub-regiões do Noroeste e ao Alto Tâmega, apenas interrompida no período pandémico (Figura 19).

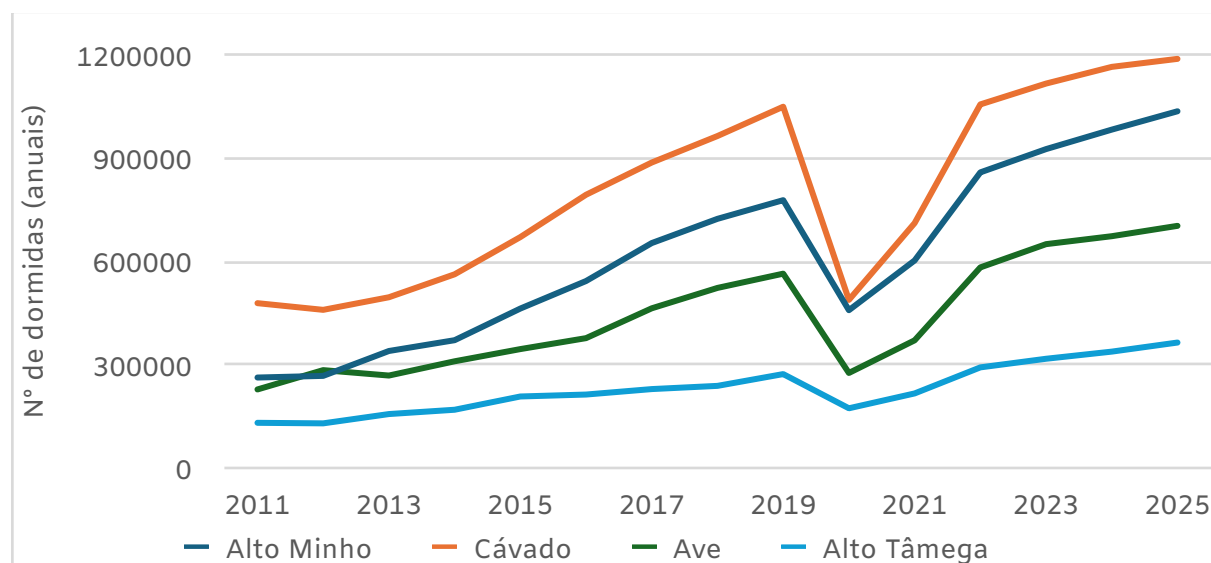


Figura 19. Número de dormidas em alojamentos turísticos por NUTIII.

Em termos espaciais interessa ter em conta a existência de contrastes concelhios no que se refere à dimensão da procura turística, expressa em número de dormidas, mas também significativa expansão geográfica dessa procura, sobretudo para o interior da sub-região do Cávado e em Montalegre.

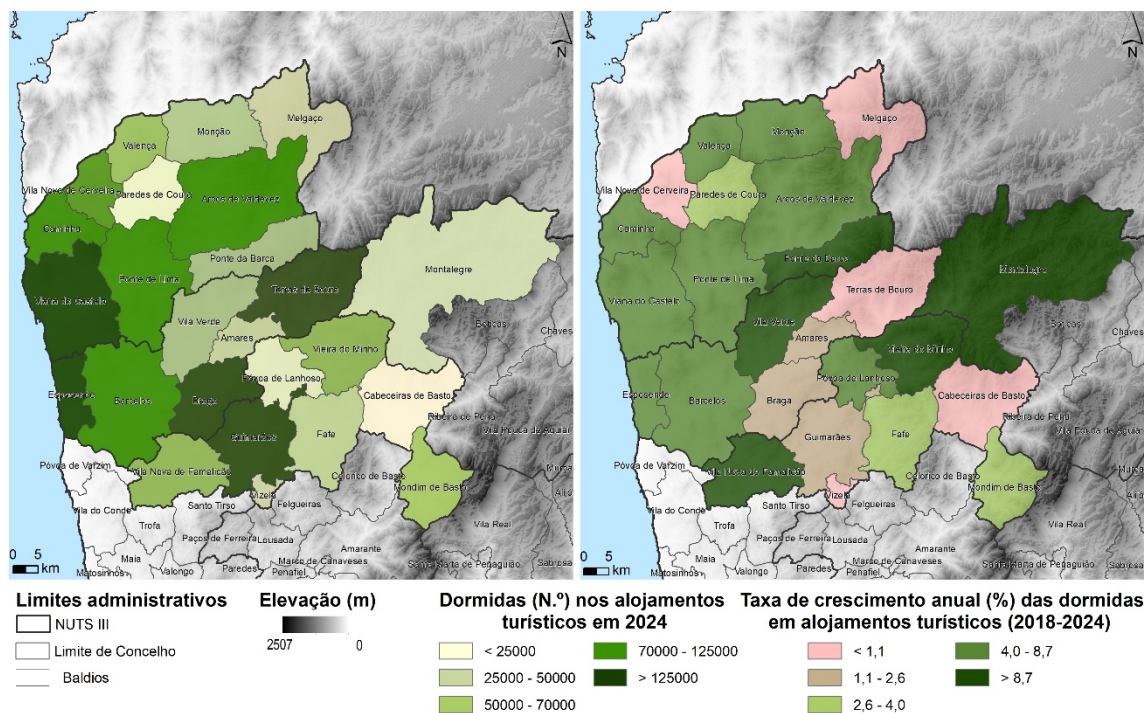


Figura 20. Dormidas nos alojamentos turísticos e taxa de crescimento anual 2018-2024 do número de dormidas por concelho. Fonte: INE

As atividades económicas de alojamento, restauração e animação turística são, em muitos casos promovidas por residentes nas comunidades locais, e nesse sentido, uma gestão do baldio para cuidar e valorizar o património cultural e natural, pode beneficiar a economia dos compartes. Podem também ser promovidas por empreendedores provenientes de outras localidades, e de forma menos integrada na economia local. Em todo o caso, o acesso livre dos visitantes e das empresas de turismo externas aos baldios, quando ocorre sem consciência de estarem em áreas produtivas e/ou a usufruir de património de propriedade comunitária, condiciona negativamente a conversão da atividade turística em benefícios para as comunidades.

As tensões entre comunidades locais e turismo, no PNPG, aumentam quando: (1) os beneficiários com negócios turísticos são pouco representativos na comunidade, (2) as atividades turísticas resultam na degradação dos recursos e infraestruturas existentes nos baldios e ainda (3) devido ao facto de o Estado, através do ICNF, ser a entidade

que regula as autorizações e cobra as taxas ligadas ao uso turístico organizado de áreas baldias (Luz, 2017).

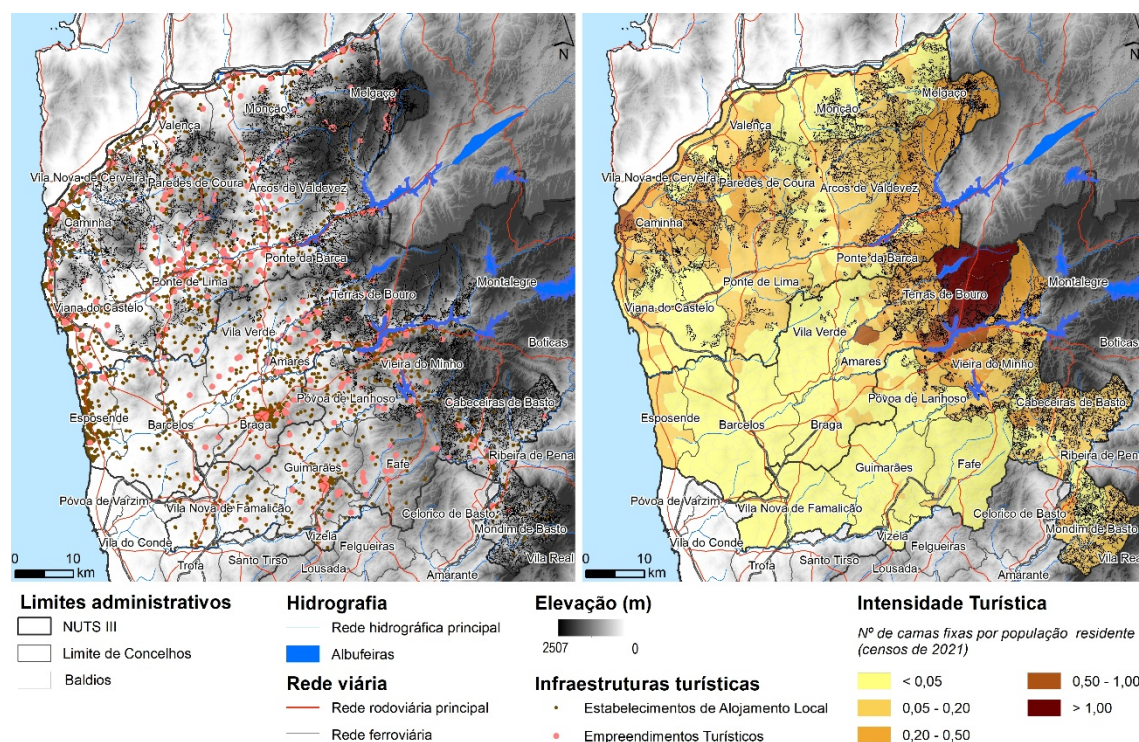


Figura 21. Distribuição geográfica do alojamento turístico (esq.) e níveis de intensidade turística (dta.) em 2021 Fontes: Turismo de Portugal e INE.

O forte crescimento da procura e da oferta turística, e o evidente padrão de investimento no turismo rural e de natureza nos territórios mais serranos, reflete uma estratégia de diversificação económica que interessa gerir e avaliar de forma mais aprofundada, e integrar como temática relevante no âmbito da governança dos baldios numa lógica de conciliação e reforço positivo com as atividades agropecuárias e de conservação do património natural e cultural.

ENERGIAS RENOVÁVEIS

No contexto da transição do setor energético para as energias renováveis os territórios de montanha desempenham um papel significativo, considerando o seu potencial para a produção de energia

elétrica a partir da energia hídrica, eólica e da biomassa. Os baldios têm aqui um papel importante, quer por corresponderem a uma grande parte da superfície das bacias hidrográficas que permitem encher as albufeiras, quer por aí se localizarem os melhores locais para instalar aerogeradores. No noroeste de Portugal e no Alto Tâmega e Barroso, a capacidade instalada para produzir energia elétrica a partir de energia hídrica e de energia eólica corresponde, respetivamente, a 44% e 35% do total nacional (Figuras 21 e 22).

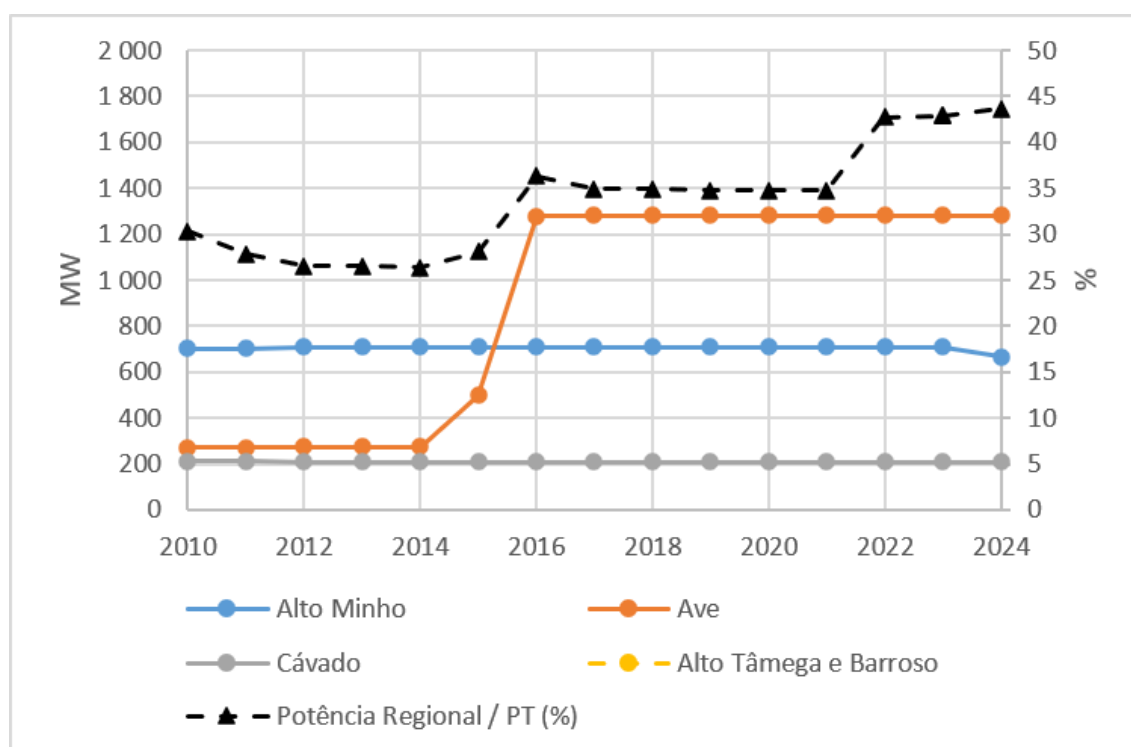


Figura 22. Potência instalada – energia hídrica (MW) **Fonte:** Direção Geral de Energia e Geologia

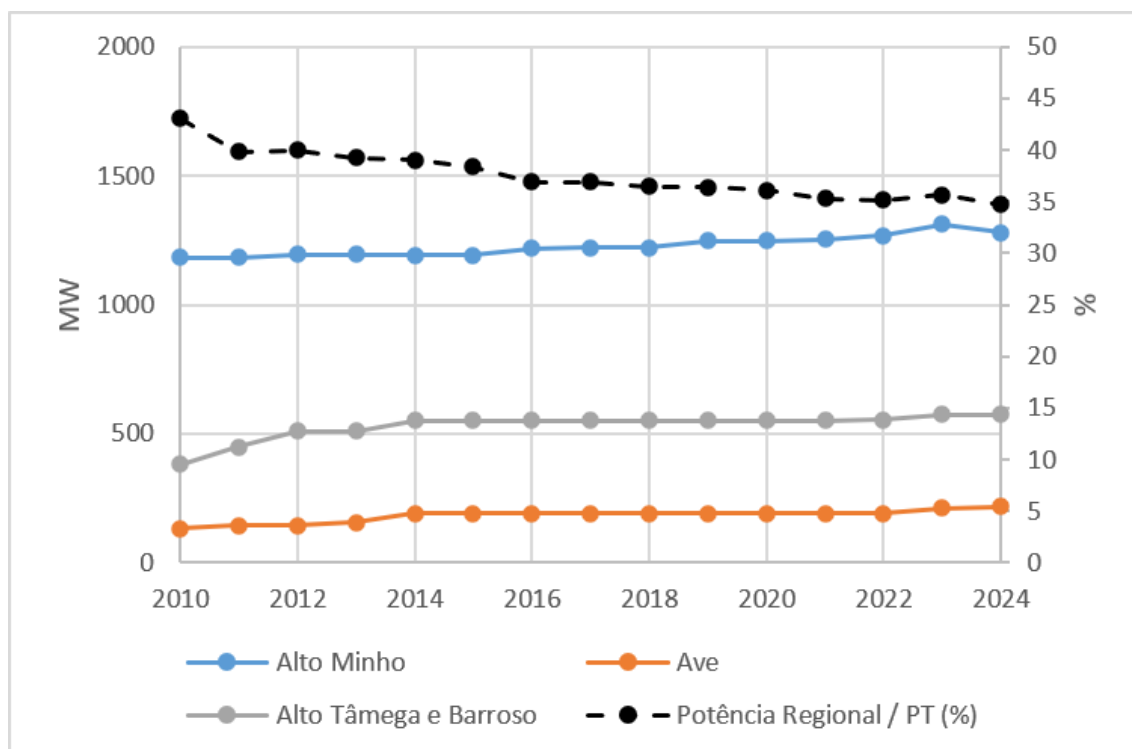


Figura 23. Potência instalada nas centrais produtoras de energia eólica (MW). **Fonte:** Direção Geral de Energia e Geologia

As atividades económicas de produção de energias renováveis têm sido promovidas por empresas especializadas e de grande dimensão, que na sua relação com as comunidades estabelecem contratos de cessão de exploração. As comunidades locais passam a auferir de rendas anuais, o que nalguns casos significa a obtenção de importantes receitas. Algumas questões pertinentes neste âmbito remetem para o equilíbrio na distribuição de benefícios entre empresas e comunidades, e para a devida atenção dada aos impactos paisagísticos, ambientais e socioeconómicos destes projetos à escala local, que nem sempre são positivos.

1.3. OCUPAÇÃO E USO DO SOLO: EVOLUÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DA PAISAGEM

As alterações de povoamento, as estruturas e as atividades económicas, num quadro da diversidade espacial e temporal das condições, recursos e funções ambientais, apresentam correspondência nos padrões de ocupação e uso do solo e nas transformações cénicas e funcionais da paisagem.

Em 2023, os matos constituíam a ocupação dominante, com cerca de 72 233 hectares, correspondentes a 55% da área dos baldios. A floresta ocupava aproximadamente 43 356 hectares, ou 33%, e os espaços descobertos ou com pouca vegetação cerca de 12 993 hectares, equivalentes a 10%. As áreas agrícolas representavam apenas cerca de 1 033 hectares, ou 1% da superfície, enquanto as pastagens, as superfícies agroflorestais, as zonas húmidas, as massas de água e os territórios artificializados apresentavam, individualmente, uma expressão inferior a 1%. Estes valores confirmam o predomínio de cobertos florestais e seminaturais e a reduzida expressão atual dos usos agrícolas no interior das áreas comunitárias.

Esta estrutura evidencia, em particular, a importância territorial das formações arbustivas. Os matos não constituem uma categoria homogénea: integram urzais, tojais, giestais, charnecas húmidas e secas, matos baixos sobre solos esqueléticos e formações mais altas em diferentes fases de sucessão para bosque. O seu valor ecológico, produtivo e paisagístico, bem como o tipo e a intensidade de gestão necessários, dependem da composição, da estrutura, da localização e das relações com o pastoreio, a biodiversidade, a proteção do solo e o risco de incêndio.

A floresta integra igualmente realidades muito distintas, incluindo povoamentos de pinheiro-bravo, áreas de eucalipto, formações mistas, carvalhais, galerias ripícolas e manchas em regeneração. As florestas autóctones tendem a concentrar-se nos vales encaixados, nas encostas mais húmidas e em áreas menos perturbadas. Os povoamentos de produção podem gerar receitas importantes para as comunidades, mas

exigem gestão silvícola regular, diversificação e integração em mosaicos territorialmente mais resilientes.

Os espaços descobertos ou com pouca vegetação correspondem, em grande parte, a afloramentos rochosos, escarpas, áreas de solo muito delgado e superfícies sujeitas a condições ambientais extremas. Apesar da reduzida produtividade convencional, incluem-se num quadro de promoção da geo e biodiversidade, de conservação de espécies especializadas, imprimindo dimensões únicas e marcadas na paisagem.

EVOLUÇÃO DA OCUPAÇÃO E USO DO SOLO ENTRE 1995 E 2023

A comparação da série temporal entre 1995 e 2023 evidencia uma alteração clara na relação entre a floresta e os matos. A área florestal diminuiu cerca de 5,2 mil hectares, enquanto os matos aumentaram aproximadamente 4,9 mil hectares. Estes valores sugerem que uma parte significativa das mudanças se relaciona com a perda, degradação ou não reposição de povoamentos florestais e com a instalação de formações arbustivas, frequentemente após incêndios, cortes ou períodos prolongados de uma gestão florestal absentista.

A diminuição da agricultura em termos de extensão territorial, apesar de reduzida em termos absolutos, assume significado quando considerada a diminuída expressão territorial inicial concentrada em vales de várzea, altitude, áreas de pastagens naturais ou espaços de socalcos. A perda de cerca de 372 hectares corresponde a uma retração aproximada de um quarto da área agrícola existente em 1995. Este processo relaciona-se com o abandono de parcelas periféricas, a menor disponibilidade de mão de obra e a redução das relações de complementaridade entre os campos privados e os espaços comunitários. A agricultura remanescente concentra-se sobretudo nas interfaces com as aldeias, nos vales e nas áreas de maior aptidão e acessibilidade.

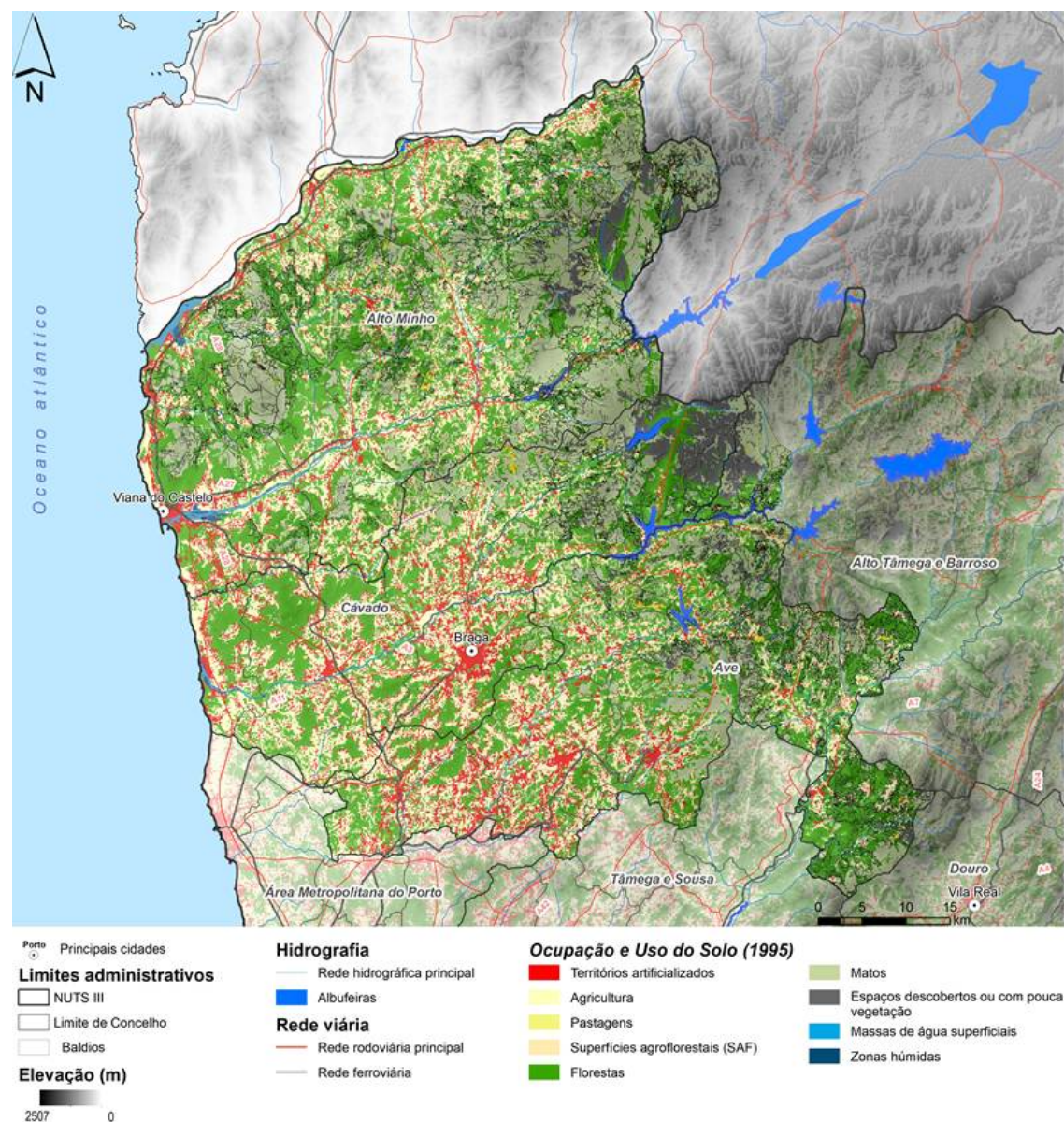
Os territórios artificializados aumentaram de 195 para 589 hectares. Apesar de representarem menos de 1% da superfície, o crescimento reflete novas infraestruturas, equipamentos, vias, edificações dispersas e outras ocupações. A sua localização pode ser mais relevante do que a área total, sobretudo quando afeta corredores ecológicos, aumenta a interface urbano-florestal ou condiciona a circulação e a gestão.

A estabilidade aparente dos espaços descobertos, das zonas húmidas e das massas de água não significa ausência de transformação ecológica. As alterações na estrutura e composição da vegetação na intensidade de uso podem ocorrer sem mudança da classe cartográfica. Por esta razão, a monitorização deve combinar a cartografia de ocupação e uso do solo com indicadores relativos à estrutura da vegetação, ao estado de conservação dos habitats, à humidade, à severidade dos incêndios e às práticas de gestão.

Os dados evidenciam a predominância de espaços rurais e seminaturais, associados, em geral, a uma baixa densidade demográfica, embora marcados por alterações importantes nas atividades económicas e nas principais classes de uso do solo, nomeadamente na floresta e na agricultura. Os indicadores sociais e económicos anteriormente apresentados refletem a diminuição da população residente e da população agrícola, bem como o progressivo envelhecimento das comunidades locais. Estas tendências traduziram-se, numa primeira fase, na extensificação das práticas agrícolas, pecuárias e florestais e, posteriormente, num processo gradual de abandono, com intensidade e características diferenciadas em cada unidade territorial ou baldio.

O aparecimento de novos agentes, dotados de maior capacidade técnica, financeira e organizativa para intervir na gestão florestal e, em alguns casos, na atividade pecuária em áreas baldias, introduziu novas dinâmicas de utilização e valorização destes territórios. Contudo, a sua intervenção não tem sido suficiente para substituir ou compensar a perda generalizada de população, agentes locais e atividades agroflorestais, mantendo-se importantes desafios ao nível da gestão

continuada, da ocupação do território e da conservação da paisagem rural (Figura 24 e Quadro 3).



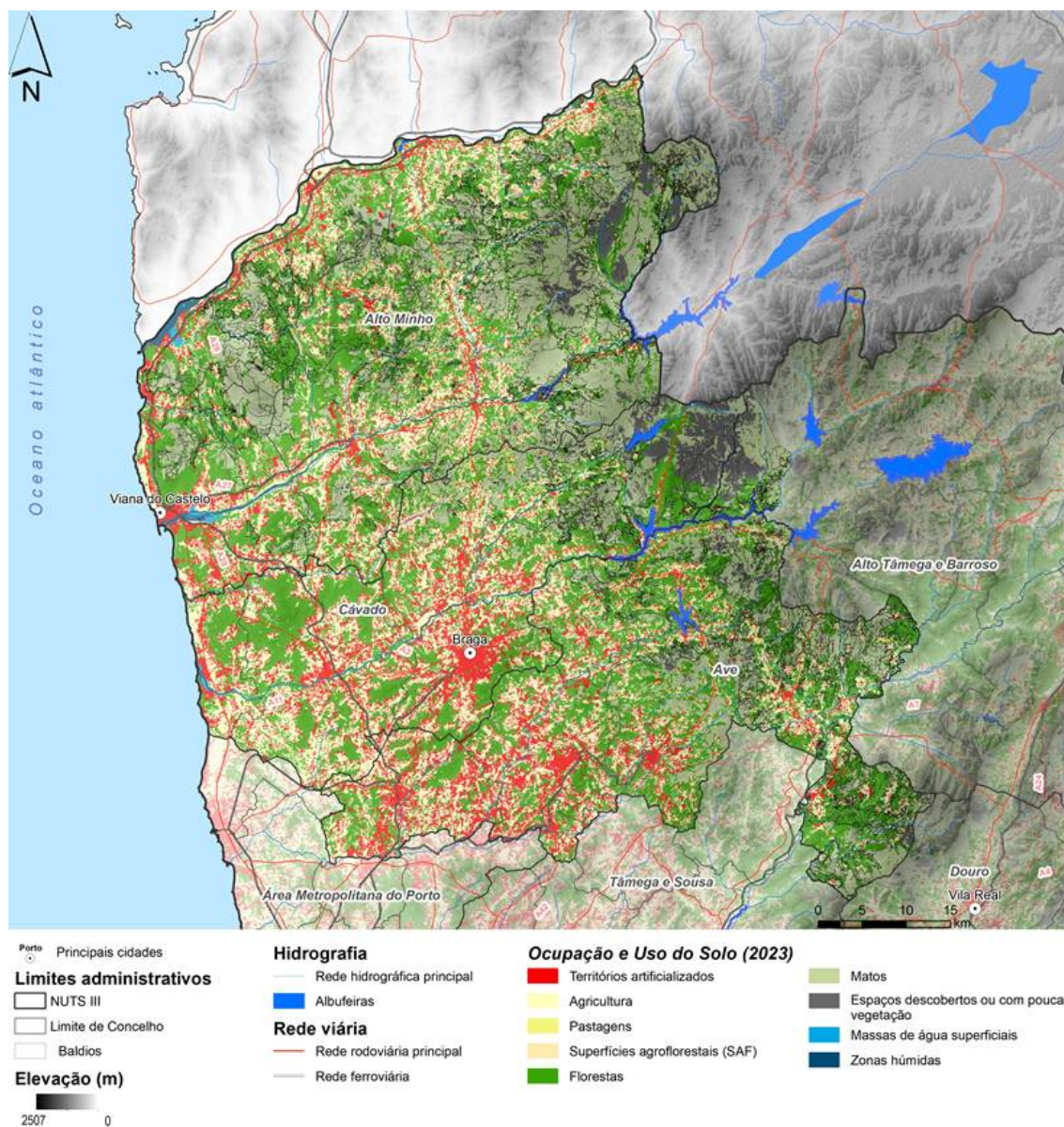


Figura 24. Cartografia comparativa da ocupação e uso do solo em 1995 e 2023 e gráfico de evolução das principais classes.

Categoria de ocupação/uso do solo	1995 ha / %	2007 ha / %	2010 ha / %	2015 ha / %	2018 ha / %	2023 ha / %
1. Territórios artificializados	195 0,1%	494 0,4%	503 0,4%	506 0,4%	543 0,4%	589 0,5%
2. Agricultura	1 405 1,1%	1 086 0,8%	1 065 0,8%	1 039 0,8%	1 007 0,8%	1 033 0,8%
3. Pastagens	235 0,2%	211 0,2%	198 0,2%	194 0,1%	270 0,2%	270 0,2%
4. Superfícies agroflorestais (SAF)	15 <0,1%	0 0%	0 0%	0 0%	99 0,1%	99 0,1%
5. Florestas	48 527 37,1%	51 273 39,2%	51 272 39,2%	50 951 39,0%	43 378 33,2%	43 356 33,2%
6. Matos	67 383 51,6%	64 597 49,4%	64 614 49,5%	64 963 49,7%	72 289 55,3%	72 233 55,3%
7. Espaços descobertos ou com pouca vegetação	12 819 9,8%	12 917 9,9%	12 926 9,9%	12 926 9,9%	12 993 9,9%	12 993 9,9%
8. Zonas húmidas	12 <0,1%	12 <0,1%	12 <0,1%	12 <0,1%	12 <0,1%	12 <0,1%
9. Massas de água superficiais	45 <0,1%	47 <0,1%	47 <0,1%	47 <0,1%	48 <0,1%	53 <0,1%
Total	130 638 100%	130 638 100%	130 638 100%	130 638 100%	130 638 100%	130 638 100%

Quadro 3. Distribuição das categorias de ocupação/uso do solo (ha e %) nos períodos de análise considerados, nas freguesias com baldios do Noroeste (1995, 2007, 2010, 2015, 2018 e 2023). **Fontes:** Limites dos baldios a partir do Sistema de Identificação Parcelar (iSIP) público e cartografia de ocupação e uso do solo da Direção Geral do Território.

PROCESSOS E FATORES DE MUDANÇA

No período em análise aconteceram processos de abandono e reencidentalização e, em oposição a mudanças abruptas em locais concentrados de urbanização e mesmo de intensificação agrícola e aumento de superfícies livres de água por construção de albufeiras. Ao abandono geral associa-se uma segunda tendência igualmente relevante: a intensificação florestal, responsável por cerca de 31% das mudanças identificadas, numa área próxima dos 5 mil hectares. Estes dois processos, embora aparentemente contraditórios, podem ocorrer em simultâneo. Enquanto algumas áreas deixam de ser utilizadas ou acompanhadas regularmente, outras são reconvertidas para ocupações florestais mais especializadas e intensivas, frequentemente conduzidas por agentes com maior capacidade técnica, financeira e organizativa. A paisagem dos baldios tende, deste modo, a tornar-se mais polarizada: por um lado, aumentam os espaços dominados por matos e vegetação espontânea; por outro, consolidam-se áreas de produção florestal mais intensiva. Entre estes dois extremos, perdem expressão os sistemas tradicionais mais diversificados, nos quais se articulavam agricultura, pastorícia, floresta e recolha de recursos naturais.

As restantes transformações apresentam uma expressão territorial bastante mais reduzida. A urbanização representa apenas cerca de 2% da área alterada, embora possa produzir efeitos locais relevantes através da instalação de vias, equipamentos, infraestruturas ou áreas edificadas. A renaturalização apresenta um peso igualmente limitado, mostrando que a regeneração espontânea para cobertos de maior naturalidade ainda não constitui uma tendência dominante. Também a expansão agrícola é residual, abrangendo apenas cerca de 1% das alterações, o que confirma a reduzida capacidade de recuperação da atividade agrícola nestes espaços.

No conjunto, foram alterados cerca de 16 mil hectares, correspondentes a 12% da área total dos baldios. Este valor mostra que a maior parte do território manteve a sua classe de ocupação ao longo do período analisado. Contudo, nas áreas onde ocorreram mudanças, estas foram profundas e concentraram-se essencialmente em duas

direções: o abandono e a intensificação florestal. Mais do que uma simples mudança de usos do solo, os dados revelam uma transformação das relações entre as comunidades e os baldios, marcada pela diminuição da gestão quotidiana, pela especialização de algumas utilizações produtivas e pela crescente dificuldade em assegurar uma ocupação multifuncional, continuada e territorialmente equilibrada.

As mudanças observadas resultam da interação entre fatores ambientais, demográficos, políticos e económicos e tecnológicos. O despovoamento e o envelhecimento reduzem a disponibilidade de mão de obra, enquanto a mobilidade e o emprego fora da agricultura diminuem o tempo dedicado à gestão. A perda de rentabilidade de determinadas produções, os custos das operações em áreas de relevo acidentado e a incerteza associada aos incêndios condicionam igualmente o investimento, a manutenção e a continuidade das atividades.

Os incêndios constituem um dos principais agentes de transformação da paisagem. A repetição do fogo reduz a idade dos povoamentos, dificulta a recuperação florestal, favorece determinadas formações arbustivas e aumenta a exposição dos solos à erosão. Em áreas com elevada recorrência, a paisagem pode permanecer durante longos períodos num estado dominado por matos, com reduzida capacidade de regeneração do bosque ou de retorno a sistemas produtivos sem intervenção continuada.

As políticas públicas e os programas de apoio influenciam igualmente a ocupação do solo. As campanhas de arborização, os incentivos à florestação, os programas de prevenção de incêndios, os apoios agroambientais e as medidas de conservação criaram diferentes ciclos de intervenção. Contudo, a descontinuidade dos financiamentos, a complexidade administrativa e a ausência de acompanhamento prolongado podem limitar a durabilidade dos resultados.

A evolução dos mercados condiciona as opções das comunidades. A procura de madeira, biomassa, energia, turismo ou serviços ambientais

pode tornar determinados usos mais atrativos, enquanto a redução dos preços ou o aumento dos custos conduz ao abandono. A decisão deve considerar não apenas a rentabilidade imediata, mas também os efeitos sobre a resiliência, o risco, a conservação e a distribuição dos benefícios no interior da comunidade.

As mudanças climáticas acrescentam incerteza a estas dinâmicas. As tendências para temperaturas mais elevadas, secas prolongadas e eventos extremos podem alterar a produtividade, aumentar a mortalidade das árvores e ampliar a perigosidade de incêndio. A gestão adaptativa exige diversificação de espécies e estruturas, proteção dos solos e zonas húmidas, monitorização e capacidade de rever opções à medida que surgem novos dados.

A mudança deve, por isso, ser interpretada como resultado da interação entre abandono, fogo, políticas florestais, condições de mercado, apoios públicos, acesso a tecnologia, promoção de usos de exploração florestal, mineral ou energética associada à dinâmica populacional e demográfica com reflexos nos processos ecológicos. Não existe uma única trajetória para todos os baldios. Alguns apresentam expansão de matos e perda de floresta; outros mantêm pastoreio ativo, regeneração de carvalhais, plantações produtivas ou mosaicos diversificados.

Processo	Área (ha)	Peso relativo	Interpretação
Abandono	9 938	62%	Redução ou cessação do uso agrícola, pastoril ou florestal; expansão de matos e perda de gestão regular.
Intensificação florestal	4 949	31%	Instalação, reconversão ou aumento da intensidade das ocupações florestais.
Urbanização	385	2%	Infraestruturas, equipamentos, vias e áreas edificadas.
Renaturalização	275	2%	Evolução para cobertos de maior naturalidade ou regeneração espontânea.

Expansão agrícola	149	1%	Conversão para usos agrícolas ou aumento da área cultivada.
Outras alterações / alagamento	96	<1%	Mudanças residuais, incluindo transformações associadas à água e a outras classes.
Área total alterada	16 032	12% da área dos baldios	Conjunto das transições identificadas na série temporal.

Quadro 4. Principais processos de mudança na área de baldios, 1995-2023. **Fonte:** Análise de transições de ocupação e uso do solo do Projeto BEM COMUM.

Alterações na ocupação do solo: 1995a 2023

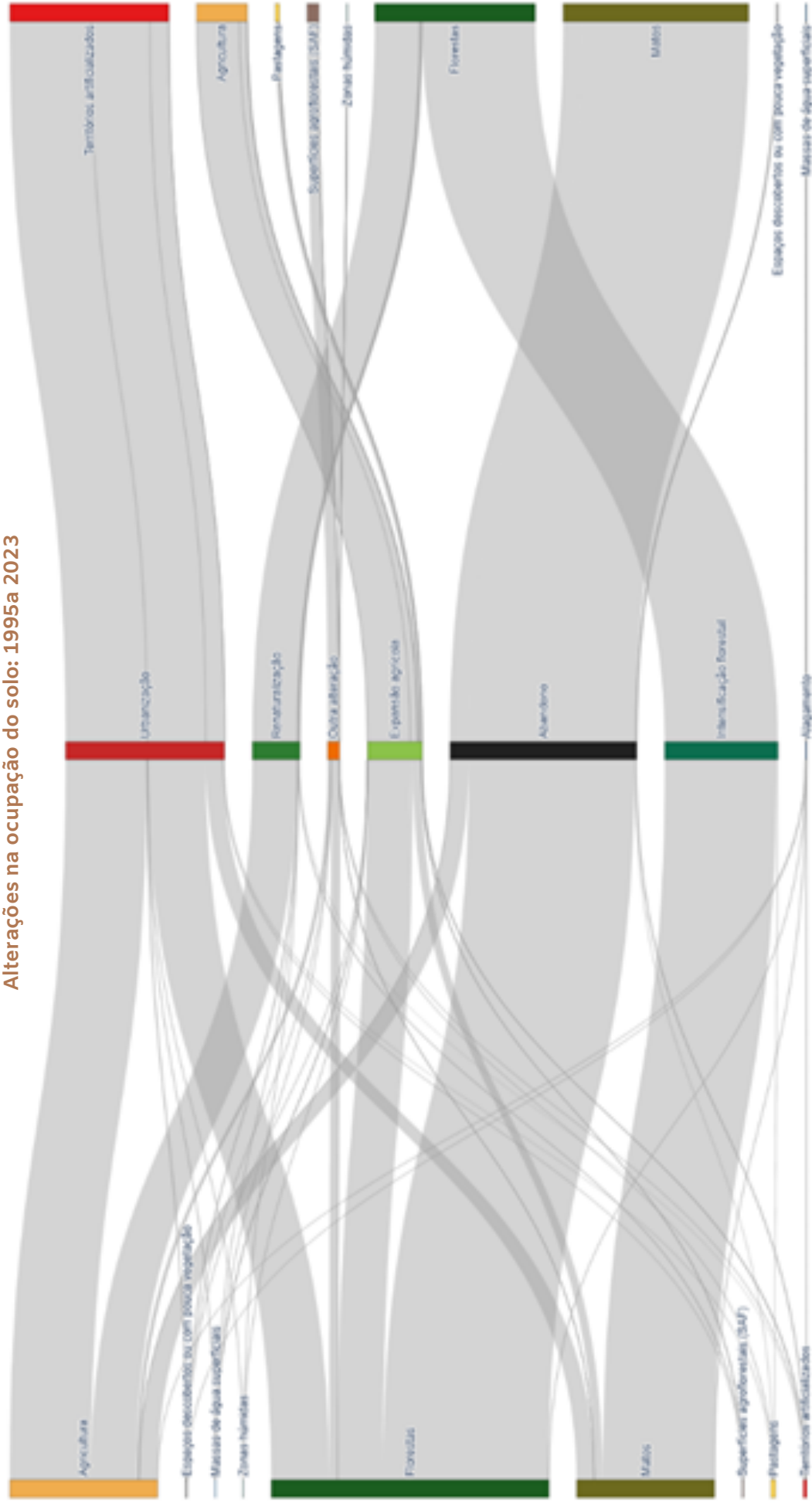


Figura 25. Dinâmicas de ocupação e uso do solo na relação com processo de mudança de uso nas áreas de baldio (1995-2023)

A expansão dos matos constitui uma das consequências mais visíveis das mudanças socioeconómicas e da redução da gestão regular. Este processo não deve ser interpretado de forma exclusivamente negativa. Os matos integram habitats de interesse, protegem o solo, armazenam carbono, fornecem recursos apícolas e suportam o pastoreio. Contudo, quando se tornam muito densos, contínuos e pouco utilizados, aumentam a carga de combustível, dificultam o acesso e podem reduzir a diversidade associada aos mosaicos tradicionais.

A perda e fragmentação da floresta reduzem a continuidade de povoamentos produtivos e podem diminuir receitas futuras. Em contrapartida, a regeneração natural de carvalhos e outras folhosas em áreas abandonadas cria oportunidades para aumentar a diversidade, melhorar a proteção do solo e desenvolver florestas mais resilientes. A gestão deve identificar onde apoiar a regeneração, onde instalar povoamentos produtivos e onde manter habitats abertos.

A redução das áreas agrícolas e do pastoreio diminui a heterogeneidade da paisagem e elimina descontinuidades importantes para a prevenção de incêndios. As parcelas abandonadas junto às aldeias podem aumentar o risco na interface urbano-rural. A recuperação de áreas abertas, hortas comunitárias, pastagens e faixas agrícolas pode combinar produção, segurança e valorização paisagística.

As mudanças afetam também o património cultural (i)material. Os caminhos, muros, currais, abrigos, levadas, sistemas de rega e lugares associados a práticas comunitárias podem degradar-se quando deixam de ser utilizados. A inventariação e recuperação destes elementos reforçam a memória coletiva, apoiam o turismo cultural e permitem compreender a forma como as comunidades construíram e geriram a paisagem.

A paisagem futura dependerá das decisões tomadas no presente. A ausência de gestão não significa ausência de mudança; corresponde a uma opção implícita que favorece determinados processos naturais e riscos. A gestão ativa não implica intervir de forma intensiva em toda a

área. Exige definir objetivos, reconhecer zonas de conservação, produção e uso social e assegurar uma intensidade de intervenção compatível com a capacidade dos ecossistemas e interesse das comunidades.

A heterogeneidade entre baldios recomenda estratégias diferenciadas. Alguns apresentam expansão de matos e perda de floresta; outros mantêm pastoreio ativo, regeneração de carvalhais, plantações produtivas ou mosaicos diversificados.

Importa implementar uma abordagem adequada à gestão adaptativa, baseada em objetivos claros, monitorização e revisão periódica em que a conservação e mesmo a intensificação implique proteger os processos naturais e reduzir a perturbação ecológica, implicando a reintrodução do pastoreio, o controlo da vegetação, gestão sustentável da floresta e matas, bem como a recuperação de áreas de pastagens naturais ou lameiros.

MULTIFUNCIONALIDADE, RESILIÊNCIA E SUSTENTABILIDADE

Em síntese, a área analisada no âmbito do Projeto BEM COMUM integra cerca de 130,6 mil hectares de baldios. A sua expressão territorial é particularmente relevante no Alto Minho, onde estas áreas formam uma mancha quase contínua ao longo das serras que estabelecem a ligação entre o litoral e os maciços interiores, bem como nos setores montanhosos orientais do Cávado e do Ave. A inclusão da freguesia de Cabril alarga esta leitura ao Alto Tâmega e Barroso e reforça a diversidade de condições ecológicas, de sistemas agropastoris e de modelos comunitários presentes no território do projeto.

A singularidade biofísica destes territórios resulta da conjugação da influência atlântica, da elevada pluviosidade, do acentuado gradiente altitudinal, da complexidade do relevo e da predominância de substratos graníticos e de solos ácidos, muitas vezes delgados. Uma

parte significativa dos baldios localiza-se nas cabeceiras das bacias hidrográficas dos rios Minho, Lima, Cávado, Ave e Douro, assumindo um papel determinante na retenção, infiltração e regulação da água, na proteção do solo e na conservação de habitats de elevado valor. As turfeiras, os prados húmidos, os lameiros, os carvalhais, as galerias ripícolas e os mosaicos de matos e pastagens constituem, neste quadro, componentes estruturantes de uma paisagem com relevância regional, nacional e europeia.

Em simultâneo, as comunidades associadas aos baldios enfrentam mudanças demográficas, económicas e culturais profundas. A diminuição da população, o envelhecimento, a redução da população ativa e o recuo das práticas agrícolas e pastoris alteraram a relação quotidiana entre as aldeias e os espaços comunitários. A menor intensidade do pastoreio, do corte de matos, da recolha de lenha e de outras utilizações tradicionais favoreceu a expansão de formações arbustivas, a acumulação de biomassa e, em algumas áreas, uma maior homogeneização da paisagem. A informação demográfica reunida no projeto evidencia que as perdas populacionais mais persistentes se concentram, de forma geral, nas freguesias interiores e de montanha, onde a presença de baldios é mais expressiva, enquanto os centros urbanos, o litoral e alguns corredores de mobilidade apresentam maior estabilidade ou capacidade de atração. Mesmo nestes territórios a população residente já não é principalmente agrícola, tendo-se diversificado as profissões e reduzido substancialmente a dependência dos recursos naturais locais. A relação das pessoas com os baldios diversifica-se e complexifica-se, e as instituições da sua governança e gestão devem adaptar-se a estas alterações no sistema social.

A análise das dinâmicas de ocupação e uso do solo entre 1995 e 2023 confirma esta evolução. Os matos aumentaram de cerca de 67,4 mil para 72,2 mil hectares, passando de 52% para 55% da superfície dos baldios, enquanto a floresta diminuiu de aproximadamente 48,5 mil para 43,4 mil hectares, reduzindo a sua expressão de 37% para 33%. As áreas agrícolas mantiveram um peso muito reduzido, próximo de 1%, e os espaços descobertos ou com pouca vegetação permaneceram em torno de 10%. No conjunto, cerca de 16 mil hectares, equivalentes a

12% da área total, registaram alterações de ocupação ou uso. O abandono representou 62% da área transformada e a intensificação florestal 31%, evidenciando uma trajetória marcada pela retração do uso agropastoril e por sucessivas fases de instalação, perda, regeneração ou reconversão do coberto florestal.

Esta trajetória reúne riscos e vulnerabilidades, mas também novas possibilidades de gestão e valorização. A água, o carbono, a biodiversidade, a paisagem, o turismo de natureza, a biomassa, a produção extensiva de qualidade e os produtos florestais não lenhosos podem contribuir para diversificar e renovar a economia dos baldios. O principal desafio consiste em transformar o reconhecimento social dos serviços de ecossistema prestados por estes territórios em capacidade efetiva de gestão, rendimento para as comunidades e investimento continuado na conservação. Para esse efeito, importa reforçar modelos de governação colaborativa, sistemas partilhados de informação territorial, competências técnicas, processos de cooperação entre baldios e relações estáveis com municípios, entidades de conservação, instituições científicas e agentes económicos.

Os baldios são multifuncionais e, quando bem geridos, podem proporcionar emprego e benefícios económicos aos habitantes locais, no quadro das suas atividades privadas (individuais ou familiares) ou a partir de projetos produtivos administrados pela gestão do baldio (e.g. rebanhos coletivos; venda de material lenhoso; resinagem, entre outras). Debilidades na gestão, internas à comunidade, e fragilidades na articulação institucional com a administração, ou entre empresas e comunidades, podem condicionar ausência de benefícios económicos, e a degradação dos recursos e valores patrimoniais existentes, nomeadamente devido aos incêndios florestais, ao abandono e à erosão de saberes e da identidade cultural local. Interessa, portanto, encontrar formas de prevenir e ultrapassar situações destas. Interessa igualmente reconhecer, apoiar e dar visibilidade aos casos de êxito, comunidades e baldios que contribuem para melhorar a vida das pessoas nos territórios e, até, para atrair novos residentes e empreendedores.

2. A GOVERNANÇA DOS BALDIOS NO NOROESTE

Na literatura científica os baldios enquadram-se no conceito de terras comuns (common lands), também classificados como comuns tradicionais (traditional commons), por terem uma existência secular, enraizada no direito consuetudinário e em âmbitos geográficos locais.

Elinor Ostrom contribuiu significativamente para o estudo dos comuns, em particular para os recursos naturais comuns, nas suas múltiplas manifestações nas mais diversas partes do mundo (Ostrom 1990; McKean e Ostrom, 1995; Dietz, Ostrom e Stern, 2003; Ostrom, 2010). Estes trabalhos permitiram desconstruir os argumentos da tese da “tragédia dos comuns”, de Garret Hardin, publicada na revista Science em 1968. Clarificaram que os comuns tradicionais não configuram situações de livre acesso aos recursos, nem de ausência de regulação, já que as comunidades desenvolveram sistemas de conhecimento que se refletiram em valores, normas e práticas para o uso e gestão partilhado e durável desses recursos. Embora a gestão local dos recursos comuns, coletivamente realizada pelos utilizadores diretos, não garanta por si só eficiência, justiça e sustentabilidade na forma como se usam esses recursos, há muitos casos em que efetivamente o faz, e com melhores resultados do que as alternativas que remetem para a privatização dos recursos ou para a intervenção direta do Estado na sua gestão. Interessa, pois, identificar estes casos, clarificar as condições que favorecem esses bons resultados e potenciar os seus benefícios para o bem comum.

A enunciação dos princípios de boa governança dos comuns (design principles) elaborada por Elinor Ostrom (2010) estabelece um conjunto de condições organizacionais e de funcionamento identificados como chave para uma governança sustentada e bem-sucedida de recursos naturais comuns. São os seguintes:

- **1A.** Limites dos utilizadores – há uma definição clara, e bem compreendida, dos utilizadores legítimos do recurso;

- **1B.** Limites do recurso: são bem conhecidos os limites que separam o recurso comum específico de um sistema socioecológico mais amplo.
- **2A.** Congruência com as condições locais: as regras que definem os direitos e formas de apropriação e os deveres dos utilizadores adaptam-se bem às condições sociais e ambientais locais.
- **2B.** Há proporcionalidade e coerência entre os direitos de apropriação e os benefícios obtidos e as obrigações ou deveres dos utilizados na manutenção do recurso.
- **3.** Participação na decisão: a maior parte dos utilizadores do recurso pode participar na criação e modificação das regras relativas ao mesmo.
- **4A.** Monitorização dos utilizadores: Indivíduos responsáveis perante os utilizadores, ou os próprios utilizadores, monitorizam os níveis de apropriação e provisão dos utilizadores.
- **4B.** Monitorização do recurso: Indivíduos responsáveis perante os utilizadores, ou os próprios utilizadores, monitorizam o estado do recurso.
- **5.** Existe um sistema gradual de sanções: o incumprimento das regras traduz-se em sanções leves, que se tornam mais severas se um utilizador violar repetidamente uma regra.
- **6.** Existem mecanismos de resolução de conflitos: existem formas e espaços para resolver conflitos entre utilizadores ou com autoridades, locais, rápidos e de baixo custo.
- **7.** Reconhecimento mínimo de direitos: os direitos dos utilizadores locais de criarem as suas próprias regras são reconhecidos pelas autoridades.
- **8.** Interligação funcional entre vários níveis hierárquicos de decisão: as atividades de governação relativas aos recursos estão

organizadas em múltiplas camadas interligadas entre si de forma coerente (governança multinível).

Os contributos de Elinor Ostrom no que se refere à identificação de princípios de desenho e funcionamento institucional que melhor promovem esses benefícios foram tidos em consideração na análise da governança e gestão ao nível dos baldios realizada neste projeto.

Por outro lado, com o progressivo agravamento dos problemas ambientais, amplificados pela aceleração, pela globalização e pela incerteza, os conceitos de resiliência e de gestão adaptativa ganham centralidade ao pensar a governança de sistemas socioecológicos. A resiliência na perspetiva dos serviços dos ecossistemas, define-se como a capacidade de os sistemas socioecológicos continuarem a providenciar conjuntos desejáveis de serviços de ecossistemas perante choques inesperados, bem como perante mudanças e desenvolvimentos contínuos (Biggs Schlüter & Schoon, 2015). Para promover a resiliência socioecológica a ciência tem identificado alguns princípios chave a promover. Destacamos aqui a importância de promover a diversidade, de abordar os problemas numa lógica de gestão adaptativa, encorajar a aprendizagem e a experimentação, ampliar a participação e promover sistemas de governança policêntricos (Biggs Schlüter & Schoon, 2015). A participação ativa das comunidades nos processos de decisão quanto ao uso e gestão dos recursos naturais foi considerada central num estudo recente que analisou a literatura científica focada nos comuns na perspetiva dos seus serviços de ecossistemas (Tucker et al., 2023).

Os sistemas territoriais locais com baldios, à luz da ciência atual, conformam um quadro institucional e sociocultural que, com as condições e incentivos adequados por parte dos níveis de governança superiores, podem contribuir significativamente para maior resiliência nas áreas rurais montanhosas e nas regiões que as integram. Nalguns casos os baldios, constituem-se como recurso cultural e biofísico em torno do qual as pessoas, incluindo as novas gerações, se mobilizam

para recuperar tradições, para se reaproximarem da natureza e para construírem novos modelos de comunidade e de vida (Soto, 2017; Hespanha, 2017; Nieto-Romero et al. 2019). Os autores referem também as dificuldades, já que a par de baldios bem geridos e com comunidades que se (re)organizam, outros refletem o abandono, o desinteresse ou a incapacidade dos residentes para (re)ativar as instituições e as práticas que assegurem a sua gestão sustentável (Soto, 2017, Hespanha, 2017, Lopes, 2013; Baptista, 2014).

Qual é a situação dos baldios no noroeste de Portugal? De que forma as suas dinâmicas recentes estão a dar respostas positivas aos desafios da sustentabilidade, resiliência e bem-estar social? Que fatores – internos e externos – condicionam a capacidade para o fazerem? Como pode o projeto Bem Comum contribuir para identificar as melhores práticas e para as disseminar junto de outras comunidades baldias?

METODOLOGIA

A resposta às questões levantadas converte-se num desafio complexo face à inexistência de bases de dados completas e atualizadas sobre os baldios, nem no Noroeste, nem nas demais regiões do país. Este é um problema recorrente, já identificado à data da elaboração do Programa Nacional para a Valorização dos Territórios Comunitários (CNVTC, 2010). Perante a míngua de informação de partida, a realização deste estudo privilegiou uma abordagem metodológica mista, combinando métodos quantitativos e qualitativos de recolha e análise de informação, e uma lógica participativa aplicada ao desenho dos instrumentos de recolha da informação (questionários) e à interpretação dos resultados obtidos. Com base no mais exaustivo trabalho anterior de inquirição aos baldios de que temos conhecimento, de 2001, obtido num projeto coordenado por Fernando Oliveira Baptista, referenciaram-se 310 baldios⁶ na área de intervenção

6. Dados do projeto FAIR 6 – CT 98-4111 – « Propriété et Gestion Communale et leurs Implications pour le Developpement Rural des Zones Peripheriques ».

do Bem Comum. Um número confirmado pelos dados dos Recenseamentos Agrícolas de 1989 e 2019, nos quais se contabilizaram 314 unidades de baldio na mesma área.

A metodologia envolveu quatro instrumentos principais de recolha de informação: um questionário aos gestores dos baldios (adiante apenas gestores), oficinas participativas com gestores e com técnicos da equipa, entrevistas semiestruturadas a gestores e um questionário dirigido aos compartos dos baldios, aplicado apenas nos territórios-piloto. A utilização combinada destes instrumentos permitiu cruzar várias fontes de informação e melhorar a robustez da análise, num universo que, à partida, se sabia ser muito heterogéneo e sobre o qual existia pouco conhecimento estruturado e atual.

O desenho do questionário aos gestores dos baldios, a sua aplicação no terreno e a interpretação dos resultados foram realizados colaborativamente pelos parceiros mais diretamente ligados aos territórios e aos baldios. Um dos principais objetivos do questionário foi avaliar o desempenho das comunidades na governança e gestão dos baldios, identificando critérios de avaliação pertinentes e adequados ao contexto específico das práticas comunitárias. Outro objetivo foi identificar as melhores práticas, com vista à sua posterior caracterização detalhada e disseminação.

No inquérito aos gestores dos baldios obtiveram-se 227 respostas válidas, num processo que envolveu uma equipa de campo integrando técnicos dos vários parceiros, tendo o trabalho de campo sido realizado em 2024. A realização do questionário foi antecedida por um contacto telefónico pessoal e a sua efetivação envolveu o esclarecimento dos objetivos, a garantia de anonimado e a obtenção prévia de consentimento informado por parte dos respondentes. A aplicação dos questionários foi realizada em formato online (Google forms) e/ou presencial, consoante a disponibilidade dos participantes, no segundo caso mediada por um técnico.

O inquérito aos compartos e à população teve como objetivos:

- **1.** aprofundar o conhecimento sobre o modo como a população e os compartes participam na governança e gestão;
- **2.** identificar os usos e as perceções que têm relativamente ao baldio no momento presente e
- **3.** conhecer as expectativas dos compartes e residentes não compartes relativamente ao futuro do baldio da sua localidade. O inquérito foi realizado presencialmente, com o questionário em suporte de papel.

O processo de amostragem assentou num sistema de quotas por freguesia, género e idade, baseado nos dados dos Censos 2021 para territórios-piloto definidos nos municípios de Arcos de Valdevez, Terras de Bouro e Montalegre. Obtiveram-se 534 respostas válidas, correspondentes a cerca de 89% da meta inicialmente definida (10% da população residente em 2021, o que corresponderia a 600 respostas). O trabalho de campo decorreu entre março e o final de junho de 2025.

As oficinas participativas (OP) tiveram um duplo papel: (1) permitir aos parceiros e comunidades partilhar informação e (2) incorporar o contributo dos parceiros e das comunidades no desenho, na análise e na interpretação dos resultados. As oficinas foram realizadas em diferentes momentos do projeto e com objetivos progressivamente mais específicos, evoluindo de uma fase exploratória (OP1), centrada na identificação de aspetos positivos e negativos da governança, para uma fase de maior formalização, orientada para a definição de critérios, variáveis e dimensões de avaliação do desempenho (OP2) e, por fim, interpretação e validação dos resultados (OP3).

Na fase final do projeto, já com resultados de avaliação do desempenho e com uma lista de boas práticas realizadas nos baldios, recorreremos às entrevistas e observação direta (visitas aos baldios, participação em assembleias de compartes) para obter uma compreensão mais fina dos processos de governança em ação, captando dinâmicas, práticas e relações que dificilmente emergem em contextos mais estruturados. Houve aqui, também, um objetivo de validação e confirmação de alguma informação recolhida por via do inquérito.

RESULTADOS

O BARÓMETRO BEM COMUM

O Barómetro Bem Comum é um índice de avaliação do desempenho da governança e gestão dos baldios pelas comunidades locais, construído em torno de 6 dimensões de análise e 22 variáveis, com dados relativos a 227 baldios inquiridos no questionário aplicado aos gestores no ano de 2024. As dimensões de análise consideradas mais pertinentes foram as seguintes:

- **1. Organização formal**
- **2. Autonomia e capacitação**
- **3. Participação**
- **4. Desempenho económico**
- **5. Desempenho social**
- **6. Desempenho ambiental**

As 22 variáveis de base contêm informação relativa a cada um dos indicadores, conforme descrito no Guia “Governança e Gestão dos Baldios”, um dos resultados deste projeto. Com esta ferramenta é possível avaliar o desempenho de cada baldio, quer por dimensão de análise, quer a nível global, através da soma aritmética das pontuações obtidas em cada uma das variáveis. O Barómetro Bem Comum permite a cada comunidade proceder a uma análise do seu próprio desempenho num quadro comparativo estabelecido a partir da realidade objetiva de um conjunto de 227 casos avaliados, com indicadores que foram selecionados e validados por investigadores, técnicos e representantes das comunidades através das oficinas participativas.

O Barómetro permite, sempre que se baseie num processo mais extensivo de inquérito, identificar as comunidades que se distinguem pelo muito alto desempenho na governança e gestão do seu baldio, e reconhecer o seu mérito. No projeto Bem Comum este reconhecimento foi promovido através de uma cerimónia formal, integrada no

Seminário Final do Projeto Bem Comum e Festa Baldia, com entrega de um certificado personalizado aos gestores dos 21 baldios melhores classificados.

BOAS PRÁTICAS NOS BALDIOS

A identificação de boas práticas concretas de gestão, com potencial de disseminação e replicação entre baldios, foi outra das atividades desenvolvidas. A partir de questões abertas colocadas no questionário aos gestores, nas quais se solicitava a indicação de investimento no baldio ou na comunidade, assim como das iniciativas ou atividades concretizadas pelo baldio no âmbito de valorização de tradições, envolvimento dos compartes, dos mais jovens e/ou para conservação da natureza nos últimos quatro anos. A partir de uma extensa listagem de todas as iniciativas indicadas realizou-se uma codificação, reduzindo a um conjunto tipo de atividades, e solicitou-se à equipa técnica a atribuição de uma valoração dessa lista, procurando distinguir as melhores práticas, através de uma escala de 1 a 5. As práticas que obtiveram maior classificação através deste processo participativo são as seguintes, todas elas com pontuação média superior a 4 pontos (Quadro 6):

Área temática	Prática concreta
Pastoreio e Tradições Pastoris	• Gestão de Combustíveis com Pastoreio • Melhoramento de Pastagens • Recuperação de tradições pastoris (vezeiras) • Prática tradicional de pastoreio • Prática tradicional de recolha de matos para as camas dos animais
Conservação da natureza, da biodiversidade e da agrobiodiversidade	• Medidas de prevenção para espécies em vias de extinção • Controlo de espécies invasoras • Reflorestação com espécies autóctones • Promoção de raças autóctones (feiras de gado) • Conservação da raça garrana

Animação comunitária e cooperação com outras coletividades e grupos sociais	• Organização de atividades no baldio – plantações com a comunidade, recolha de lixo, caminhadas. • Organização de atividades para crianças, jovens e escolas • Colaboração com associações locais • Atividades de voluntariado e sensibilização (ex: ação reflorestação) • Organização de convívios comunitários - dia da comunidade/ dia do baldio
Gestão florestal	• Gestão de combustíveis (limpeza) • Criação e manutenção de faixas de gestão de combustível
Conservação e recuperação de património cultural construído	Recuperação de património histórico-cultural (fojos, abrigos, ...)
Recuperação de tradições agrícolas e promoção agricultura familiar	• Recuperação tradições agrícolas (cultivo do centeio, desfolhada, produção artesanal de azeite) • Investimento em meios de divulgação das tradições
Manutenção de infraestruturas florestais e agropecuárias	• Manutenção e limpeza da rede viária e caminhos • Limpeza de linhas de água e levadas • Manutenção de pontos de abeberamento do gado • Manutenção e limpeza dos pontos de água (incêndios) • Estruturas comunitárias de manejo animal (ex: tronco de manejo)

Quadro 6. Listagem de boas práticas realizadas nos baldios.

Interessa realçar que 69% dos baldios inquiridos mencionaram ter realizado pelo menos uma boa prática nos quatro anos anteriores, sendo que 27% realizaram um número igual ou superior a três destas atividades (Figura 26).

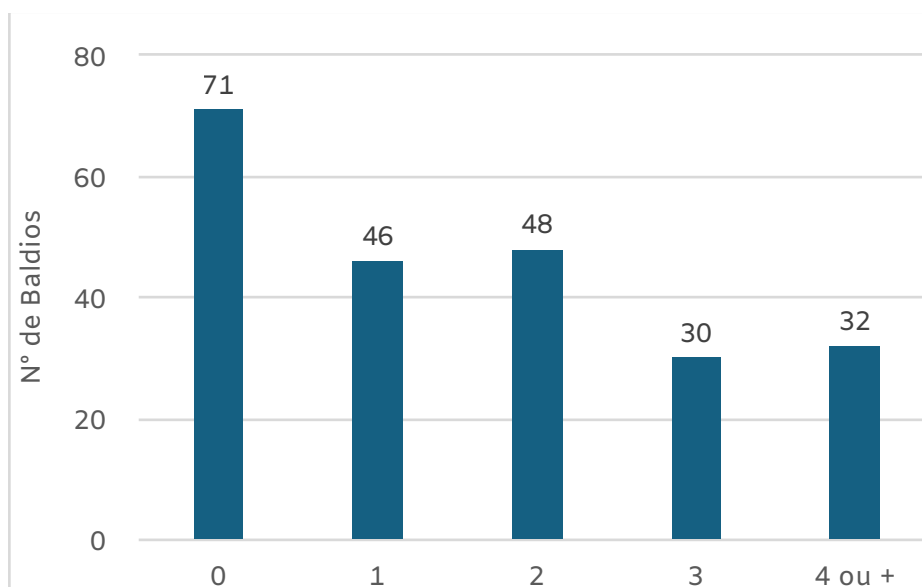


Figura 26. Distribuição dos baldios pelo número de boas práticas realizadas.

As apreciações menos positivas incidiram sobre ações realizadas nos baldios que, pela sua natureza, configuram a promoção de um acesso aberto e tendencialmente massificado às áreas comunitárias, como a criação de infraestruturas de lazer e recreio (e.g. passadiços e baloiços), ou a organização de atividades com impacto ambiental negativo (ex: passeios de mota. A classificação mais baixa incidiu ainda sobre decisões de cessão de áreas baldias para obtenção de rendas, seja com projetos de infraestruturas energéticas e de comunicações, sejam projetos florestais ou outros.

Foram descritas e caracterizadas em detalhe 26 boas práticas realizadas nos baldios, e explicitados os objetivos, os benefícios alcançados e os contributos dessa prática para as dimensões do Barómetro Bem Comum e para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). As fichas de boas práticas foram publicadas no Guia Governança e Gestão dos Baldios, estando também acessíveis através do Geoportal dos Baldios do Noroeste.

OS COMPARTES E OS BALDIOS

A análise das respostas obtidas através do Inquérito aos Compartes e População permitiu compreender a relação entre a comunidade e o baldio, identificando diferentes níveis de envolvimento comunitário e diferentes perceções sobre o papel dos baldios no desenvolvimento local. A amostra incluiu 275 indivíduos do género masculino e 258 do género feminino. A distribuição etária dos inquiridos reflete uma maior concentração no intervalo correspondente à idade ativa (Quadro 7). Ao nível das qualificações predomina, os indivíduos com apenas o nível de ensino básico (61%), 28% com o ensino secundário e 11% com qualificação superior.

Idade (anos completos)	Nº	%
18 a 25	42	7,9
26 a 45	157	29,5
46 a 65	195	36,6
>=66	139	26,1
Total	534	100,0

Quadro 7. Distribuição etária dos inquiridos

Do ponto de vista da ligação ao território 97% têm residência no local de inquirição, e 81% mencionaram ser descendentes de residentes no mesmo território. A ascendência por parte do cônjuge foi referida por 267 inquiridos (50%), o que reflete outra forma relevante de ligação por via matrimonial.

No âmbito da ligação dos inquiridos ao baldio, 61% considera-se comparte, 33% não se considera comparte e 3% declarou não saber. Numa análise territorial verifica-se uma diferença entre os dois núcleos do território piloto: no núcleo da Peneda-Soajo, no concelho de Arcos de Valdevez há uma maior proporção de residentes que não se identifica como comparte de um baldio, comparativamente aos núcleos

das freguesias de Terras de Bouro e, sobretudo, de Montalegre (Quadro 8). Esta diferenciação pode ter na sua base vários fatores, merecendo um posterior aprofundamento.

		É comparte?			Total
		Não	Sim	Não sei	
Local de Residência Habitual	Arcos de Valdevez	154	151	2	307
	% na linha	50,2	49,2	0,7	100,0
	Terras de Bouro	36	124	12	172
	% na linha	20,9	72,1	7,0	100,0
	Montalegre	0	45	0	45
	% na linha	0,0	100,0	0,0	100,0
	Total	190	320	14	524
	% na linha	36,3	61,1	2,7	100,0

Quadro 8. Perceção dos residentes quanto à sua qualidade de comparte de um baldio

O grau de conhecimento dos inquiridos sobre os limites do baldio é muito variável: apenas 24% declaram conhecer bem as extremas do baldio, 53% conhecem parcialmente e 23% dizem não conhecer esses limites. Do total de 411 indivíduos que dizem ter algum conhecimento dos limites do baldio, 298 (73%) diz ter obtido esse conhecimento por intermédio dos seus ascendentes (pais ou avós), enquanto 100 procuraram pessoalmente essa informação, 71 obtiveram o conhecimento através dos vizinhos, e apenas 38 tomaram conhecimento por intermédio dos gestores dos baldios. Pensando na transmissão do conhecimento do espaço físico e dos limites dos baldios às gerações mais novas, a maioria continua a privilegiar a transmissão familiar como melhor forma (298, 56%), 255 (48%) consideram que os gestores do baldio devem promover atividades que assegurem essa transmissão e apenas 73 inquiridos (14%) considera que a melhor forma de promover essa transmissão é nas assembleias de compartes.

Os dados sobre participação permitem clarificar os desafios que afetam a mobilização das comunidades. Entre os que declararam não participar nas assembleias, os motivos mais referidos foram a representação por familiares, com 36,9%, a falta de interesse, com 33,7%, e o desconhecimento das datas de realização das assembleias, com 23,0%. Estes dados sugerem que a participação não depende apenas da existência formal de espaços deliberativos, mas também da qualidade da comunicação, da clareza das regras e da capacidade das comunidades para envolver diferentes gerações e perfis sociais.

O conhecimento sobre regras formais, regulamentos e procedimentos de gestão revelou-se limitado, sobretudo entre os mais jovens. Esse conhecimento é adquirido sobretudo por uso e costume, sendo bastante menos frequente a consulta do regulamento interno ou da própria lei dos baldios, o que evidencia fragilidades na transmissão estruturada da informação comunitária e a necessidade de estabelecimento de redundâncias.

Do ponto de vista do uso efetivo do baldio para funções produtivas ou de consumo, é particularmente relevante verificar que 354 indivíduos (65% do total) utilizam o baldio para atividades de recreio e lazer. Os usos tradicionais são mencionados por um número bastante inferior dos inquiridos: recolha de lenha (198), a obtenção de água para rega (166), o pastoreio (164) e a recolha de mato (143).

Os dados revelam uma valorização clara das atividades comunitárias associadas ao baldio. A maioria dos inquiridos considera importante ou muito importante que se organizem atividades de conservação da natureza nestes territórios, o que reforça a ideia de que os baldios são percecionados não apenas como recursos produtivos, mas também como espaços de cuidado ecológico, identidade coletiva e que contribuem para a qualidade de vida naqueles contextos territoriais.

RECOMENDAÇÕES

Os resultados obtidos são reveladores da diversidade de dinamismo e de capacidade institucional das comunidades no âmbito da governança e gestão das suas áreas comunitárias, mas também da existência evidente de muitos casos bem-sucedidos de gestão comunitária. O maior dinamismo e desempenho está associado a baldios nos quais existe uma liderança proativa, por um lado, e simultaneamente comprometida com a natureza participada, coletiva e identitária da gestão e uso dos baldios. No polo oposto encontramos os baldios nos quais ocorreu uma maior dissociação entre a comunidade e as áreas comunitárias, que nalguns casos ficam remetidos à gestão corrente da Junta de Freguesia, perdendo-se o envolvimento direto dos compartes na gestão e no uso dos recursos do baldio e, por esta via, toda uma cultura de decisão coletiva, de coordenação entre os diversos usos e utilizadores dentro da lógica de igualdade de direitos, e o sentido de responsabilidade partilhada na proteção do património comunitário para as futuras gerações.

Procurando compreender os fatores que contribuem para o melhor desempenho, verifica-se que a integração dos baldios num agrupamento parece ter um contributo relevante, o que se explica pelo acesso a um corpo técnico dedicado, com capacidade para apoiar os gestores e os compartes nas vertentes formais da gestão comunitária, na capacidade de captar meios e apoios a partir de parcerias e candidaturas a financiamento público, e nos benefícios decorrentes da maior escala de gestão florestal e cooperação entre comunidades. A existência de uma comunidade mais jovem e com maiores qualificações, o que sucede sobretudo na proximidade do litoral e das áreas mais urbanas, está igualmente associada a alguns dos melhores desempenhos. Mesmo em baldios serranos e mais interiores, verificam-se vários casos em são os jovens que, embora não residindo em permanência, mas tendo uma presença regular e frequente na aldeia, garantem a continuidade da gestão do baldio e algumas inovações. Em várias destes territórios o baldio constitui um elemento positivo da identidade, da vida social e da economia local, e um fator de

mobilização das pessoas e de recursos para assegurar a conservação dos valores naturais e culturais comuns.

A fragilidade institucional de algumas comunidades com baldios reflete-se numa relativa inércia, nalguns casos vinculada a processos já longos de erosão da cultura comunitária de uso e gestão do monte, em grande medida relacionados com a perda do carácter multifuncional dos baldios e a ausência de proatividade e inovação no envolvimento e mobilização dos compartos para participarem nas decisões e no uso e valorização dos baldios. A importância que o uso recreativo dos baldios tem vindo a adquirir ao nível da população local, que neles encontra um espaço privilegiado para atividades ao ar livre, é um fator a ter em conta no modo de envolver as novas gerações. O uso agro-silvo-pastoril tradicional, embora menos abrangente em termos sociais, continua a ser transversal aos territórios com baldios e, como se desenvolve noutros capítulos deste relatório, mantém a sua função de gestão ativa da paisagem e, por esta via, da sua qualificação para fins de lazer e turismo e de conservação da natureza. A conciliação positiva e mutuamente benéfica entre novos e velhos usos é um dos desafios para a atual governança e gestão dos baldios.

Considerámos fundamental que estas comunidades possam ser apoiadas pelas entidades públicas e associativas para reativar as lógicas coletivas e participadas de gestão comunitária. É fundamental também que se dê continuidade a ferramentas como o Barómetro Bem Comum e a divulgação de boas práticas, enquanto instrumentos que permitem monitorizar o desempenho das comunidades e promover o reconhecimento e a replicação das melhores práticas.

3. AGRO-SILVO-PASTORÍCIA

A crescente preocupação com a sustentabilidade ambiental, territorial e socioecológica tem-se refletido numa maior valorização de modelos agrícolas integrados que conciliam a produção de alimentos com a conservação dos recursos naturais e a criação de oportunidades económicas para agricultores e comunidades rurais (Nair, 1989). Entre estes modelos destaca-se a agro-silvo-pastorícia (ASP) de montanha, um sistema multifuncional que integra agricultores, criadores de gado e pastores, campos agrícolas, gados, pastagens permanentes e áreas de matos e floresta, estas últimas quase sempre num regime de propriedade e uso de tipo comunitário – os baldios. Efetivamente, os baldios do noroeste de Portugal apresentam uma vocação pastoril muito antiga, providenciando alimento para várias espécies animais (bovina, caprina, ovina e equina, de várias raças autóctones), com práticas de condução e vigilância dos animais organizadas ao nível da aldeia (as vezeiras), de forma a permitir um aproveitamento mais eficiente das pastagens dos vários níveis de altitude (e distância à aldeia) das áreas comunitárias (Dias, 1983). O sistema ASP foi desenvolvido por populações serranas que, ao longo de séculos, desenvolveram saberes, práticas e modos de organização social que moldaram a flora, fauna e as paisagens.

O pastoreio extensivo foi durante séculos um dos pilares económicos das comunidades serranas e presentemente continua a ser considerado fundamental para a economia local (Nogueira et al. 2023; Luz, 2024), além de ser cada vez mais reconhecido pelo seu papel na conservação da biodiversidade e para a manutenção da paisagem em mosaico (Azevedo et al., 2016; Honrado et al., 2017; Celaya et al., 2022). Contudo, a falta de renovação geracional ameaça a continuidade desta atividade e dos serviços e benefícios múltiplos que lhe estão associados. No âmbito do projeto Bem Comum, e em particular nos territórios definidos como área piloto nas serras da Peneda, Soajo, Amarela e Gerês, empreenderam-se diversos estudos para descrever e compreender em maior profundidade as dinâmicas recentes na ASP, e desenvolveram-se contributos no sentido de identificar e quantificar

serviços dos ecossistemas associados, trabalhando diretamente com comunidades, agricultores e pastores.

SISTEMAS EXTENSIVOS DE PRODUÇÃO ANIMAL DO NOROESTE

Caracterizou-se a atividade pecuária na área de estudo Bem Comum, constituída por 14 freguesias com áreas de baldio, agregadas em dois núcleos distintos: serras Peneda-Soajo com oito freguesias, e serras Amarela-Gerês com seis freguesias. Nestes territórios encontramos diversas raças autóctones, como Barrosã, Cachena, Minhota, Bravia, Bordaleira de Entre Douro e Minho, Churra do Minho e o Garrano. São de referir várias DOPs e IGPs associadas a estas raças, às quais acrescem o mel das Terras Altas do Minho e o mel do Barroso, ligadas à atividade apícola. Estas áreas destacam-se do ponto de vista agrário pela sua especialização produtiva em sistemas extensivos de produção de bovinos (CDRN, 2024), que encontram nas serras do noroeste de Portugal a sua expressão mais ocidental no contexto da região Norte (Figura 27)

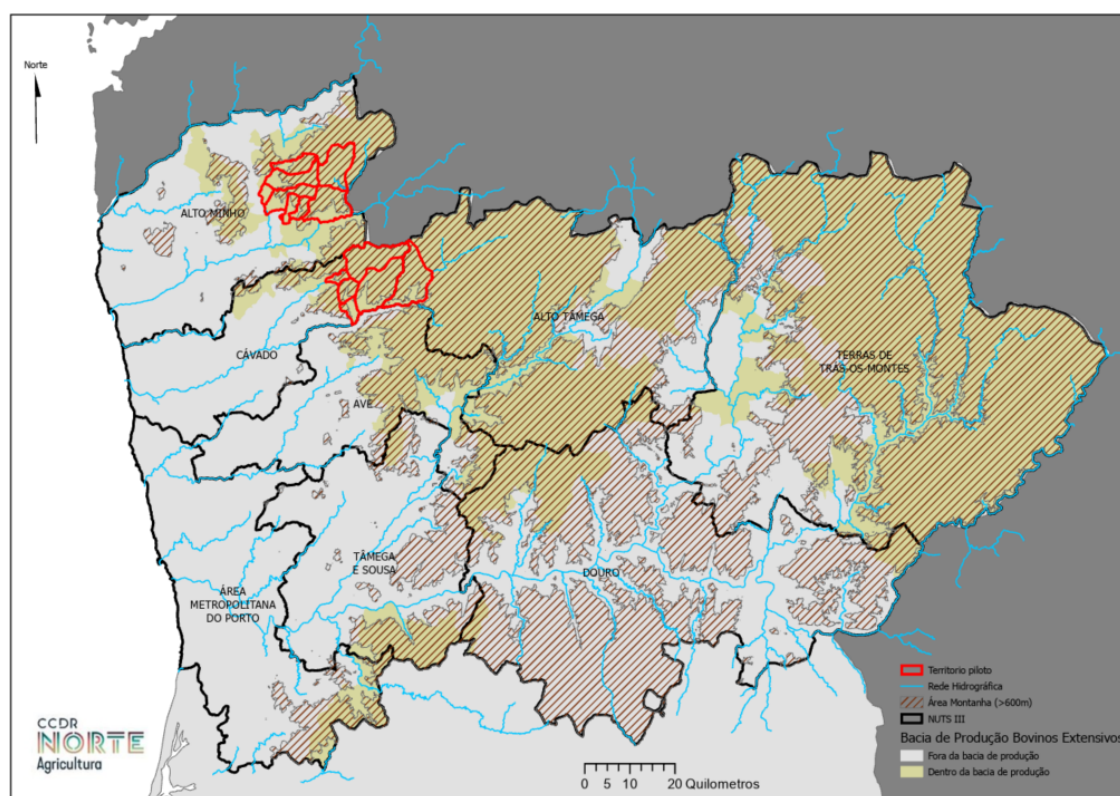


Figura 27. Território piloto do projeto Bem Comum, enquadrado nas áreas montanhosas e bacia de produção de bovinos extensivos da Região Norte.

Uma parte significativa da área piloto integra a Rede Nacional de Áreas Protegidas (70%) e 64% de toda a área abrangida pelas freguesias é baldio (Quadro 9). Ao nível do uso e ocupação do solo torna-se evidente a relevância das áreas de matos e pastagens, num mosaico que inclui floresta, espaços com pouca vegetação e uma reduzida extensão de terras aráveis, conquistadas à serra através da laboriosa construção de socalcos e valorizadas com sistemas de regadio e práticas tradicionais de fertilização orgânica.

	Núcleo das serras da Peneda-Soajo	Núcleo das serras Amarela-Gerês	Total AE
Freguesias	8	6	14
Área (ha)	25.504	26.425	51.929
RNAP	13.772 (54%)	23.017 (87%)	36.789 (70%)
Baldio	17.239 (68%)	16.251 (61%)	33.490 (64%)
REN	13.276 (52%)	13.906 (53%)	27.182 (52%)
RAN	2.271 (9%)	718 (3%)	2.989 (6%)
Encabeçamento animal total (2019) CN	5.052 (77%)	1.557 (23%)	6.609
Floresta (ha)	8.516 (33%)	10.234 (39%)	18.750 (36%)
Matos e pastagens (ha)	11.651 (46%)	6.716 (25%)	18.367 (35%)
Espaços descobertos ou c/ pouca vegetação(ha)	2.858 (11%)	7.642 (29%)	10.500 (20%)
Agricultura (ha)	1.858 (7%)	726 (3%)	2.584 (5%)

Quadro 9. Ocupação e uso do solo, condicionantes e encabeçamento nos territórios piloto.
Fontes: DGT (2018), COS'18; DGT (2024), SRUP; ICNF (2024), RNAP; INE (2021), RA19

A área de estudo evidencia uma significativa dinâmica de efetivos pecuários nas últimas décadas (Quadro 10). Verificou-se um crescimento de 15% das cabeças normais (CN) nos bovinos (1989/2019), e de 179% nos equinos (1989/2009). Situação inversa ocorreu nos pequeno-ruminantes (1989/2019), com uma queda de 36% nos caprinos e 47% nos ovinos. Nos dois núcleos predominam os bovinos (81% das CN), com maior expressão do encabeçamento no núcleo das serras Peneda-Soajo (77% do total de CN).

	Bovinos			Caprinos			Ovinos			Equinos		
	1989	2019	Δ89-19	1989	2019	Δ89-19	1989	2019	Δ89-19	1989	2009	Δ89-09
Continente	869.750	906.929	4,3%	69.747	35.946	-48,5%	291.204	217.175	-25,4%	112.690	42.594	-62,2%
Norte	344.027	222.400	-35,4%	19.650	9.439	-52,0%	42.339	32.646	-22,9%	43.259	19.813	-54,2%
Alto Minho	47.159	20.036	-57,5%	2.140	1.128	-47,3%	5.274	3.444	-34,7%	1.261	3.730	195,8%
Arcos de Valdevez	7.749	6.266	-19,1%	745	391	-47,5%	856	625	-27,0%	399	1.224	206,8%
Cabana Maior	208	80	-61,5%	27	5	-81,5%	48	16	-66,7%	18	50	177,8%
Cabreiro	666	496	-25,5%	89	6	-93,3%	91	8	-91,2%	100	150	50,0%
Gavieira	791	1.530	93,4%	124	37	-70,2%	3	1	-66,7%	22	129	486,4%
Gondoriz	363	540	48,8%	63	76	20,6%	67	36	-46,3%	12	102	750,0%
Sistelo	655	555	-15,3%	7	7	0,0%	54	13	-75,9%	46	145	215,2%
Soajo	588	605	2,9%	111	42	-62,2%	65	60	-7,7%	73	149	104,1%
UFGC*	263	307	16,7%	21	15	-28,6%	57	28	-50,9%	15	118	686,7%
UFVSCSDS**	159	212	33,3%	2	3	50,0%	12	32	166,7%	1	3	200,0%
Cávado	56.629	52.825	-6,7%	993	692	-30,3%	987	1.018	3,1%	773	927	19,9%
Terras de Bouro	1.942	1.250	-35,6%	646	398	-38,4%	317	101	-68,1%	215	308	43,3%
Campo do Gerês	32	57	78,1%	8	1	-87,5%	0	5		2	10	400,0%
Carvalheira	179	83	-53,6%	34	66	94,1%	25	6	-76,0%	22	5	-77,3%
Covide	129	107	-17,1%	63	136	115,9%	4	7	75,0%	10	14	40,0%

Rio Caldo	113	119	5,3%	28	26	-7,1%	4	3	-25,0%	2	1	-50,0%
Vilar da Veiga	90	54	-40,0%	112	36	-67,9%	0	2		1	7	600,0%
Alto Tâmega	27.964	20.756	-25,8%	3.979	2.209	-44,5%	5.500	5.191	-5,6%	9.741	4.748	-51,3%
Montalegre	9.016	9.228	2,4%	1.388	615	-55,7%	1.420	901	-36,5%	1.009	1.107	9,7%
Cabril	404	589	45,8%	150	80	-46,7%	22	24	9,1%	26	94	261,5%
Área de estudo	4.640	5.334	15,0%	839	536	-36,1%	452	241	-46,7%	350	977	179,1%

* UF Grade e Carralcova; ** UF de Vilela, São Cosme e São Damião e Sá

Quadro 10. Efetivos animais de bovinos, caprinos, ovínos e equídeos na área de estudo e contexto regional. **Fontes:** INE (1992, 2011, 2021), RA 1989, 2009, 2019

A florestação dos baldios, realizada pelo Estado Novo (anos 1930 a 1960), e a fragilização sociodemográficas das aldeias com o êxodo rural dos anos 1960-70 e seguintes, tiveram impactos muito substanciais no sistema ASP tradicional e na paisagem, traduzindo-se na desestruturação das condições anteriores. Daí ser particularmente interessante verificar a capacidade destas comunidades para manterem viva esta atividade, resistindo e adaptando-se durante um longo período de condições particularmente adversas. Nesta perspetiva de longo prazo, interessa realçar que o atual número de cabeças é substancialmente inferior a valores históricos que, ascendiam a 9928 bovinos, 15694 ovinos e 13616 caprinos, segundo dados do Arrolamento Geral de Gados de 1955 publicado pelo INE. Aplicando a conversão para CN⁷, os valores de 2019 correspondem a 53% dos bovinos, 26% dos caprinos e 10% dos ovinos existentes em 1955.

Nas últimas décadas, num quadro democrático e com uma Política Agrícola Comum que criou importantes instrumentos de apoio ao desenvolvimento rural, aos produtos endógenos de qualidade e à manutenção de sistemas tradicionais agrícolas com externalidades ambientais positivas, estes sistemas têm registado algumas dinâmicas positivas. No entanto, este estudo de caracterização revela a instabilidade dos efetivos pecuários, incluindo os dos bovinos, e alerta para a diminuição acentuada dos pequenos ruminantes, em risco de desaparecimento nalgumas das freguesias.

Contribuir com um melhor conhecimento destes sistemas é um passo relevante para identificar as melhores formas de desenhar políticas públicas mais ajustadas, pensadas para o médio e longo prazo, bem como promover inovações que melhor respondam à tripla função

7. Bovinos com mais de 2 anos = 1 CN; Caprinos e ovinos com mais de 1 ano = 0,15 CN.

sociocultural, económica e ecológica que a agro-silvo-pastorícia represente nos territórios com baldios.

PASTOREIO NO BALDIO: RESISTÊNCIAS E INOVAÇÕES

Apesar da diminuição generalizada do número de agricultores e criadores de gado em sistemas extensivos, esta atividade continua presente em mais de 91% das áreas comunitárias, e em 81% destas ainda se realiza a recolha de matos, tal como se pode quantificar através do Inquérito às Comunidades Baldias realizado em 2024 (n=227). Nalguns casos, mantém-se o sistema tradicional das vezeiras, sendo de destacar as adaptações e inovações que estão a ser adotadas para revitalizar estas tradições. Noutros surgem modelos inovadores, promovidos pelos dirigentes do baldio, com investimento direto na criação e manutenção de rebanhos, sobretudo de pequenos ruminantes.

O projeto Bem Comum destacou vários casos de boas práticas em baldios diretamente relacionados com o pastoreio extensivo. No contexto mais serrano e interior, sobretudo em Terras de Bouro (e.g. Vilar da Veiga, Rio Caldo) e em Montalegre (e.g. Cabril) há uma dinâmica recente orientada para a recuperação das vezeiras tradicionais com bovinos, procurando mobilizar criadores de gado e toda a comunidade local - para não deixar perder esta tradição. Além da sua importância económica para várias famílias locais se dedicam à criação de gado como atividade principal ou secundária, esta tradição pastoril é central como herança cultural identitária para as comunidades, e para o forte vínculo que as une ao meio natural que as envolve, em particular no baldio. As inovações têm consistido na incorporação de novas funções na vezeira – de animação comunitária e de atratividade turística, particularmente com a organização de eventos simbólicos como “a subida das vezeiras” – e na procura de melhores condições – de conforto e/ou de compensação monetária - para os “vezeiros”, no seu trabalho de vigilância dos animais, que

implica percorrer a pé longos percursos e/ou permanecer dias e noites nos currais de maior altitude, em zonas isoladas da serra.

A reintrodução de pastoreio com rebanhos coletivos de caprinos e ovinos é outro caso de boa prática, e refere-se em particular ao baldio de Riba de Âncora, localizado no concelho de Caminha, no litoral do Alto Minho. Num baldio exclusivamente florestal há várias décadas, essencialmente com pinheiro-bravo, a reintrodução dos pequenos ruminantes surgiu como projeto estratégico para responder a dois problemas, cada vez mais graves e frequentes: os incêndios e as invasões de plantas lenhosas, em particular de austrálias (*Acacia melanoxylon*). Os resultados desta reintrodução são percebidos como francamente positivos pelos gestores do baldio, com o pastoreio com caprinos a revelar uma efetiva capacidade de controlo da vegetação arbustiva e das austrálias, a gerar receitas diretas e a permitir diversificar as funções do baldio. É importante referir que a presença das cabras e ovelhas tornou o baldio mais atrativo, quer para atividades de lazer e recreio da população urbana próxima, quer para educação ambiental.

A atividade pecuária extensiva, ao envolver pessoas, animais e as áreas baldias numa interação mais frequente e multidimensional, é essencial enquanto parte de um sistema de gestão ativa dos espaços de monte e serra. A sua revitalização e/ou reintrodução configura dinâmicas de reaproximação funcional entre os sistemas social e ecológico, que a floresta, sobretudo na sua dimensão exclusivamente produtiva, dificilmente assegura.

FAFIÃO - ALDEIA DE LOBOS, DE TRADIÇÕES PASTORIS E DE SEQUESTRO DE CARBONO

A aldeia de Fafião localizada na freguesia de Cabril, concelho de Montalegre, foi objeto de um dos estudos de caso do projeto Bem Comum. O baldio de Fafião tem uma área total de 2 084 hectares, gerida pelo Conselho Diretivo da Comunidade Local dos Baldios de

Fafião e pela Assembleia de Compartes. Esta aldeia tem-se projetado no mundo através do famoso Festival da Aldeia de Lobos.

No caso de Fafião, as evidências recolhidas através de visitas e de entrevistas semiestruturadas a um conjunto representativo dos produtores locais aponta para um sistema em que o baldio continua a ser a base territorial principal do funcionamento agropastoril, e a atividade pecuária realizada quase exclusivamente no contexto familiar. Nesta aldeia, os produtores são maioritariamente de idade avançada, já reformados. Os produtores mais jovens dedicam-se à criação de gado como atividade profissional secundária e, em menor grau, como atividade principal. Destaca-se a redução acentuada da caprinicultura e os constrangimentos sentidos pelos criadores, designadamente os ataques de lobo e javali, a burocracia associada aos apoios e indemnizações e os custos crescentes com a alimentação animal. Apesar destas pressões, há uma perceção clara por parte dos produtores locais de que o sistema continua a assegurar funções territoriais relevantes, das quais destacam o controlo da vegetação, a manutenção do mosaico paisagístico, a identidade cultural e o apoio à produção local.

O sistema ASP de Fafião foi selecionado como caso de estudo para determinação do balanço de gases de efeito de estufa (GEE) da atividade. Esta vertente do projeto visa enquadrar-se no atual contexto de crise climática, no qual Portugal e os demais países europeus estão comprometidos em alcançar a neutralidade carbónica até 2050, tal como definido na Lei Europeia do Clima, adotada em 30 de junho de 2021, através do Regulamento 2021/119 (União Europeia, 2021). Neste quadro, de entre os diversos SE para os quais a ASP contribui, considerou-se particularmente relevante estudar de que forma é que esta atividade se articula com a questão das alterações climáticas e, mais precisamente, com a problemática da acumulação GEE na atmosfera. Na ausência de determinações rigorosas das emissões e remoções de GEE não é possível saber se estes sistemas funcionam como fonte ou como sumidouro líquido de GEE.

Os sistemas de produção pecuária com pastoreio extensivo de montanha, ao contrário de outros sistemas de produção pecuária, abrangem áreas extensas de prados permanentes e de zonas com vegetação arbustiva rasteira, sobretudo nos baldios. Estas áreas contribuem para a capacidade de assimilação e retenção de carbono no solo e na vegetação, através das raízes, dos resíduos orgânicos e da renovação contínua da biomassa vegetal - processo conhecido como sequestro de carbono. Por outro lado, as plantas, o solo e os animais, particularmente os ruminantes, emitem GEE. Do ponto de vista das operações produtivas, estes sistemas são pouco mecanizados e dependem sobretudo da produção local para alimentar os animais, o que se traduz num reduzido consumo de combustíveis fósseis comparativamente aos sistemas de pecuária intensiva. Nestas condições, o saldo global de GEE dos sistemas ASP tende a ser negativo, contribuindo para reduzir as alterações climáticas.

Para a estimativa do balanço de carbono e do potencial de aquecimento dos GEE no sistema ASP de Fafião, recorreu-se a uma ferramenta de cálculo elaborada pela Escola Superior Agrária do Instituto Politécnico de Castelo Branco, no âmbito da colaboração com o CCPE, que aplica como base os modelos de estimativa das emissões definidos pelo Painel Intergovernamental para o Estudo das Alterações Climáticas (IPCC, 2006, 2009 e 2019), combinados com outros modelos da bibliografia, através do método de inventário. Ao longo do projeto, no âmbito de uma tese de mestrado, e com a colaboração científica do Professor José Pedro Fragoso de Almeida, a ferramenta de cálculo foi aperfeiçoada para refletir com maior rigor as características específicas deste sistema em particular (idade e raças dos efetivos, tipologia das áreas de pastoreio e de produção forrageira e modelo de alimentação animal com baldio).

O sistema ASP de Fafião, em 2024, compreendia 27 produtores pecuários, com uma área privada de 42 hectares, complementada com 613 hectares de pastagens em baldio, numa área comunitária total de 2071 hectares. Os efetivos eram de 142 bovinos, 208 caprinos e 87 ovinos. Para a alimentação animal os produtores recorriam maioritariamente à produção própria de milho e feno, e ao pastoreio

direto. Entre maio e outubro os bovinos permanecem nas pastagens de altitude, sendo conduzidos entre os vários currais que integram o baldio de Fafião, em função da abundância de pastos, disponibilidade de água e localização dos abrigos pastoris. As cabras fazem pastoreio de percurso, diário e ao longo de todo o ano, sempre que as condições atmosféricas o permitem. Os ovinos permanecem nos campos e prados na proximidade da aldeia.

Este sistema revelou ser um sumidouro líquido de GEE, com emissões totais anuais estimadas de 2 612 t CO₂eq., assimilações de -23 576 t CO₂eq., o que resulta num saldo de -20 965 t CO₂eq.ano⁻¹ (Gonçalves, 2026). Os resultados mostram que o sistema ASP de Fafião, com uso tradicional do baldio, além de permitir a produção de carne, contribui essencial para algumas das nossas tradições gastronómicas, contribui positivamente para a regulação climática. Este resultado é uma base importante de informação para que consumidores e decisores políticos possam diferenciar os vários sistemas de produção animal. Em suma, a produção e consumo de carne de bovino, quando associada a sistemas extensivos tradicionais, além de outros benefícios sociais e ambientais que providencia (manutenção das economias locais de montanha, conservação da biodiversidade, redução do risco de incêndio) reflete-se positivamente na redução da crise climática.

SISTELO – PAISAGEM, BIODIVERSIDADE E PRODUÇÃO PECUÁRIA EXTENSIVA

A freguesia de Sistelo destaca-se pelo elevado grau de preservação da sua paisagem de socalcos cultivados, que mereceram uma classificação da Paisagem Cultural de Sistelo como monumento nacional 2018 (Decreto nº 4 de 2018). A atividade ASP está no cerne dessa paisagem e da sua conservação até hoje, em estreita articulação com as áreas de produção forrageira nos lameiros localizados nas brandas e com o uso pastoril do baldio, num sistema que se tem vindo a especializar na produção extensiva de bovinos de carne das raças Barrosã e Cachena. O baldio tem uma extensão total de 2220 hectares, e é gerido pelo Conselho Diretivo dos Baldios de Sistelo, à data do projeto em cogestão com o ICNF.

No âmbito do projeto Bem Comum, em articulação com a equipa do projeto Life Maronesa, liderado pela Aguiar Floresta – Associação Florestal e Ambiental de Vila Pouca de Aguiar, realizou-se um estudo da produtividade forrageira nos lameiros da Branda do Alhal e nos socalcos, na qual se efetuaram (1) análises de terras (n=15), (2) quantificação da produtividade e produção em matéria seca (MS) das áreas de pastagem e produção de feno (lameiros e socalcos) e das pastagens em baldio, com utilização de gaiolas de exclusão de pastoreio. A elevada acidez dos solos (pH médio inferior a 4,5) foi identificada como um dos fatores limitantes da produtividade, condicionando a disponibilidade de macro e micronutrientes para as plantas. Os elevados teores de matéria orgânica, vinculados à continuidade da prática de fertilização dos campos com estrume produzido em camas com matos, são importantes para a fertilidade e para a proteção do solo face ao risco elevado de erosão. A produtividade média nos lameiros da Branda foi de 17650 kg MS/ha/ano em feno e 14 383 kg MS/ha em pasto, e nos socalcos de 9102 kg MS/ha em feno e 12316 MS/ha/ano de pasto (Padrão)⁸.

8. Este estudo da produtividade forrageira foi desenvolvido por Carlos Aguiar (IPB-CIMO) e Marco Fernandes (Aguiar Floresta), numa colaboração especial do projeto Life Maronesa com o projeto Bem Comum.

O conhecimento integrado da produtividade forrageira, do sistema de manejo e do modelo de alimentação aplicados localmente permite identificar os aspetos positivos e as oportunidades de melhoria, com vista a uma utilização produtiva sustentável e resiliente desta paisagem. Ao nível dos aspetos positivos destaca-se a confirmação do papel central do sistema ASP e, em particular, do sistema extensivo de alimentação do gado bovino, como pilar para a viabilidade económica das explorações e como principal responsável pela manutenção de um complexo mosaico de vegetação, espontânea e cultivada, herbácea e arbustiva, em áreas privadas e em áreas comunitárias, que permite providenciar continuidade e diversidade de alimento para o gado ao longo de todo o ano. A diversidade de pastos e de locais de pastoreio, combinada com o processo de conservação de forragem por fenação, permite manter o sistema com capacidade para a carga animal ao longo do tempo. Não obstante, seria possível melhorar este sistema, melhorando a produtividade e qualidade nutritiva das pastagens e do feno, introduzindo ajustes no sistema rotacional de pastoreio e reintroduzindo os pequenos ruminantes, nomeadamente caprinos, no baldio. Os resultados deste estudo merecem aprofundamentos futuros.

Interessa referir que os socalcos, os lameiros e campos nas brandas e as zonas arbustivas e de pastagens permanentes no baldio são frequentemente percorridos pelos agricultores e criadores de gado, através de uma rede extensa de caminhos e trilhos, articulada com cursos de água, sistemas tradicionais de regadio e de condução das águas pluviais, num meio natural que inclui ainda pequenos bosquetes de espécies autóctones, em particular carvalhais, e áreas com povoamentos florestais de resinosas. Em conjunto, esta paisagem tem uma elevada diversidade florística e faunística, que integra a biodiversidade silvestre e a agrobiodiversidade, e uma resiliência que depende dos usos produtivos e do património cultural construído e imaterial que tem sido transmitido de geração em geração. O dinamismo do sistema, evidenciado na dinâmica dos efetivos, do número de produtores e no seu envelhecimento, interliga-se com riscos agravados (o caso dos incêndios) e com novas oportunidades (nomeadamente as que decorrem do incremento do valor turístico

da paisagem). Considera-se que os estudos promovidos em Sistelo, e a sua continuidade nos próximos anos, são uma base necessária para identificar inovações adaptadas ao contexto social, económico e ecológico das aldeias de montanha, e para assegurar que existe informação disponível para monitorizar, avaliar e, em conjunto com a comunidade, refletir e decidir sobre as opções que permitem ir melhorando o bem-estar social, usando e gerindo os recursos naturais para garantir a sustentabilidade e a resiliência do sistema socioecológico.

LIÇÕES APRENDIDAS

A principal lição do território-piloto foi a de que o baldio não é um espaço residual, mas sim a infraestrutura ecológica e social que mantém o sistema em funcionamento. A continuidade do pastoreio extensivo depende mais da articulação entre pastagens privadas, áreas comunitárias, entreajuda local, conhecimento prático e regras coletivas, do que da exploração pecuária isolada.

A segunda refere-se à importância de olhar o sistema de forma integrada. Mesmo em contextos de fragilidade económica e demográfica, a ASP continua a gerar benefícios territoriais expressivos: modo de vida e/ou complemento de rendimento para várias famílias residentes, redução de combustível vegetal, conservação do mosaico paisagístico, manutenção de trilhos e paisagens culturais, apoio à biodiversidade e valorização de produtos locais.

A terceira remete para a vezeira, um sistema que, pese as suas origens longínquas no tempo, continua a funcionar como instituição de gestão coletiva, racionalização do trabalho, transmissão de conhecimento e manutenção do vínculo comunitário. A vezeira continua a ter valor produtivo, cultural e ecológico, e a sua preservação depende da articulação entre tradição, organização local e inovação. As políticas públicas devem ter em conta esta dupla dimensão – a unidade agropecuária familiar e a organização comunitária do pastoreio – na

definição dos sistemas de incentivos, nomeadamente nos normativos relativos às condições de elegibilidade e formas e níveis de apoio.

Ainda a nível ambiental, é fundamental que os consumidores e os decisores políticos possam diferenciar os vários tipos de produção animal, compreendendo que há sistemas extensivos tradicionais de produção de carne que contribuem para a ação climática, e que sustentam outros benefícios ambientais como a conservação da biodiversidade e a redução do risco de incêndio. É necessário promover mecanismos que aprofundem os benefícios ambientais do pastoreio, junto dos agricultores, criadores de gado, pastores e comunidades locais e, simultaneamente, comunicar melhor esses benefícios aos consumidores e à sociedade através das cadeias de distribuição e comercialização dos produtos daí decorrentes.

DIFICULDADES

No plano social, a recolha de informação exigiu tempo, presença no terreno e adaptação aos ritmos locais para se promover a confiança e adquirir uma visão integrada do funcionamento do sistema ASP. A diversidade de situações produtivas, o peso do autorrelato, a fragilidade geracional dos protagonistas atuais da atividade e a aparente debilidade das estruturas de apoio técnico setoriais, condicionaram a disponibilidade de dados homogéneos e plenamente verificáveis. Não teria sido possível superar estas dificuldades sem um envolvimento direto e proativo dos parceiros, nomeadamente a CCDR-Norte, a BALADI/Agrupamento de Baldios da Serra do Gerês.

No plano económico e institucional, tornou-se evidente o desfasamento entre a relevância territorial da atividade e os mecanismos para o reconhecimento e suporte técnico e económico. Apesar de a agricultura e o pastoreio de montanha serem politicamente reconhecidos, a relação recente da PAC/PEPAC com os baldios foi marcada pela instabilidade e por uma lógica penalizadora, particularmente gravosa no ano de 2024, com os cortes nas áreas

comunitárias elegíveis como pastagens para efeito de obtenção de apoios públicos. Nos territórios acompanhados pelo projeto, estes cortes traduziram-se em perdas muito significativas de rendimento, afetando diretamente a capacidade de manter produtores e efetivos em zonas de montanha. A especificidade dos baldios no que se refere ao seu regime de propriedade e governança, mas também às dificuldades específicas relacionadas com as condições de trabalho e de vida, deve ser mais bem enquadrada nas políticas públicas. Deteta-se uma fraca adaptação das métricas administrativas à realidade dos sistemas comunitários. Uma parte substancial dos serviços prestados pelo baldio decorre de processos coletivos, sazonais e territoriais que não se traduzem de forma direta nos critérios formais de elegibilidade ou compensação. Esta dissociação limita a valorização integral do sistema e desmotiva produtores e comunidades. É importante que os sistemas de incentivos sejam desenhados por forma a dignificar a atividade e estimular mecanismos de monitorização e de gestão adaptativa que promovam uma crescente capacitação dos produtores, das comunidades e dos técnicos para modelos de gestão do pastoreio que melhor conciliem as suas funções e benefícios socioeconómicos e ecológicos.

RECOMENDAÇÕES

Recomenda-se o reforço de metodologias integradas de monitorização do território funcional, combinando dados administrativos, trabalho de campo recorrente e indicadores ecológicos de longo prazo. Importa aprofundar a monitorização do carbono no solo, da dinâmica da vegetação, da relação entre carga animal e uso do baldio, e do contributo efetivo do pastoreio para a prevenção de incêndios.

É igualmente recomendável ajustar os instrumentos de política pública às especificidades dos sistemas comunitários de montanha. Isso implica reconhecer o baldio como unidade territorial produtiva e ecológica, valorizar os serviços de regulação e culturais associados ao pastoreio extensivo e criar mecanismos de apoio compatíveis com a

dimensão coletiva da atividade. A contestação técnica dos cortes e a recuperação de áreas elegíveis como pastagem em baldios exigiram um enorme esforço de campo e evidência georreferenciada, o que demonstra a necessidade de políticas mais ajustadas à realidade local.

Por fim, recomenda-se apoiar políticas de renovação geracional, qualificação técnica, valorização cultural e comunicação pública do papel da ASP. O território-piloto mostrou que a continuidade destes sistemas depende tanto de produtores, pastores, jovens e compartes como da capacidade institucional para reconhecer que o baldio não é apenas suporte produtivo: é infraestrutura ecológica, social e cultural. Investir na sua continuidade é investir na resiliência do território de montanha. Investir nos sistemas agro-silvo-pastoris de montanha não é preservar o passado. É construir territórios mais resilientes, biodiversos e climaticamente equilibrados para o futuro.

PARTE II

4. COCRIAR E INOVAR COM AS COMUNIDADES BALDIAS

Os processos de cocriação são cada vez mais utilizados para criar produtos e iniciativas concretas que resolvam os problemas das pessoas e das comunidades. Pensando em sistemas socioecológicos e na sua adaptação aos desafios contemporâneos, a cocriação passa por envolver as pessoas e as comunidades com técnicos e investigadores na criação de novo conhecimento e novas propostas de ação nos territórios. Uma abordagem que tem sido considerada particularmente relevante quanto os territórios são mosaicos agroflorestais complexos, moldados ao longo de milénios pela coexistência entre pessoas e natureza, seja na bacia mediterrânica (Aguilera, 2020), seja no longínquo Japão (Nishi et al, 2021). Por serem pensadas e desenvolvidas de forma participada, as propostas que daí resultam vão mais ao encontro das necessidades e expectativas dos envolvidos. A integração entre o conhecimento tradicional com o conhecimento científico permite não só aprofundar ambas as formas de conhecimento, como garantir que esse conhecimento permanece nos territórios e nas redes colaborativas que se vão tecendo. As atividades de cocriação desenvolvidas no projeto Bem Comum incidiram na valorização da biomassa, no ecoturismo, na criação de uma rede de mulheres na pecuária extensiva, na elaboração de atividades lúdico-educativas para jovens nos baldios e na identificação de ferramentas para uma melhor capacidade de atrair e reter novos residentes nos territórios, com modelos positivos de integração nas comunidades locais. Apresentam-se aqui sucintamente as atividades desenvolvidas, clarificando-se os objetivos, a metodologia, os resultados e, por fim, lições aprendidas e recomendações.

4.1. BIOMASSA

OBJETIVOS

A Ação 7.6 do projeto Bem Comum teve como objetivo central promover a cocriação, com as comunidades e com os restantes atores relevantes do território, de propostas de valorização da biomassa residual dos baldios à escala comunitária. Este objetivo foi enquadrado por uma perspetiva integrada da gestão dos baldios, em que a biomassa residual deixa de ser entendida apenas como um passivo associado à acumulação de carga combustível e ao agravamento do risco de incêndio, passando a ser interpretada como um recurso endógeno com potencial para gerar benefícios ambientais, económicos e sociais. A ação procurou, por isso, articular a prevenção de incêndios, a bioeconomia de base territorial, a melhoria das condições ecológicas do solo e a dinamização das comunidades rurais.

Em concreto, o trabalho foi orientado para a cocriação, com as comunidades, de propostas de modelos de valorização da biomassa residual dos baldios à escala comunitária, incluindo quatro propostas de valorização energética e duas de fertilização dos solos. Esta formulação inicial permitiu organizar a reflexão em torno de um conjunto diversificado de possibilidades técnicas e organizacionais, adequadas a diferentes tipos de biomassa, contextos territoriais e graus de exigência logística. O objetivo não consistia apenas em identificar soluções teoricamente viáveis, mas em discutir, testar e aproximar do contexto real aquelas que revelassem maior adequação à escala comunitária, à capacidade organizativa local e à proximidade entre os locais de produção e de utilização.

O objetivo operacional da ação consistiu, assim, em criar condições para que a biomassa residual pudesse ser valorizada localmente em modelos simples, territorializados e suscetíveis de apropriação pelas comunidades. Este princípio foi determinante para a evolução do trabalho, quer no modo como a metodologia foi aplicada, quer no tipo de resultados que vieram a ser privilegiados no final do processo.

JUSTIFICAÇÃO DA RELEVÂNCIA

A relevância desta ação decorre do facto de os baldios constituírem territórios de elevada importância ecológica, económica e social, particularmente no Norte e Centro de Portugal, mas enfrentarem simultaneamente desafios estruturais relacionados com o despovoamento, o envelhecimento da população, o enfraquecimento de práticas tradicionais de gestão e a crescente acumulação de biomassa vegetal e lenhosa. Neste contexto, a valorização da biomassa residual assume um significado estratégico, uma vez que permite responder, em simultâneo, a problemas de proteção civil, gestão florestal, fertilidade dos solos, transição energética e criação de valor económico local.

A pertinência da ação reside também no facto de propor uma abordagem de base comunitária, assente em cocriação, e não uma mera transferência de soluções externas para o território. Num quadro em que a governança dos baldios exige articulação entre partes, conselhos diretivos, técnicos, autarquias, investigadores e outros agentes, a construção partilhada de modelos de valorização torna-se particularmente importante. Não está apenas em causa a escolha de uma tecnologia ou de um destino para a biomassa, mas a definição de soluções capazes de ser compreendidas, apropriadas e sustentadas pelas capacidades reais das comunidades.

A valorização da biomassa residual deve ser entendida, neste contexto, como um instrumento de gestão ativa do território e como um mecanismo de reforço da resiliência comunitária. Ao transformar um material frequentemente associado ao risco num recurso com utilidade local, criam-se condições para fortalecer a ligação entre gestão florestal, resposta a necessidades energéticas, melhoria do solo, coesão social e bioeconomia territorial.

METODOLOGIA APLICADA

A metodologia aplicada assentou numa lógica de diagnóstico participado e de cocriação, procurando articular o conhecimento técnico-científico com o conhecimento empírico das comunidades locais e dos atores diretamente envolvidos na gestão dos baldios. Em vez de uma abordagem exclusivamente técnico-normativa, privilegiou-se um processo progressivo de identificação de recursos, auscultação de expectativas, discussão de alternativas e demonstração de soluções, de forma a garantir que as propostas de valorização da biomassa fossem ancoradas nas condições concretas dos territórios e não apenas em pressupostos abstratos de viabilidade.

O estudo prévio da biomassa residual produzida constituiu uma etapa de base do trabalho. Esse estudo assentou na caracterização técnica dos principais tipos de biomassa com interesse para valorização, incluindo matos arbustivos lenhosos, espécies arbóreas e biomassa residual lenhosa de origem agrícola. A análise incidiu em parâmetros relevantes para o uso energético e para a carbonização, como o teor de humidade, o teor de cinzas, o carbono fixo, o teor de carbono, o poder calorífico e, em alguns casos, a composição metálica. Esta etapa permitiu compreender, de forma objetiva, as propriedades das diferentes biomassas e estabelecer uma base técnica para a discussão das soluções com maior aptidão para uso como combustível, para produção de biochar e para aplicações relacionadas com a fertilidade e remediação dos solos.

O envolvimento das partes interessadas teve um carácter progressivo. O mapeamento dos atores relevantes foi anterior ao desenvolvimento específico desta ação e refletiu-se já na rede de parceiros mobilizada no projeto. Ainda assim, no contexto da Ação 7.6, esse envolvimento concretizou-se por meio de momentos específicos de interação, discussão e debate. Pode considerar-se que o processo se tornou particularmente visível a partir da Conversa Bem Comum 1, na qual o tema da biomassa residual foi introduzido e discutido, criando-se espaço para a apresentação das várias alternativas de valorização existentes e para a reflexão coletiva sobre o seu interesse, viabilidade e

adequação aos territórios. Esse momento foi importante para construir uma base comum de entendimento e para enquadrar a biomassa residual não apenas como sobranço ou problema, mas como um recurso com múltiplas possibilidades de valorização.

Uma componente metodológica importante foi também a aplicação de questionários a técnicos e gestores dos baldios, com vista ao diagnóstico do tipo de biomassa disponível e dos usos atualmente existentes ou perçecionados para a produção de energia e a fertilização dos solos. Esta recolha teve como função complementar a leitura técnico-científica da biomassa com uma leitura territorial e operacional, mais próxima das práticas, necessidades e limitações dos contextos locais. Foram realizados 13 questionários, permitindo recolher informação sobre as tipologias de biomassa mais frequentes, os modos de aproveitamento existentes, as práticas tradicionais e a abertura dos intervenientes à adoção de soluções novas ou adaptadas.

A fase de experimentação e demonstração materializou-se em duas ações complementares, que acabaram por constituir o núcleo mais visível da operacionalização do trabalho. A primeira correspondeu a uma oficina de produção de biochar, desenvolvida numa perspetiva simultaneamente teórica, explicativa e demonstrativa. Nesta ação procedeu-se à produção de biochar através de métodos tradicionais, com recurso a um modelo adaptado do Pennsylvania kiln, privilegiando uma abordagem simples, móvel e ajustada à valorização local da biomassa diretamente no terreno. A segunda correspondeu a um seminário no formato webinar, centrado na valorização da lenha em contexto comunitário. Nessa sessão foram apresentados e discutidos casos de estudo relacionados com a lenha solidária e com a venda de lenha em condições de mercado, permitindo explorar diferentes racionalidades de valorização, desde a resposta a necessidades sociais locais até à criação de valor económico por via comercial. As alternativas ligadas ao fornecimento de biomassa para centrais, à produção de rolaria para pellets e à valorização edáfica por deposição direta de sobrantes foram igualmente discutidas durante o processo, mas não chegaram a traduzir-se em ações autónomas de demonstração ou experimentação.

RESULTADOS

Os resultados do processo mostram que a formulação inicial de seis propostas de valorização teve utilidade como quadro de referência para estruturar a reflexão, mas que a dinâmica de cocriação e as condicionantes concretas do projeto conduziram a uma concentração final em soluções mais simples, à escala local e mais compatíveis com a dinâmica comunitária. O conjunto inicial de propostas funcionou, assim, como universo de possibilidades a analisar, mas a operacionalização do projeto, as condições logísticas e a adequação ao contexto local levaram a privilegiar apenas algumas dessas soluções para concretização prática.

Por razões de operacionalização e de desenvolvimento do projeto, apenas foram concretizadas as propostas da lenha solidária e da produção de biochar. Todavia, as outras propostas não deixaram de ser consideradas; foram abordadas teoricamente e discutidas no decurso das atividades desenvolvidas, funcionando como termos de comparação e como elementos de aprofundamento da reflexão coletiva. O processo participado não produziu, portanto, uma exclusão abrupta das restantes soluções, mas antes uma hierarquização pragmática das propostas em função da sua exequibilidade, proximidade territorial, simplicidade de implementação e capacidade de apropriação comunitária.

Na sequência desse processo, concluiu-se que as soluções locais de valorização da biomassa residual que melhor se enquadram no âmbito comunitário são aquelas que podem ser implementadas em pequena escala e em proximidade dos locais de produção e de uso. Foi neste enquadramento que se privilegiaram, em termos operacionais, duas opções centrais: o biochar e a lenha comunitária, aqui concretizada sobretudo sob a forma de lenha solidária. O biochar revelou-se particularmente interessante por apresentar uma dupla valência. Por um lado, está associado à valorização da biomassa num processo de conversão térmica que produz um material estável, denso em carbono

e com interesse para armazenamento e manuseamento. Por outro lado, esse material apresenta potencial para aplicação ao solo, quer numa lógica de sequestro de carbono, quer numa perspetiva de melhoria ou remediação edáfica. A lenha solidária, por seu turno, destacou-se pela sua forte ligação à resposta local, à utilidade imediata e à dimensão social da valorização da biomassa, nomeadamente em contextos de vulnerabilidade energética.

Ao mesmo tempo, o processo permitiu reconhecer que, no domínio da fertilidade dos solos, se mantém ativa uma prática tradicional de valorização dos matos através da sua integração nas atividades pecuárias, com posterior incorporação nos solos. Esta constatação é particularmente relevante, porque mostra que a inovação em contexto comunitário não se traduz necessariamente na substituição das práticas existentes por soluções inteiramente novas. Em muitos casos, a inovação passa também pela identificação, reconhecimento e revalorização de práticas locais que permanecem funcionalmente válidas. Assim, num dos casos, o resultado do processo consistiu precisamente em reconhecer a manutenção de uma prática tradicional como solução ajustada ao contexto e coerente com os objetivos de fertilização e valorização orgânica.

Foram também analisadas e discutidas, mas consideradas não aplicáveis no contexto atual da ação ou pouco ajustadas à lógica do projeto, as soluções de encaminhamento da biomassa para centrais de biomassa e de integração em cadeias de pellets. No caso das centrais, a principal limitação decorre dos custos logísticos associados à recolha, destroçamento, consolidação e transporte de grandes volumes de biomassa de baixo valor acrescentado, especialmente em territórios de topografia acidentada e produção dispersa. Trata-se de uma solução cuja viabilidade depende frequentemente de escalas superiores à de um único baldio, de agregação de oferta entre várias comunidades ou de contratualização com operadores externos especializados, o que a afasta da lógica de proximidade e de autonomia comunitária que se pretendeu privilegiar.

No caso dos pellets, as limitações são de natureza semelhante, embora associadas a uma cadeia de valor ainda mais industrializada. A venda de rolaria para pellets exige matéria-prima com características específicas e homogêneas, seleção criteriosa de dimensões, transporte para unidades transformadoras e inserção numa cadeia industrial externa ao território comunitário. Embora possa representar uma via economicamente interessante em certos contextos, esta solução não se revelou prioritária no âmbito da ação, quer por depender de maior padronização e articulação logística, quer por se afastar do objetivo de favorecer soluções simples, descentralizadas e diretamente apropriáveis pelas comunidades. Por isso, tanto o encaminhamento para centrais, como a opção pela produção de pellets, foram mantidos no plano teórico da discussão, mas não assumidos como opções centrais de concretização nesta fase do projeto.

LIÇÕES APRENDIDAS E RECOMENDAÇÕES

A apreciação dos resultados da Oficina do Biochar e do webinar dedicado à Lenha Comunitária permite retirar um conjunto de lições relevantes para futuros processos de inovação e cocriação em torno da biomassa residual dos baldios. Em primeiro lugar, ficou claro que as soluções com maior potencial de mobilização e apropriação local são aquelas que conseguem estabelecer uma relação direta entre o recurso disponível, a capacidade instalada no território e os benefícios percebidos pela comunidade. Tanto a oficina de biochar como o webinar sobre lenha comunitária mostraram que a discussão se torna mais concreta e mais fecunda quando os participantes conseguem visualizar o encadeamento entre biomassa produzida, operação necessária, produto final e utilidade local.

No caso da Oficina do Biochar, a principal mais-valia residiu na capacidade de tornar inteligível uma solução que, tratada apenas em termos conceptuais, poderia permanecer distante ou excessivamente técnica para muitos participantes. A demonstração com recurso a um modelo adaptado do Pennsylvania kiln permitiu mostrar que a

produção de biochar pode ser concebida em moldes simples, móveis e descentralizados, sem depender de uma infraestrutura industrial complexa. Esta característica é particularmente importante em contextos comunitários, onde os investimentos disponíveis são reduzidos e a proximidade entre o local de corte, o local de processamento e o local de aplicação constitui uma vantagem operacional evidente. Ao mesmo tempo, a ação permitiu clarificar que o interesse pelo biochar não se limita à sua produção enquanto material carbonizado, mas, também, se estende à sua potencial utilização no solo e ao seu papel no sequestro de carbono.

No caso do webinar dedicado à Lenha Comunitária, a principal contribuição foi mostrar que a valorização da biomassa lenhosa pode assumir diferentes racionalidades no mesmo território. A apresentação de casos ligados à lenha solidária e à venda de lenha em condições de mercado permitiu discutir a coexistência de finalidades sociais e económicas, sem reduzir a valorização da lenha a uma lógica exclusivamente comercial. Ficou evidente que, em muitos contextos, a lenha solidária constitui uma solução particularmente robusta, por responder diretamente a necessidades locais, reforçar a coesão comunitária e demonstrar de forma tangível os benefícios da gestão ativa dos baldios. A vertente de mercado, embora não tenha sido operacionalizada autonomamente no projeto, revelou-se útil como termo de comparação e como hipótese futura de valorização em contextos onde existam condições de escala, organização e padronização adequadas.

Uma das lições mais relevantes do processo prende-se precisamente com aquilo que teve de ser abandonado, ou pelo menos adiado, em termos de concretização prática. A não operacionalização das soluções ligadas a centrais de biomassa e a pellets não deve ser lida como fracasso, mas como resultado de um processo de filtragem realista. A cocriação produziu valor porque permitiu distinguir entre soluções tecnicamente possíveis e soluções efetivamente compatíveis com o contexto comunitário, com o ritmo do projeto e com os recursos disponíveis. Esta capacidade de ajustamento constitui um indicador de

maturidade metodológica, na medida em que evita a formulação de propostas desfasadas da realidade territorial e institucional.

Os principais obstáculos identificados apontam para dimensões que poderão ser trabalhadas em processos futuros. Entre esses obstáculos destacam-se os custos logísticos elevados, a dificuldade de financiamento de projetos de pequena escala, a fragmentação da informação territorial e cadastral, o envelhecimento da população, a escassez de mão de obra e as assimetrias de conhecimento técnico entre os diferentes intervenientes. Também se verificou que a operacionalização de soluções mais complexas exige níveis de coordenação, investimento e profissionalização que nem sempre estão disponíveis à escala comunitária. Acresce que os processos de cocriação requerem tempo, continuidade relacional, mediação qualificada e capacidade institucional para acolher soluções que nem sempre se enquadram facilmente em modelos administrativos rígidos.

Neste quadro, recomenda-se que futuras iniciativas reforcem a capacitação técnica dos conselhos diretivos dos baldios e dos compartes, criem ou consolidem funções de facilitação territorial, invistam em ações demonstrativas de pequena escala com forte componente prática e promovam instrumentos de apoio público mais ajustados a soluções descentralizadas e comunitárias. Recomenda-se igualmente que os processos futuros mantenham abertura para reconhecer práticas tradicionais ainda ativas e funcionalmente válidas, em vez de assumirem que a inovação depende sempre da substituição do que existe. O principal ensinamento da ação é o de que a valorização da biomassa residual dos baldios será tanto mais robusta quanto mais assentar em soluções simples, compreensíveis, próximas dos locais de produção e de uso, e socialmente apropriáveis pelas comunidades que gerem esses territórios.

4.2. ECOTURISMO

OBJETIVOS

Eram objetivos do grupo de trabalho a realização de um diagnóstico do estado do setor turístico nos territórios-piloto e o desenvolvimento de quatro atividades de ecoturismo cocriadas com as comunidades locais.

METODOLOGIA

O grupo de trabalho integrou investigadores, representantes de baldios, técnicos de desenvolvimento local e agentes turísticos, especializados em ecoturismo, atuantes no território. Este grupo serviu como espaço regular de articulação, possibilitando a discussão de problemas concretos e o acompanhamento da evolução das ações no campo.

A componente de diagnóstico envolveu recolha de dados estatísticos e sessões de trabalho participativo, uma com os gestores de baldios (presencial e em formato de oficina), outra com empresas de turismo (on-line) na qual se promoveu uma discussão orientada, desenvolvendo-se em torno de problemas concretos identificados pelos próprios participantes.

No desenvolvimento das atividades deu-se prioridade à experimentação prática e ao contato direto com os atores locais, evitando abordagens exclusivamente teóricas. As ações implementadas seguiram uma lógica progressiva, com soluções construídas colaborativamente com as comunidades e os operadores locais, e com ajustes contínuos ao longo do processo. As quatro experiências ecoturísticas foram testadas no terreno e com os atores locais, alargando-se o convite à participação a outros empresários turísticos dos territórios.

Estas experiências abrangeram percursos interpretativos focados na leitura da paisagem, experiências participativas relacionadas a práticas

agrícolas e ações de gestão ecológica do território. Em todas as atividades, procurou-se o envolvimento direto entre equipa de projeto, atores locais e participantes convidados, com ênfase na aprendizagem experiencial. O processo funcionou como um laboratório, visando identificar limitações logísticas, validar os formatos e avaliar a recetividade.

RESULTADOS

A elaboração de um guia sobre ecoturismo em territórios comunitários foi um dos principais resultados do processo. O documento reúne as principais recomendações e preocupações decorrentes da oficina participativa realizada com as empresas e operadores turísticos, em torno de fortes compromissos com a sustentabilidade. Sintetiza as aprendizagens acumuladas na cocriação das experiências ecoturísticas, descrevendo-as no sentido de serem replicadas (em fichas), dando orientações práticas para a implementação de atividades alinhadas com os princípios do ecoturismo e com os objetivos da gestão dos baldios.

LIÇÕES APRENDIDAS

A diversidade de perfis dos participantes envolvidos nas várias fases do diagnóstico e cocriação mostrou-se fundamental para o processo. Observou-se que a percepção do turismo, e do ecoturismo, difere consideravelmente entre os intervenientes. Os operadores turísticos destacam as oportunidades para a economia local e para a conservação, enquanto compartes e gestores comunitários expressam maior preocupação com os impactos sobre os usos tradicionais e uma percepção diferente sobre a relevância dos recursos do seu território.

A realização da oficina sobre ecoturismo com os gestores dos baldios representou um momento significativo do processo. A sessão reuniu representantes das comunidades locais e possibilitou a discussão

direta sobre a relação entre o turismo e a gestão comunitária dos baldios. O formato adotado, baseado na troca de experiências concretas das empresas e das comunidades, facilitou a participação de todos os envolvidos e evidenciou diferentes percepções sobre o papel do ecoturismo no território.

O contraste de perspectivas constituiu um dos elementos mais relevantes do processo, pois exigiu a clarificação das expectativas e a negociação de soluções aceitáveis para todos os envolvidos.

DIFICULDADES

As metodologias utilizadas revelaram várias dificuldades, sendo a mais relevante a morosidade associada ao processo. Essa morosidade resultou de dois fatores:

- **1.** A integração de diferentes perfis de pessoas, com objetivos e mundividências distintas, implicou oportunidades de estabelecer um conhecimento interpessoal dos diversos agentes, até que começassem a criar em conjunto; a expectativa de estabelecimento de um diálogo franco e empático como uma coisa natural e imediata revelou-se ingénua;
- **2.** A dificuldade de coordenação de calendário para reuniões, encontros ou outros eventos; este fator mostrou tendência a desvanecer com o decorrer do trabalho e com o incremento da confiança entre todos.

Outra dificuldade identificada correspondeu à dispersão de fontes de dados, difíceis de compatibilizar, ou à sua ausência. Não foi possível identificar, nas bases de dados existentes, os atores/empresas a operar nos territórios, a tipologia de atividades e o seu grau de compromisso com as comunidades locais e com a conservação da natureza. Este problema, em parte, resulta do conceito legal do turismo de natureza, mais próxima do turismo ativo do que do ecoturismo.

RECOMENDAÇÕES

Os resultados obtidos confirmam que o desenvolvimento do ecoturismo em territórios comunitários depende, em grande parte, da capacidade de envolver as comunidades locais, de adaptar as atividades às especificidades de cada contexto e de ser capaz de demonstrar aos vários atores envolvidos as vantagens da colaboração, e os passos a dar para efetivar a concretização das ideias e dos processos. Com melhor clareza concetual e experimentação colaborativa no terreno, o ecoturismo demonstrou poder ser uma atividade económica viável, e um instrumento relevante para a valorização territorial, social e da governança comunitária.

4.3. AS MULHERES NA AGRO-SILVO-PASTORÍCIA

OBJETIVOS

O objetivo consistiu em valorizar e apoiar as mulheres portuguesas envolvidas na pecuária extensiva através do incentivo à criação de uma rede de contactos com funções de espaço de encontro, partilha de informação e apoio mútuo, inspirada no projeto das Ganaderas en Red (GeR) (<https://www.ganaderasenred.org/>), promovido pela Fundación Entretantos (Espanha). Esta rede visa promover o conhecimento entre mulheres produtoras de gado em regime extensivo, aumentar a visibilidade do papel das mulheres no sector e unir esforços para contribuir de forma mais eficaz para a promoção da atividade pastoril e dos territórios rurais.

METODOLOGIA

A metodologia adotada segue a linha de trabalho do Projeto Bem Comum, baseada numa abordagem processual, participativa e relacional, na qual o conhecimento é construído em interação com os atores e em estreita ligação ao território. Para além da recolha de informação sobre o papel das mulheres na agro-silvo-pastorícia, o foco esteve na criação de condições para a emergência de uma dinâmica coletiva, tornando essa presença visível e fortalecendo a sua capacidade de ação.

O processo iniciou-se com a identificação e mobilização de mulheres envolvidas na pecuária extensiva em diferentes territórios do noroeste de Portugal, com o objetivo de captar a diversidade de trajetórias, perfis e contextos produtivos. Esta fase exploratória visou auscultar interesses e avaliar as condições para a criação de um espaço de encontro e partilha.

A realização de encontros presenciais foi um dos principais dispositivos de trabalho. Os primeiros encontros permitiram conhecer o projeto das GeR, e funcionaram como espaços de reconhecimento mútuo,

permitindo que mulheres com experiências semelhantes, mas geograficamente isoladas, se encontrassem, partilhassem vivências e estabelecessem as primeiras ligações.

A cooperação com a rede espanhola Ganaderas en Red desempenhou um papel relevante neste contexto: o contacto com uma experiência já estruturada permitiu a introdução de referências concretas de organização, comunicação e afirmação coletiva, servindo de fonte de inspiração e de legitimação do processo em desenvolvimento. Esta aproximação favoreceu uma aprendizagem situada, orientada para a adaptação de soluções ao contexto português.

Na sequência dos primeiros encontros, a equipa Bem Comum e as GeR organizaram um evento de maior escala e participação internacional, que contribuiu para consolidar um espaço comum de reflexão e reforçar o sentimento de pertença a uma realidade partilhada: 1ª Encontro de Mulheres Ganadeiras Portuguesas e um Encontro Internacional de Ganadeiras, em formato misto: presencial e online, em 8 de março de 2025.

A criação de um canal de comunicação contínua via WhatsApp assegurou a ligação permanente entre as participantes e deu continuidade ao processo para além dos encontros presenciais. Este espaço revelou-se fundamental para a partilha de experiências diárias, a circulação de conhecimento prático e a construção de proximidade entre mulheres que, devido à natureza da atividade e à dispersão territorial, tendem a trabalhar de forma isolada.

A metodologia incluiu uma componente de produção de conteúdos e comunicação pública (vídeos, notícias e publicações no Facebook do projeto), que proporcionou visibilidade às participantes e às suas práticas, contribuindo para a construção de uma identidade coletiva e para a projeção externa da rede.

RESULTADOS

Os resultados obtidos refletem o carácter progressivo do processo e evidenciam a emergência de uma estrutura relacional que, embora ainda em consolidação, já demonstra consistência e continuidade.

A criação de uma rede de mulheres ligadas à pecuária extensiva constitui o resultado mais evidente deste trabalho. Esta rede, territorialmente ancorada e socialmente diversa, reúne participantes com diferentes percursos, níveis de experiência e orientações produtivas, refletindo a heterogeneidade da agro-silvo-pastorícia nos territórios de montanha. Trata-se da formação de um coletivo que se reconhece como tal e que começa a construir referências comuns.

A operacionalização desta rede baseia-se principalmente no canal de comunicação permanente criado durante o processo. Esta ferramenta contribuiu para reduzir o isolamento associado à atividade e para sustentar a continuidade das interações, funcionando como elemento estruturante da rede.

Paralelamente, tornou-se mais evidente o papel das mulheres na agro-silvo-pastorícia, não apenas como participantes, mas também como agentes centrais na organização da atividade e gestoras do território. O processo evidenciou a sua presença na gestão das explorações, na organização do trabalho e na transmissão de saberes, contribuindo para uma maior visibilidade e afirmação social dessa realidade. O que inicialmente se apresentava como um conjunto de trajetórias individuais dispersas passou a configurar uma rede de relações ativas, assente na partilha, na entreaajuda e no reconhecimento mútuo. Esta dimensão relacional revela-se particularmente significativa em contextos de montanha, onde a dispersão territorial e a exigência do trabalho tendem a limitar as oportunidades de interação.

Neste âmbito, observou-se também um aumento da visibilidade pública das mulheres ligadas à pecuária extensiva, por meio da participação em eventos e da produção de conteúdos de divulgação. Este processo contribuiu para dar expressão social a uma realidade frequentemente

pouco visível, reforçando o reconhecimento da atividade e das suas protagonistas.

LIÇÕES APRENDIDAS

O processo desenvolvido evidenciou a importância da visibilidade como condição para a transformação, demonstrando que a criação de espaços de expressão coletiva contribui para reconfigurar a percepção da atividade e reforçar a sua legitimidade.

Ficou igualmente confirmado o papel estruturante das redes, potenciadas pelas novas tecnologias de comunicação, em contextos marcados pelo isolamento, em que a partilha de experiências e a existência de canais de comunicação contínua assumem especial relevância. Embora seja de referir que uma parte das mulheres produtoras evidenciou algumas dificuldades quer no acesso às tecnologias de comunicação, quer à sua utilização, esta é uma realidade que já não está presente nas gerações mais novas.

A natureza intergeracional da rede revelou-se central, evidenciando a complementaridade entre o conhecimento acumulado e a capacidade de inovação. A aprendizagem por referência, através do contacto com experiências externas, contribuiu para acelerar processos e reforçar a confiança. Por fim, ficou claro que a construção de dinâmicas coletivas requer tempo, continuidade e investimento relacional.

DIFICULDADES

As dificuldades identificadas refletem tanto características estruturais da atividade quanto constrangimentos institucionais e sociais.

Destacam-se o envelhecimento das produtoras, a baixa rentabilidade da atividade e o despovoamento dos territórios de montanha. No

âmbito institucional, persistem desajustes nas políticas públicas e complexidade nos processos administrativos.

Do ponto de vista social, a invisibilidade do papel das mulheres, a parca representação do género nas estruturas associativas e a dispersão territorial constituem obstáculos relevantes, acrescidos de desafios relacionados com a diversidade de perfis e a construção de confiança entre participantes.

RECOMENDAÇÕES

A valorização pública da pecuária em regime extensivo e das suas protagonistas constitui um elemento essencial para reforçar a sustentabilidade da atividade e do território. As potencialidades das tecnologias digitais de comunicação estão subaproveitadas, quer por debilidades existentes na cobertura de rede nalguns locais, quer pela falta de competências nos grupos de mais idade da população rural. Aumentar a acessibilidade digital, promover capacitação das pessoas para o seu uso e, em específico, apoiar estruturas de animação que promovam a participação das mulheres com atividade na pecuária extensiva em redes dedicadas e temáticas são ações articuladas que mereceriam um maior desenvolvimento.

Tendo em conta as especificidades da experiência feminina, considera-se necessária a integração da dimensão de género nas políticas públicas do sector, bem como uma maior adequação das políticas aos territórios de montanha, garantindo que os processos participativos integram as mulheres.

4.4. ATIVIDADES LÚDICO-EDUCATIVAS PARA JOVENS

OBJETIVOS

Os objetivos do grupo centraram-se na criação de atividades lúdico-educativas que despertem o interesse de jovens estudantes por profissões e projetos de vida ligados aos territórios rurais e, em particular, à montanha, promovendo um maior conhecimento sobre os baldios e as oportunidades dos territórios. Estabeleceu-se como meta o desenvolvimento de quatro atividades, incluindo ensino secundário e superior.

METODOLOGIA

A constituição do grupo de trabalho pautou-se pela multidisciplinaridade e pela representatividade territorial, integrando investigadores académicos, representantes de baldios, técnicos de desenvolvimento local, agricultura e florestas e agentes do setor turístico. Esta sinergia permitiu cruzar o conhecimento científico com a experiência prática de organizações e empresas, garantindo que as atividades propostas estivessem ancoradas na realidade socioeconómica e ambiental dos territórios de montanha.

O processo de trabalho baseou-se num regime de reuniões regulares, realizadas em formato presencial e digital, estruturado em três fases distintas. Inicialmente, o grupo focou-se no levantamento e identificação das tipologias de atividades mais adequadas aos objetivos estratégicos do projeto. Seguiu-se uma fase de desenho metodológico e conceptual, culminando no planeamento detalhado de ações de experimentação direta com estudantes do ensino secundário e do ensino superior, visando testar a eficácia das abordagens desenhadas.

No desenvolvimento das atividades, privilegiou-se a cocriação e a adaptabilidade, assegurando que os conteúdos técnicos sobre a gestão dos baldios e as oportunidades de vida e de trabalho nos territórios rurais sejam transmitidos de forma apelativa e pedagógica. Esta

abordagem assegurou que cada ferramenta respondesse a diversos critérios de validação, nomeadamente a viabilidade técnica da implementação, a atratividade lúdica para o público jovem e a efetiva aquisição de competências sobre os baldios, nas suas várias dimensões.

O processo estruturou-se como um modelo de desenvolvimento colaborativo, em que as experiências de campo serviram como base para a afinação das propostas. Cada atividade foi avaliada pelos participantes através de questionários, recolhendo-se a sua apreciação e contributos, que foram tidos em consideração na elaboração das versões finais.

A dinâmica de experimentação prática com o público jovem funcionou como um instrumento essencial para promover os territórios como espaços de futuro e com oportunidades profissionais diversas.

RESULTADOS

Deste processo resultou a Coleção “Laboratório de Campo: Baldios e Bem Comum”, composta por três cadernos pedagógicos que disponibilizam quatro atividades adaptáveis ao perfil dos jovens. Destaca-se a versatilidade de um dos cadernos, cuja estrutura permite a sua aplicação tanto em contexto de ensino secundário como de ensino superior.

Os títulos dos cadernos: "[Assembleia de Compartes Jovens](#)", "[Bioblitz – à descoberta da biodiversidade de um baldio](#)" e "[Peddy-Paper no Baldio de Pincães](#)", propondo atividades que estimulam a experimentação, o pensamento crítico, a cooperação e a participação cívica.

LIÇÕES APRENDIDAS

A implementação deste projeto permitiu consolidar aprendizagens fundamentais sobre a valorização e revitalização dos territórios de montanha. A primeira grande lição prende-se com o valor da multidisciplinaridade: a constituição de uma equipa diversificada revelou-se o motor essencial para um trabalho colaborativo eficaz e mais criativo.

Ficou demonstrado que os baldios, enquanto espaços comunitários de gestão coletiva, têm qualidades interessantes como laboratórios de inovação social e de capacitação dos jovens para a cidadania ativa e a sustentabilidade. Por um lado, as comunidades locais aderem com interesse à coorganização de iniciativas que potenciam a sua capacidade de atrair as novas gerações e promovem o reconhecimento e a transmissão do seu legado cultural e natural. Por outro, a cocriação envolve técnicos de organizações e empresas cuja atividade profissional qualificada é, em si mesma, representativa de trajetórias profissionais possíveis nestes contextos.

Relativamente ao público-alvo, observou-se que os jovens demonstram elevado interesse por dinâmicas alternativas ao ensino convencional. Através de metodologias baseadas no jogo e na descoberta, os participantes poderão não só adquirir competências técnicas sobre o mundo rural, como desenvolver um maior interesse pelas profissões ali desenvolvidas, encarando o meio rural como um espaço de oportunidades para a sua vida ativa futura e o empreendimento de novas soluções, e não apenas como um espaço de lazer ou de tradição.

DIFICULDADES

Uma das principais dificuldades encontradas residiu na complexidade inerente ao desenho das ferramentas pedagógicas. A exigência de criar atividades que fossem simultaneamente replicáveis e abrangentes, integrando as múltiplas dimensões da propriedade comunitária – processos de discussão e decisão coletiva, biodiversidade e o papel dos

baldios na sua preservação, seu valor cultural, histórico e humano - revelou-se um desafio exigente. O grupo de trabalho teve de assegurar que as propostas mantivessem um elevado potencial de replicabilidade em diferentes contextos geográficos, garantindo que a facilidade logística não comprometesse o rigor técnico nem a profundidade dos conteúdos transmitidos sobre os baldios.

As escolas elaboram os seus calendários de atividades formalmente e no início do ano letivo, reduzindo a facilidade de incorporar novas propostas, como as que aqui se propuseram e experimentaram.

RECOMENDAÇÕES

Recomenda-se a difusão e a aplicação da coleção de cadernos de atividades, garantindo que estas ferramentas pedagógicas sejam integradas nos planos de atividades de estabelecimentos de ensino (secundário e superior), de centros da Rede Ciência Viva e de agentes territoriais de proximidade, nomeadamente associações socioculturais locais, consolidando estas ferramentas como recursos de referência para a educação e valorização rural.

Estes recursos foram desenhados para serem instrumentos dinâmicos, funcionando como catalisadores para o fortalecimento do vínculo identitário dos jovens com os territórios rurais. As Comunidades Intermunicipais do Alto Minho, Cávado e Ave e todos os seus municípios, incluindo-se ainda o município de Montalegre, podem ter aqui um papel determinante.

4.5. ATRAÇÃO E RETENÇÃO DE NOVOS RESIDENTES E NÓMADAS DIGITAIS

OBJETIVOS

O presente grupo de trabalho foi constituído com a missão de analisar e potenciar as dinâmicas de mobilidade geográfica contemporâneas, focando-se na atração de novos residentes e nómadas digitais para territórios de montanha. Os objetivos centrais delineados foram a conceção e desenvolvimento de um guia prático destinado a otimizar a integração de novos perfis de residentes e a identificação de boas práticas e fatores críticos de sucesso que assegurem uma convivência harmoniosa entre as comunidades locais e os novos habitantes.

METODOLOGIA

A metodologia adotada assentou numa estratégia multidisciplinar e participativa, reunindo investigadores, técnicos da administração pública e especialistas de hubs criativas. Esta composição permitiu cruzar o rigor académico com a visão prática do terreno, tendo como base a análise de iniciativas de sucesso e visitas técnicas nas regiões do Minho e da Galiza para identificar os fatores críticos de fixação populacional e os desafios associados.

O processo de desenvolvimento incluiu ainda a auscultação e cocriação, recorrendo a inquéritos direcionados a nómadas digitais e à realização de oficinas participativas focadas em temas estruturantes como a Educação e a Tecnologia. Através de uma dinâmica regular de reuniões presenciais e digitais, o grupo sistematizou a informação recolhida, garantindo que o desenho das ferramentas finais respondesse diretamente às necessidades diagnosticadas no terreno.

RESULTADOS

Os principais resultados deste grupo de trabalho materializaram-se em produtos de transferência de conhecimento e dinâmicas de animação territorial:

Guia "Habitar o Novo Rural": Uma caixa de ferramentas pedagógica e informativa que serve de apoio à receção de novos residentes, sistematizando o roteiro de integração em meio rural, focado no norte de Portugal.

Tainada da Educação: Sessão dedicada à discussão de modelos educativos inovadores adaptados aos territórios rurais, aproximando a comunidade local, os novos residentes e os futuros habitantes.

Tainada Tecnológica: Evento dedicado à inovação e ao uso da tecnologia como ferramenta para a revitalização destes territórios, com apresentação de projetos de empreendedores que transformaram a sua vida e a das comunidades rurais que os acolheram, e projetos de jovens que decidiram ficar nos territórios rurais em que cresceram.

LIÇÕES APRENDIDAS

As conclusões do trabalho de campo destacam o papel determinante das indústrias e hubs criativos como mediadores entre o urbano e o rural. Estas entidades funcionam como "pontes" que facilitam a transição de profissionais de setores não tradicionais para o meio rural, promovendo a descoberta de territórios que oferecem um estilo de vida mais comunitário e com reaproximação à natureza e a um ritmo quotidiano menos acelerado.

Embora a qualidade de vida e o valor ambiental sejam os principais fatores de atração, a análise sublinha que estes só se tornam argumentos de fixação reais se forem acompanhados de infraestruturas e contextos organizacionais que providenciem suporte tecnológico e social. Finalmente, o sucesso da revitalização rural

depende de uma integração bidirecional: o foco não deve residir apenas no aumento demográfico, mas sim na criação de sinergias entre quem chega e quem já residia no território. O fator crítico será assegurar que a inovação trazida pelos novos residentes se possa articular com a cultura e as necessidades da comunidade local, bem como catalisar as dinâmicas de inovação de base endógena.

DIFICULDADES

Alguns obstáculos que condicionaram a execução das tarefas previstas:

Participação nos Inquéritos: Registou-se uma dificuldade relativa na obtenção de respostas por parte da comunidade de nómadas digitais, um público caracterizado pela sua elevada mobilidade e difícil participação em questionários formais.

Barreira Linguística: A atual edição do guia encontra-se disponível apenas em português, o que poderá constituir uma limitação para alcançar nómadas digitais de outras nacionalidades que procuram ou povoam estes territórios.

RECOMENDAÇÕES

Para assegurar a sustentabilidade e o impacto do trabalho desenvolvido, o grupo recomenda uma disseminação alargada do guia “Novos Residentes: Habitar o Novo Rural” junto de organizações locais, regionais (públicas e privadas) e redes internacionais de nómadas digitais. A tradução do guia para inglês e espanhol poderá internacionalizar a oferta e facilitar o acolhimento de perfis globais.

A promoção de políticas que valorizem os novos residentes como ativos para a sustentabilidade ambiental e social dos territórios rurais, incentivando projetos de vida de longo prazo nestas comunidades, será

igualmente uma das vias preconizadas para a revitalização dos territórios rurais.

Assegurar continuidade das dinâmicas de cocriação, incluindo financiamento para investimento em projetos experimentais que permitam criar respostas a alguns dos problemas identificados (ex: espaços de cowork e coliving em meio rural; ofertas educativas específicas para meio rural com comunidades de novos residentes no pré-escolar e 1º ciclo).

4.6. PLATAFORMA E REDE DIGITAL COLABORATIVA DOS BALDIOS

GEOPORTAL DOS BALDIOS DO MINHO

OBJETIVOS

O Geoportal dos Baldios do Minho foi concebido para responder a uma necessidade comum às comunidades gestoras, técnicos, investigadores e decisores: reunir, organizar e tornar acessível informação territorial que se encontrava dispersa por diferentes instituições, documentos e bases de dados. Além de criar um novo conjunto de bases de dados, pretendeu-se desenvolver uma infraestrutura de informação geográfica capaz de apoiar a compreensão, a gestão e a valorização dos baldios do Noroeste Peninsular.

A plataforma resulta de um processo colaborativo e de cocriação com os parceiros e partes interessadas e procura articular quatro objetivos complementares. O primeiro consiste em consolidar o conhecimento territorial, integrando informação geográfica, histórica, ecológica, social e administrativa. O segundo visa apoiar o planeamento e a tomada de decisão, através de ferramentas de consulta, análise espacial e monitorização. O terceiro pretende reforçar a participação e a governança colaborativa, criando condições para que os compartes e as comunidades possam consultar informação, partilhar conhecimento e contribuir para a identificação de problemas e soluções. O quarto objetivo centra-se na comunicação e a promoção dos baldios, dando maior visibilidade aos seus recursos, valores, iniciativas e formas de gestão comunitária.

METODOLOGIA

O desenvolvimento do Geoportal partiu do reconhecimento de que os baldios são territórios complexos, onde se cruzam dimensões ecológicas, sociais, económicas, jurídicas e culturais. A estrutura da plataforma foi, por isso, definida a partir das necessidades dos diferentes utilizadores e dos principais casos de uso identificados durante a fase de conceção. Ao longo do processo procurou-se evitar uma solução exclusivamente técnica, orientada apenas para especialistas, privilegiando uma organização modular que permitisse combinar informação rigorosa, leitura territorial e acesso simplificado por parte das comunidades e do público em geral.

A base tecnológica adotada inclui diversas bases de dados, serviços geográficos e aplicativos integrados na plataforma ArcGIS Experience Builder, integrados com os ambientes ArcGIS Online e ArcGIS Enterprise. Esta opção permitiu organizar conjuntos/bases de dados, serviços e catálogos de dados e aplicações numa infraestrutura comum, assegurar a interoperabilidade entre diferentes serviços geográficos e configurar interfaces adaptadas a distintos perfis de utilização. A lógica modular da plataforma, baseada em componentes reutilizáveis, tornou possível desenvolver experiências diferenciadas para a gestão técnica, a consulta pública, a monitorização e a participação, mantendo uma arquitetura coerente e evolutiva.

A informação integrada no Geoportal combina cartografia de referência — limites administrativos e dos baldios, ocupação e uso do solo, rede hidrográfica, relevo, declives, acessibilidades e outras componentes territoriais — com informação temática produzida ou organizada no âmbito do projeto. Ao mesmo tempo incluem-se inventários de flora e fauna, registos patrimoniais e históricos, dados socioeconómicos e informação sobre as comunidades locais. Estas áreas funcionam como espaços privilegiados de observação e experimentação permitindo aprofundar a análise e testar metodologias suscetíveis de aplicação a outros territórios comunitários.

A organização da informação assentou ainda na articulação de diferentes fontes e escalas. Os dados administrativos e cartográficos foram complementados por informação de campo, imagens de satélite e contributos das comunidades. A monitorização foi estruturada numa perspetiva espacial e temporal, de forma a acompanhar alterações na ocupação do solo, na vegetação, no pastoreio, no risco de incêndio e noutras dinâmicas com influência na gestão dos baldios.

Paralelamente, foram previstas ferramentas de participação, nomeadamente formulários georreferenciados e mecanismos de reporte colaborativo, permitindo recolher observações, identificar problemas, sugerir intervenções e registar conhecimentos locais que, frequentemente, não estão presentes nas bases de dados institucionais.

A informação submetida pelas comunidades considerou-se que deveria ser objeto de validação antes da sua integração no repositório central. Esta articulação entre conhecimento técnico-científico e saber local constitui um princípio metodológico central. Os dados produzidos por sensores, levantamentos, cartografia ou deteção remota ganham maior significado quando são interpretados à luz da experiência de quem conhece, utiliza e gere diariamente estes territórios.

RESULTADOS

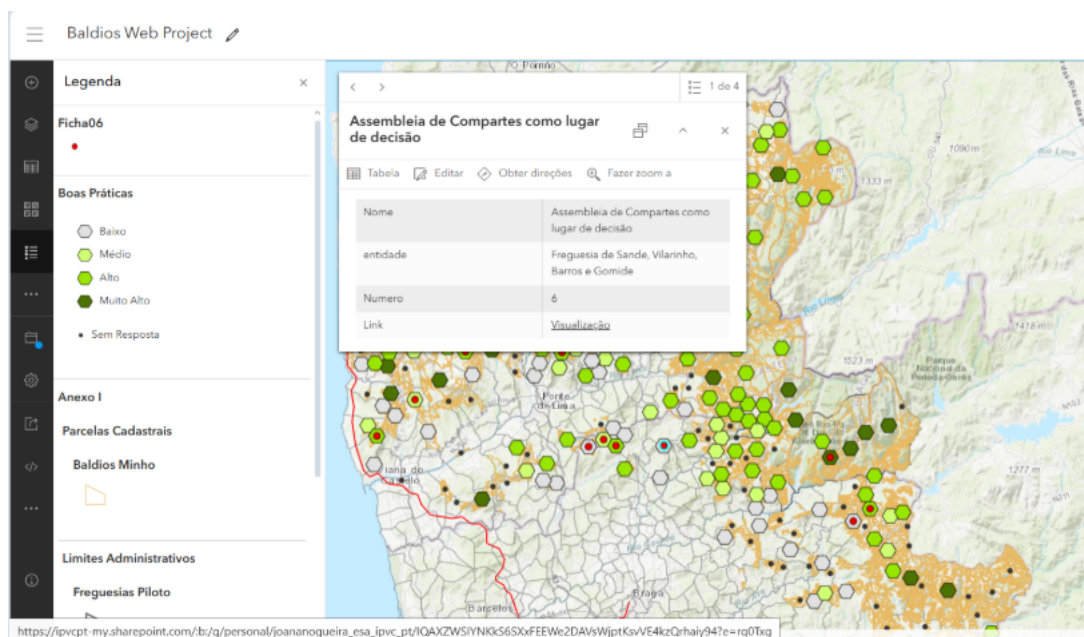
O principal resultado foi a criação de uma plataforma e rede digital colaborativa que reúne, num ambiente comum, informação territorial relevante para o conhecimento, a gestão e a promoção dos baldios. O Geoportal foi concebido não como um repositório estático, mas como uma infraestrutura viva, suscetível de ser atualizada e ampliada à medida que são produzidos novos dados, desenvolvidos projetos ou recolhidos contributos das comunidades.

O repositório geoespacial constitui o núcleo da plataforma. A concentração de dados de natureza diversa permite reduzir a fragmentação da informação e estabelecer relações entre recursos naturais, usos do solo, património, dinâmicas sociais e modelos de gestão.

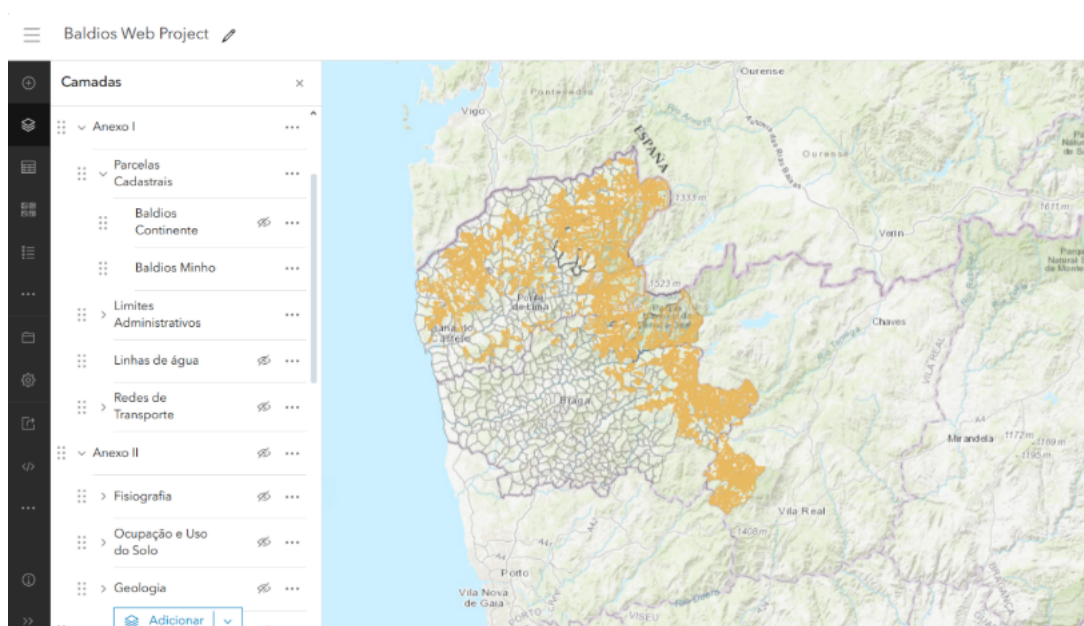
O visualizador cartográfico interativo constitui a principal porta de entrada para a consulta da informação. Através do mapa, o utilizador pode navegar pelo território, ativar e combinar camadas, realizar pesquisas, consultar fichas descritivas e explorar a informação associada aos elementos representados. As funcionalidades de filtragem, seleção, medição, análise de proximidade e produção de resultados permitem adaptar a consulta a diferentes necessidades. Deste modo, o mapa deixa de ser apenas uma representação do território e passa a constituir um instrumento de leitura, interpretação e apoio à decisão.

Foi igualmente estruturado um módulo de monitorização socioecológica, destinado a integrar indicadores ambientais, sociais, económicos e de governança. A apresentação da informação através de painéis, mapas e séries temporais permite acompanhar a evolução dos usos do solo, da vegetação, dos padrões de pastoreio, dos riscos de incêndio e de outros processos relevantes. Esta capacidade de observação continuada pode apoiar a avaliação dos efeitos das intervenções, a deteção precoce de alterações e a revisão periódica dos instrumentos e opções de gestão.

No seu conjunto, os resultados alcançados reforçam a capacidade de gestão das comunidades, facilitam o acesso à informação e criam melhores condições para fundamentar decisões. A leitura integrada do território permite identificar vulnerabilidades, acompanhar tendências apoiar uma transição gradual de modelos predominantemente reativos para formas de gestão mais preventivas, informadas e adaptativas, sem substituir a decisão das comunidades nem o conhecimento construído no terreno.



Exemplo de consulta de informação temática e de boas práticas através do visor cartográfico do Geoportal.



Exemplo da organização das camadas de informação territorial e ambiental disponibilizadas no Geoportal.

LIÇÕES APRENDIDAS

A conceção do Geoportal confirmou que a utilidade de uma infraestrutura digital não depende apenas da quantidade de dados reunidos ou da sofisticação das ferramentas disponíveis. O seu valor resulta, sobretudo, da capacidade para transformar informação dispersa em conhecimento compreensível, contextualizado e útil para quem toma decisões, gere recursos ou participa na vida comunitária. Uma plataforma tecnicamente robusta, mas difícil de utilizar ou afastada das necessidades reais dos seus utilizadores, terá sempre um alcance limitado.

Outra aprendizagem importante relaciona-se com a complementaridade entre fontes de conhecimento. A cartografia, os inventários, a deteção remota e os dados administrativos são essenciais para caracterizar o território, mas não substituem o conhecimento acumulado pelas comunidades. Os compartos conhecem percursos, usos, conflitos, mudanças e práticas que muitas vezes não deixam registo documental. A integração destas duas dimensões - conhecimento técnico-científico e experiência local - permite construir leituras mais completas e mais próximas da realidade.

A diversidade de utilizadores mostrou também a necessidade de oferecer diferentes formas de acesso à mesma informação. Técnicos e investigadores podem necessitar de ferramentas avançadas de consulta e análise, enquanto gestores comunitários e cidadãos valorizam interfaces simples, linguagem clara e acesso rápido à informação mais relevante. A modularidade e a adaptação a computadores, tablets e telemóveis são, por isso, condições importantes para ampliar a utilização da plataforma.

A monitorização temporal acrescenta uma dimensão particularmente relevante. Conhecer o estado atual dos recursos é importante, mas acompanhar a sua evolução permite compreender tendências, avaliar os resultados e ajustar medidas. A passagem de uma cartografia essencialmente descritiva para um sistema de observação continuada cria novas possibilidades para a gestão adaptativa dos baldios.

Por fim, o processo evidenciou que a tecnologia só produz efeitos duradouros quando é acompanhada por capacitação, responsabilidades claras e envolvimento continuado. O Geoportal deve ser entendido como parte de uma rede de cooperação e não como uma solução autónoma. A atualização da informação, a validação dos contributos e a utilização dos resultados nas decisões dependem da articulação entre comunidades, entidades públicas, equipas técnicas e instituições de investigação.

DIFICULDADES

Uma das principais dificuldades relaciona-se com a dispersão, heterogeneidade e desigual disponibilidade da informação. Os dados relevantes encontram-se frequentemente distribuídos por diferentes instituições, foram produzidos em épocas distintas e estão organizados segundo critérios, escalas e formatos nem sempre compatíveis. Em alguns casos existem lacunas, desatualização ou diferenças entre os limites cartográficos, a realidade observada no terreno e o conhecimento das comunidades. A harmonização, documentação e validação destes dados exigem, por isso, um trabalho técnico continuado.

A própria diversidade dos baldios constitui simultaneamente uma riqueza e um desafio. As diferenças de dimensão, localização, composição ecológica, formas de administração, intensidade de uso e capacidade organizativa tornam difícil a aplicação de modelos uniformes. A plataforma necessita de assegurar uma base comum de informação e, ao mesmo tempo, manter flexibilidade suficiente para representar as especificidades de cada comunidade e território.

Outro desafio consiste em equilibrar complexidade técnica e facilidade de utilização. A integração de muitas camadas, indicadores e ferramentas pode aumentar a capacidade analítica, mas também tornar a plataforma menos intuitiva. A existência de diferentes níveis de literacia digital, bem como as limitações de conectividade em algumas áreas rurais, reforça a necessidade de interfaces simples, apoio próximo e ações de capacitação.

A participação colaborativa coloca igualmente questões relacionadas com a qualidade, a validação e a gestão da informação. Os contributos locais são valiosos, mas necessitam de procedimentos transparentes de verificação, classificação e atualização. Ao mesmo tempo, tornou-se necessário discutir e definir diferentes níveis de acesso e regras adequadas para informação de natureza sensível, evitando que a abertura dos dados comprometa direitos, privacidade ou interesses legítimos das comunidades.

Por último, a continuidade do Geoportal exige recursos técnicos, institucionais e humanos para assegurar a manutenção da infraestrutura, a atualização dos conteúdos, a gestão dos utilizadores e a evolução das ferramentas. Sem um modelo de governança e sustentabilidade a médio e longo prazo, existe o risco de a plataforma perder atualidade e capacidade de resposta após o encerramento das atividades do projeto.

RECOMENDAÇÕES

A consolidação do Geoportal deverá assentar num modelo de governação partilhado, com definição clara das entidades responsáveis pela administração tecnológica, atualização dos dados, validação dos contributos e apoio aos utilizadores. A participação das comunidades deve manter-se como um princípio estruturante, não apenas na recolha de informação, mas também na definição de prioridades, na avaliação das funcionalidades e na orientação da evolução futura da plataforma.

Recomenda-se a criação de procedimentos regulares de atualização e controlo de qualidade, acompanhados por metadados que identifiquem a origem, a data, a escala, e as limitações de cada conjunto de dados. A utilização de normas abertas e de serviços e catálogos interoperáveis deverá ser privilegiada, facilitando a ligação a outras infraestruturas de informação, sistemas municipais, plataformas regionais e redes nacionais ou transfronteiriças.

A expansão da monitorização deverá ser gradual e orientada por necessidades concretas de gestão. A integração de imagens de satélite, levantamentos de campo, sensores e informação participativa pode apoiar o acompanhamento da vegetação, dos usos do solo, do pastoreio, dos recursos hídricos, da biodiversidade e do risco de incêndio. Estes dados deverão ser traduzidos em indicadores claros e relacionados com os objetivos dos planos de gestão, evitando a acumulação de informação sem utilização prática.

É igualmente importante desenvolver ações continuadas de formação e acompanhamento dirigidas aos compartes, órgãos gestores, técnicos e outros utilizadores. A capacitação deve combinar competências de consulta e utilização das ferramentas com a discussão sobre a interpretação dos dados, os seus limites e a forma como podem apoiar decisões coletivas. Interfaces simplificadas, guiões de utilização e materiais de apoio contribuirão para reduzir barreiras e favorecer uma apropriação progressiva da plataforma pelas comunidades.

A informação de acesso público deverá ser diferenciada da informação reservada à gestão, assegurando transparência sem comprometer dados sensíveis ou direitos das comunidades. As regras de acesso, utilização e partilha devem ser claras, proporcionais e construídas com os intervenientes. Esta diferenciação poderá reforçar a confiança no sistema, clarificar responsabilidades e garantir que a abertura da informação contribui efetivamente para o conhecimento e a participação, sem criar novos riscos para os territórios ou para quem os gere.

A médio prazo, o Geoportal poderá constituir a base de uma rede mais ampla de conhecimento e cooperação entre baldios, permitindo partilhar experiências, divulgar boas práticas, comparar indicadores e apoiar projetos conjuntos. A sua evolução deverá preservar a diversidade dos territórios e evitar soluções excessivamente uniformes. Mais do que replicar um modelo único, importa criar uma base comum suficientemente flexível para reforçar a capacidade de cada comunidade conhecer os seus recursos, fundamentar escolhas e comunicar o valor social, ecológico, económico e cultural dos espaços que gere.

Mais do que uma ferramenta tecnológica, o Geoportal deve continuar a afirmar-se como um instrumento de cidadania e democracia territorial. Ao aproximar informação, conhecimento científico e saber comunitário, pode contribuir para uma gestão mais transparente, participada e adaptativa. O seu futuro dependerá, contudo, da capacidade de manter vivas as redes humanas e institucionais que lhe dão sentido. A inovação digital terá maior valor quando estiver ao serviço das comunidades, apoiar decisões concretas e contribuir para a sustentabilidade dos baldios e dos territórios que deles dependem, no presente e para as gerações futuras.

5. NOTAS FINAIS

O projeto Bem Comum mobilizou investigadores, técnicos, gestores de baldios e compartes em múltiplas ações, com diversas metodologias participativas, visando conhecer melhor a realidade dos baldios e promover a inovação articulando o conhecimento científico com o conhecimento das comunidades e dos técnicos que trabalham diretamente no terreno. Este conjunto de ações permitiu confirmar que a ligação das comunidades aos montes baldios, apesar de ter sofrido várias vicissitudes ao longo do século XX, que fragilizaram a sua capacidade de autogestão na valorização das áreas comunitárias, continua a ser um elemento vivo e determinante em muitos dos territórios. Tornou-se evidente que, além de diversas histórias de resiliência e perseverança em torno das atividades e práticas tradicionais, há muitas comunidades locais que encontram nos baldios o espaço de decisão e ação próprio para desenvolver estratégias inovadoras de resposta aos problemas do abandono agrícola e florestal, do declínio sociodemográfico e da degradação ecológica e paisagística que se têm agravado nas últimas décadas nas áreas mais montanhosas do noroeste de Portugal.

Com uma lógica de investigação-ação, a equipa do projeto Bem Comum teve oportunidade de aprofundar laços com cidadãos e cidadãs que, nas suas comunidades rurais, organizam os processos de decisão coletiva, criam e recriam lógicas de cooperação entre vizinhos, recuperam tradições e/ou redefinem as bases da sua identidade numa ligação estreita com os recursos naturais do monte ou da serra, coresponsabilizando-se enquanto compartes no uso e gestão das áreas comunitárias. Quantas das vezes à custa dos seus tempos livres e dos seus interesses particulares. É nesta matriz não profissionalizada, solidária e identitária, herdada e transmitida aos mais novos, que os baldios têm um dos seus componentes principais: uma lógica relacional complexa e dinâmica que une cultura, economia e natureza, e que se tece nas ligações das pessoas umas com as outras e com o território. Uma ligação com o território e com os recursos naturais que se inscreve em lógicas de continuidade nas quais o longo prazo está

presente, e que, nos melhores exemplos, se materializa em processos de cidadania rural ativa e inclusiva e de tomadas de decisão coletivas com uma qualidade que julgamos merecer o aplauso e reconhecimento a todos os níveis.

Há vários territórios com baldios nos quais se estabeleceu um distanciamento das pessoas relativamente às práticas e às áreas comunitárias, com reflexo numa perda de uso e de gestão dos terrenos comuns e consequente perda de valor e resiliência. Mas mesmo nestes casos, surgindo novas vontades entre os residentes e um enquadramento favorável ao nível do apoio técnico e financeiro, pode reinventar-se uma comunidade em torno de um projeto de recuperação de um baldio. A gestão de proximidade, multifuncional, integrada, socialmente relevante e pensada para um tempo de várias gerações, contribui para o desenvolvimento local sustentável e, cada vez mais, para o bem comum, em sentido lato. As comunidades com melhores práticas e melhor desempenho na governança e gestão estão claramente orientadas por um sentido de responsabilidade social e ambiental que extravasa os limites da comunidade local o que, frequentemente, se manifesta em projetos realizados em parceria com várias entidades regionais e até nacionais, da administração pública e da sociedade civil.

As comunidades que gerem ativamente os baldios estão, nalguns casos, a recuperar o mosaico agro-silvo-pastoril, reativando o pastoreio comunitário e tornando o território mais resiliente aos incêndios e às invasoras lenhosas. Noutros casos há uma reorientação do modelo de gestão florestal no sentido da multifuncionalidade, combinando manchas florestais produtivas com áreas de recuperação da flora autóctone e outras mais vocacionadas para o recreio e lazer, com uma explícita atenção à criação de uma paisagem menos vulnerável aos fogos recorrentes e severos que têm assolado a região. Em quase todos os baldios há ainda uma interligação entre as áreas comunitárias e as da agricultura familiar, diretamente através da pecuária extensiva e das práticas ligadas à gestão da água e dos regadios tradicionais, ou indiretamente por via da gestão ativa das áreas florestais comuns, garantindo a segurança das áreas cultivadas e das habitações e uma

melhor qualidade de vida rural. E, por fim, cada vez mais comunidades investem em custódia ativa da natureza, abrindo portas às escolas, às coletividades locais e às entidades externas que pretendem conhecer os ecossistemas e agroecossistemas de montanha, e usufruir do contacto com a natureza que nos rodeia e da qual dependemos todos, em última análise, para sobreviver. Neste sentido, as comunidades baldias podem considerar-se verdadeiras guardiãs dos territórios de montanha.

A gestão ativa realizada pelas comunidades locais conta, em muitos casos, com apoio técnico das associações, cooperativas e dos agrupamentos de baldios, e noutros casos do ICNF e até de empresas. Mas é na existência de espaços de decisão coletiva, envolvendo os compartes, que as escolhas e os projetos podem tornar-se verdadeiramente integradores dos diferentes interesses e expectativas e mobilizadores de um apoio social abrangente à escala local. É nesses processos de decisão comunitária que os habitantes das aldeias podem assegurar que não se perde o conhecimento coletivo sobre o território e sobre os seus recursos. É também aí, nas discussões realizadas nas assembleias e nas reuniões dos órgãos de gestão, que esse conhecimento se pode ir adaptando a novas situações e expectativas, promovendo a participação dos compartes na observação das mudanças e em debates abertos sobre as opções que melhor respondem aos problemas e oportunidades de cada momento e do futuro.

A capacidade de aumentar a participação e o envolvimento dos compartes nas atividades de gestão foi identificada como um aspeto crítico na governança dos baldios. Outro aspeto crítico é a possibilidade de contar com recursos humanos qualificados que se possam especializar no trabalho direto com as comunidades, como acontece através dos agrupamentos, sobretudo quando esse apoio não se foca exclusivamente na gestão florestal. O apoio técnico deve reforçar o trabalho de gestão adaptativa e de construção intencional e de base comunitária de territórios mais resilientes respeitando os processos locais do lugar ou aldeia e sua envolvente paisagística, mesmo que efetuando a necessária articulação com uma escala mais

ampla e com instrumentos de política definidos por outras instâncias. A natureza comunitária e multifuncional dos baldios carece de uma lógica de apoio técnico e de políticas públicas que tenha em as suas múltiplas valências produtivas, mas também as suas funções sociais, culturais e ecológicas e a sua diversidade. Ao abordar todas estas vertentes, o projeto Bem Comum evidenciou essa riqueza de potencialidades e de elementos interdependentes que só se manifestam totalmente no quadro de equipas pluridisciplinares, de processos participativos com as próprias comunidades e de abertura à sociedade.

Do ponto de vista da governança regional, o noroeste de Portugal deve claramente apostar em promover e apoiar estas dinâmicas locais comunitárias, estimulando processos de capacitação numa lógica de redes colaborativas e articulando com as instâncias superiores a adequação das políticas públicas à realidade específica dos territórios com baldios. A ausência de uma base de informação oficial completa e atualizada sobre os baldios, as suas áreas, ocupações e usos e sobre os processos e os atores da sua governança à escala das comunidades é uma lacuna que remete para as entidades públicas ligadas ao planeamento e ordenamento do território. E, no entanto, através dos dados do ISIP podemos estimar que nesta área geográfica os terrenos comunitários ocupam pelo menos 130 638 hectares, o que corresponde a 26% de toda a superfície territorial do noroeste, a 49% da área classificada pela sua importância como património natural e a mais de 300 povoações e comunidades com baldios. A boa governança multinível supõe articulação entre entidades e comunidades, orientada para uma colaboração mais consistente e informada entre os vários intervenientes.

O projeto Bem Comum, com os seus múltiplos resultados em eventos, publicações, vídeos e ferramentas digitais, promoveu uma visibilidade dos baldios e das comunidades locais que julgamos nunca ter acontecido antes nesta região, e talvez no país inteiro. Tal como se procurou sinalizar no seminário final, a dinâmica criada com este projeto deve ter continuidade. É essa a expectativa que nos transmitiram vários dos representantes das comunidades com os quais

fomos contactando, e é essa a expectativa dos membros da equipa, cientes de que há ainda muito para conhecer, aprender e fazer pelos baldios, pelas comunidades e pelo bem comum.

6. REFERÊNCIAS

Abel, M. (1988). Os baldios portugueses em período de transição (1820-1910). Revista de História. Centro de História da Universidade do Porto, 8, 339-343.

Aguilera, E., Díaz-Gaona, C., García-Laureano, R., Reyes-Palomo, C., Guzmán, G. I., Ortolani, L., ... & Rodríguez-Estévez, V. (2020). Agroecology for adaptation to climate change and resource depletion in the Mediterranean region. A review. Agricultural Systems, 181, 102809.

Azevedo, J. C., Cadavez, V., Arrobas, M., & Pires, J. M. (2016). Sustentabilidade da montanha portuguesa: Realidade e desafios. Instituto Politécnico de Bragança.

Baptista, F. O. (2014). Os baldios: Autonomia e desenvolvimento local. ANIMAR - Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local. Lisboa.

Biggs, R., Schlüter, M., & Schoon, M. L. (Eds.). (2015). Principles for building resilience: sustaining ecosystem services in social-ecological systems.

Carmo, R. (2025). As desigualdades socioterritoriais e a persistência dos dualismos na sociedade portuguesa. In: Adão e Silva, P. (coord) Relatório do Estado da Nação 2025: A Descentralização e a Desconcentração das Políticas Públicas, IPPS Iscte. Lisboa: 30-35.

CCDR Norte (2024). Estratégia e Modelo Territorial: Proposta. Programa Regional de Ordenamento do Território 2021-2027. https://www.ccdr-n.pt/storage/app/media/uploaded-files/PROT_NORTE_CADERNO_III ESTRATEGIA_MODELO_TERRITORIAL_08_01_2024.pdf

Celaya, R., Ferreira, L. M. M., Lorenzo, J. M., Echegaray, N., Crecente, S., Serrano, E., & Busqué, J. (2022). Livestock management for the delivery

of ecosystem services in fire-prone shrublands of Atlantic Iberia. Sustainability, 14(5).

<https://doi.org/10.3390/su14052775>

CNVTC (2010). Programa Nacional para a Valorização dos Territórios Comunitários. Comissão Nacional para a Valorização dos Territórios Comunitários (CNVTC), Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas e Autoridade Florestal Nacional.

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, I. P. (s. d.). PROT-NORTE, Volume 1: Estratégia e modelo territorial [PDF]. https://www.ccdr-n.pt/storage/app/media/uploaded-files/PROT-NORTE_VOL_1_ESTRAT%C3%89GIA_E_MODELO_TERRITORIAL.pdf

Dias, J. (1983). Vilarinho da Furna – uma aldeia comunitária. Imprensa Nacional Casa da Moeda. Lisboa

Direção-Geral do Território. (2018). Carta de Ocupação do Solo (COS 2018). Lisboa: DGT.

Direção-Geral do Território. (2024). Servidões e Restrições de Utilidade Pública (SRUP). Lisboa: DGT.

Estêvão, J.A. (1983) A florestação dos baldios. *Análise Social*, XIX (77-78-79): 1157-1260.

Freire, D. (2004). Os Baldios da Discórdia: As Comunidades Locais e o Estado. In Freire, D., Fonseca, I., Godinho, P. (coord.), *Mundo Rural: Transformação e Resistência na Península Ibérica (Século XX)* (pp.191-224). Lisboa: Edições Colibri.

Gonçalves, M. (2026) A agro-silvo-pastorícia e os serviços de ecossistemas da montanha: contributos para o seu reconhecimento e valorização pelas comunidades locais e agricultores. Dissertação de Mestrado em Engenharia do Território e do Ambiente. Instituto Politécnico de Viana do Castelo.

Honrado, J. P., Lomba, Â., Alves, P., Aguiar, C., Monteiro-Henriques, T., Cerqueira, Y., Monteiro, P., & Caldas, F. B. (2017). Conservation management of EU priority habitats after collapse of traditional pastoralism: Navigating socioecological transitions in mountain rangeland. *Rural Sociology*, 82(1), 101–128.

<https://doi.org/10.1111/ruso.12111>

Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas. (2024). Rede Nacional de Áreas Protegidas (RNAP). Lisboa: ICNF.

Instituto Nacional de Estatística (1992). Recenseamento Geral Agrícola 1989: Dados definitivos – dados gerais. Lisboa: INE.

Instituto Nacional de Estatística (2011). Recenseamento Agrícola 2009. Dados Preliminares, INE, Lisboa, (2011).

Instituto Nacional de Estatística, (2021). Recenseamento Agrícola. Análise dos principais resultados: 2019. Lisboa: INE, 2021.

Lopes, L. F. G., dos Santos Bento, J. M. R., Cristovão, A. F. A. C., & Baptista, F. O. (2013). Institutionalization of common land property in Portugal: Tragic trends between “Commons” and “Anticommons”. *Land Use Policy*, 35, 85-94.

Luz, A. L. (2017). Entre subsídios e turismo: Instituições e poder na gestão dos Baldios do Parque Nacional da Peneda-Gerês. *Finisterra–Revista Portuguesa de Geografia*, LII (105), 7-27.

Luz, A. L. (2024). Outcomes of an agri-environmental scheme in the management of common pastures in northern Portugal: Social benefits and effects on local capacity for collective action. *Land Use Policy*, 147, Article 107320.

Madureira, L. et al. 2013. Economia dos Serviços de Ecossistema: um guia para conhecer e valorizar serviços de agroecossistemas em áreas protegidas de Montanha. Quercus.

Nair, P. K. R. (1989). Classification of agroforestry systems. In P. K. R. Nair (Ed.), *Agroforestry systems in the tropics*: 39–52. Kluwer Academic Publishers & ICRAF.

Nieto-Romero, M., Valente, S., Figueiredo, E., & Parra, C. (2019). Historical commons as sites of transformation. A critical research agenda to study human and more-than-human communities. *Geoforum*, 107, 113–123.

<https://doi.org/10.1016/j.geoforum.2019.10.004>

Nogueira, J. (Coord.), Simões, S., Araújo, J. P. P., Alonso, J. M., Santos, S., & Brandão, D. (2023). *Acontece in Loco – Campo do Gerês: Animação comunitária e governança colaborativa para o desenvolvimento sustentável de territórios de montanha do Minho*. CIM Alto Minho e IPVC.

<https://doi.org/10.57910/ipvc-esa-40b7-vf49>

Ostrom, E. (1990). *Governing the Commons - The evolution of institutions for collective action*. Cambridge University Press.

Ostrom, E. (2010). Beyond Markets and States: Polycentric Governance of Complex Economic Systems. *American Economic Review*, 100, 1–33.

<https://doi.org/10.1257/aer.100.3.1>

Pedroso, E. et al. (2023). *Conta Satélite da Economia Social 2019/2020*, Coleção de Estudos de Economia Social, 17, CASES – Cooperativa António Sérgio para a Economia Social.

Pôças, I., Cunha, M., & Pereira, L. (2006). *Pastagens Seminaturais de Montanha: Lameiros, Sistemas Ancestrais no Século XXI*. Taller CYTEDXVII, *El Agua En Ibero-América: Tecnologías Apropriadas e Tecnologías Ancestrales*, Universidad Nacional de Piura-Peru, Lima.

Rodrigues, M. (1987). *Os baldios*. Caminho. Lisboa.

Soto, D. (2017). Changing identities over commons during the process of agricultural industrialization. The case of Galician (NW Spain) since 1960.

Tucker, C. M., Hribar, M. Š., Urbanc, M., Bogataj, N., Gunya, A., Rodela, R., ... & Piani, L. (2023). Governance of interdependent ecosystem services and common-pool resources. *Land Use Policy*, 127, 106575.

Aguiar, C.; Pinto, R. (2007). Solos e Vegetação do Noroeste de Portugal. Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Baptista, F. O. (2006). O Espaço Rural: Continuidade e Rutura. Lisboa: Celta Editora.

Castro, J.; Freitas, M. (2012). Os Baldios em Portugal: Gestão Comunitária e Dinâmicas Territoriais. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos.

Daveau, S. (1985). O ambiente geográfico e climático de Portugal. *Memórias do Centro de Estudos Geográficos*, n.º 7.

Feio, M.; Ribeiro, O. (2004). Geografia de Portugal: O Relevo de Portugal. Edições João Sá da Costa.

Moreira, F.; Viedma, O.; Arianoutsou, M.; Curt, T. (2011). Landscape-wildfire interactions in southern Europe: implications for bioenergy and wildfire management. *Environmental Research Letters*, 6(4), 045207.

Ribeiro, O.; Lautensach, H.; Daveau, S. (1987). Geografia de Portugal. Vol. I: O Quadro Geográfico. Lisboa: Edições Sá da Costa.

Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF). Informação de conservação da natureza, floresta e áreas classificadas.

Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA). Informação climática e meteorológica de referência.

Laboratório Nacional de Energia e Geologia (LNEG). Cartografia geológica de Portugal.



COORDENAÇÃO



PARCEIROS



cim alto minho
comunidade intermunicipal do minho-lima



FINANCIADORES



PRR
Plano de Recuperação
e Resiliência



**REPÚBLICA
PORTUGUESA**



**Financiado pela
União Europeia**
NextGenerationEU